

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

Vanessa Teixeira Pipinis

Os bilionários na escola: um estudo sobre a filantropia familiar educacional

**São Paulo
2022**

VANESSA TEIXEIRA PIPINIS

Os bilionários na escola: um estudo sobre a filantropia familiar educacional

Versão corrigida

Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de concentração: Educação e Ciências Sociais:
Desigualdades e Diferenças

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria da Graça Jacintho Setton

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Bibliotecária da FE/USP: Nicolly Soares Leite - CRB-8/8204

Pb Pipinis, Vanessa Teixeira
 Os bilionários na escola: um estudo sobre a
 filantropia familiar educacional / Vanessa Teixeira
 Pipinis; orientadora Maria da Graça Jacintho
 Setton. -- São Paulo, 2022.
 137 p.

 Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação
 Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e
 Diferenças) -- Faculdade de Educação, Universidade de
 São Paulo, 2022.

 1. Bilionários . 2. Desigualdades . 3.
 Filantropia familiar . 4. Privatização da educação .
 I. Setton, Maria da Graça Jacintho , orient. II.
 Título.

Nome: PIPINIS, Vanessa Teixeira.

Título: **Os bilionários na escola:** um estudo sobre a filantropia familiar educacional.
Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Doutora em Educação.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Profa. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Profa. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Profa. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Profa. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

À minha mãe.

Ao Leonardo.

Ao Bruno Eduardo Trindade, *in memoriam*.

AGRADECIMENTOS

Em minha dissertação de mestrado, mencionei a metáfora da viagem que o Prof. Otavio Ianni explora em *Enigmas da modernidade-mundo* (2003): seja como forma de descobrir “o outro”, seja como forma de descobrir o “eu”, a história dos povos é atravessada pela ideia de viagem. Em geral, a viagem, pondera Ianni, compreende diversas significações e conotações, ora complementares, ora contraditórias, assumindo ainda os mais variados formatos. Real ou imaginária, a viagem demarca uma época e um contexto, destinando-se a ultrapassar ou recriar fronteiras. Neste percurso, o viajante nunca vai só: em diálogo com o(s) outro(s), caminha ainda acompanhado pela inquietação e pela interrogação, sempre aberto para o encontro com o novo, o insólito e o surpreendente. “Trata-se de aprender a ver o que é nosso como se fôssemos estrangeiros, e como se fosse nosso o que é estrangeiro” (IANNI, 2003, p. 27), num caminho transformador: aquele que viaja nunca é o mesmo que retorna.

Entre a defesa da dissertação, nesta mesma faculdade, e o início do doutorado, nove anos se passaram. Quase uma década foi necessária para que eu garantisse as condições financeiras e de estrutura material que permitissem minha dedicação à pesquisa e aos estudos. Com esta tese, chego ao final de uma viagem em que a filantropia se fez presente nas minhas leituras, conversas e investigações. Esta “chegada” também coincide com o atual e turbulento momento da nossa história política associada aos significativos impactos de uma emergência sanitária: a pandemia de Covid-19. Quando a escrita desta tese foi finalizada, o Brasil contabilizava quase 670 mil mortos, e o fim da pandemia ainda não tinha sido decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

No âmbito coletivo, enfrentamos também a carestia e uma piora generalizada dos indicadores sociais, provocando um aumento ainda mais acentuado das desigualdades. Já na dimensão individual, muitos desafios também se impuseram. O dia 17 de março de 2020 foi meu último dia de atividade presencial na Universidade: eu estava no meu segundo dia de estágio no Programa de Aperfeiçoamento do Ensino (PAE) quando as aulas presenciais foram suspensas. As atividades remotas e o isolamento físico impuseram diversas questões ao trabalho, justamente nos anos que seriam decisivos para a coleta de dados e a escrita. O estágio sanduíche, um sonho construído por quase uma década, também foi suspenso. A dimensão do trabalho

doméstico e de cuidado, quando questões básicas de sobrevivência ganham um peso significativo nas nossas vidas, também se sobressaíram. Parte desta tese foi escrita na casa da minha mãe, onde passei metade do período de isolamento físico. Fichamentos e seções inteiras foram escritas enquanto conciliava o trabalho acadêmico com o de cuidado de familiares que adoeceram, alguns parágrafos foram redigidos dentro de um hospital, uma outra parte enquanto vivia um luto familiar, e alguns trechos enquanto me recuperava da Covid.

A impossibilidade de acesso à biblioteca e aos espaços de estudos da Universidade fizeram falta. Todas as sugestões e críticas que são gentilmente trocadas entre colegas nos congressos acadêmicos também foram perdidas. Neste contexto pandêmico, passando em revista os últimos anos, a metáfora da viagem do Prof. Ianni me parece extremamente atual. Se a viagem do pesquisador nunca é solitária, durante a pandemia ela só foi possível graças ao apoio e à generosidade das pessoas que participaram, de alguma forma, desse processo. Por isso, gostaria de agradecer à minha orientadora, Maria da Graça Jacintho Setton, pela acolhida da temática desta tese em sua ampla agenda de trabalho, pela orientação e pelo apoio, especialmente na reta final de produção da tese. Todos esses anos de trabalho em parceria me possibilitaram identificar aproximações entre minhas pesquisas de mestrado e o doutorado, o que me causa grande satisfação.

Agradeço também:

A todas e todos os professores das disciplinas cursadas na FEUSP e fora dela, em especial aos professores Adriano Codato e Ricardo Costa de Oliveira, ambos da UFPR, que, no contexto da pandemia de Covid-19, gentilmente me possibilitaram acompanhar seus cursos de forma remota. As aulas, debates e referenciais teóricos explorados foram decisivos para meu amadurecimento intelectual e ampliação de repertório analítico.

Aos membros da banca de qualificação, Celso Ferretti e Fernando Cássio, cujas críticas e sugestões foram decisivas para os caminhos percorridos pela pesquisa e pela pesquisadora.

À Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que se tornou um espaço de troca e debate sobre o trabalho, em especial na figura de sua coordenadora geral, Andressa Pellanda, que me abriu novas portas de diálogo e articulação. Agradeço aos colegas do Grupo de Pesquisa sobre Atores e Grupos de Interesse em Políticas Educacionais (AGIPE) pelas oportunidades de debate.

Aos diversos servidores da USP, em especial os da Secretaria de Pós-graduação da FE, e às funcionárias da Biblioteca do Itamaraty, que me atenderam de forma remota, buscando gentilmente alternativas para que eu pudesse acessar conteúdos relevantes para a escrita.

Angela Gennari, Débora Carrion, Meire Oliveira, Lizely Borges, Thais Gava, Jaqueline Santos e Catarina Almeida se fizeram presentes, de forma generosa e interessada, em diversos momentos deste trabalho e por isso sou muito grata. Agradeço em especial a Cinthia Torres e a Michelle Prazeres, pelo acolhimento e por me ajudarem a encontrar alternativas em momentos desafiadores da tese.

Sem o apoio da Ana Paula Brandão, não teria sido possível a minha dedicação, em termos de tempo e também financeira, para cursar os primeiros anos de doutorado. Por sua sensibilidade, incentivo e parceria, sou muito grata.

Reforço que sem o apoio da minha família, essa jornada também não teria sido possível: sou grata em especial a minha mãe, Aparecida Benedita Teixeira, que me possibilitou voar sempre mais alto, e ao Leonardo Cesar Trindade, pelo apoio, paciência, parceria amorosa, bem-humorada e pelo interesse durante todos estes anos. Sua companhia durante as longas horas de escrita tornaram todo o processo menos solitário.

Agradeço à universidade pública, que me formou e garantiu espaços de troca, participação e aprendizado em todos os cursos, aulas, seminários e congressos vivenciados ao longo de toda minha trajetória acadêmica.

E hoje voltei a acordar tarde quando já terminou o serviço do pequeno almoço. O gerente do hotel, simpático, guardou uma mesa para mim. A sala de refeições está sobrelotada. Decorre mais um seminário de organizações não governamentais e agências que a si mesmo se chamam de “doadoras”. Uma vez mais discutem a miséria do povo nos hotéis mais luxuosos da cidade.

Mia Couto. **O mapeador de ausências**. Cia das Letras, 2021, p. 43.

RESUMO

PIPINIS, Vanessa Teixeira. **Os bilionários na escola:** um estudo sobre a filantropia familiar educacional. 2022. 137 f. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Esta pesquisa teve como objetivo principal identificar, a partir de um olhar sociológico, a atuação da filantropia familiar privada na educação pública brasileira. Por se tratar de um amplo objeto de análise, um recorte do estudo é trabalhar com as ações filantrópicas em educação realizadas por parte das famílias mais ricas do país. São estudadas, portanto, as ações filantrópicas em educação promovidas pelas famílias Abílio Diniz e Gradin e seus respectivos institutos: Instituto Península e Instituto Inspirare. A problemática central que se coloca é a importância de se pensar criticamente a presença e as ações dessas famílias que se posicionam na área da educação como filantropas. Como a pesquisa aponta, a filantropia não é, para esses segmentos, desinteressada, ainda que no discurso dos mesmos o seja. Parte-se da hipótese central de que este tipo específico de filantropia teria participação ativa na educação pública brasileira, o que implicaria em um reforço de valores de setores conservadores da sociedade. A tese que se defende é a de que o tipo de filantropia familiar promovida pelas camadas superiores desvela um certo entendimento de educação. Este entendimento pode ser traduzido em um esvaziamento da prática docente. Sob um certo tom gerencial e prescritivo, a filantropia promovida por esses grupos espelhará suas próprias concepções de mundo. Os dados coletados e as discussões formuladas apontam para uma concepção que esvazia e empobrece a prática docente, em especial na instrumentalização do professorado por planos de aula e roteiros pré-definidos. Além disso, há uma dimensão relevante na atuação desses atores, que é a de incidência em políticas públicas. A filantropia promovida por esses grupos poderia ser entendida, dessa forma, como um espaço de influência na esfera pública, sendo a educação uma mercadoria em disputa.

Palavras-chave: Bilionários. Desigualdades. Filantropia familiar. Privatização da educação.

ABSTRACT

PIPINIS, Vanessa Teixeira. **Billionaires at school**: a study of educational family philanthropy. 2022. 134f. Thesis (Ph.D. in Education) – Faculty of Education, University of São Paulo, São Paulo, 2022.

The main objective of this research is to identify, from a sociological point of view, the role of private family philanthropy in Brazilian public education. As it is a broad object of analysis, the study focuses on philanthropic actions in education conducted by the richest families in the country. Therefore, the philanthropic actions in education promoted by the Abílio Diniz and Gradin families and their respective institutes are studied: Instituto Península and Instituto Inspirare. The central issue that arises is the importance of critically thinking about the presence and actions of these families who position themselves as education philanthropists. As the research points out, philanthropy is not, for these segments, disinterested, although in their discourse it is. It starts from the central hypothesis that this specific type of philanthropy would have active participation in Brazilian public education, which would imply a reinforcement of values of conservative sectors of society. The thesis defended is that the type of family philanthropy promoted by the upper classes reveals a certain understanding of education. This understanding can be translated into an emptying of teaching practice. Under a certain managerial and prescriptive tone, the philanthropy promoted by these groups would reveal their conceptions of the world. The collected data and the formulated discussions point to a conception that empties and impoverishes the teaching practice, especially in the instrumentalization of the teaching staff by lesson plans and pre-defined scripts. In addition, there is a relevant dimension in the performance of these actors, which is the impact on public policies. The philanthropy promoted by these groups could be understood, in this way, as a space of influence in the public sphere, with education being a commodity in dispute.

Keywords: Billionaires. inequalities. Family philanthropy. Privatization of education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 - Eventos remotos observados no contexto da pandemia.....	64
Tabela 2 - Apoios do Movimento Bem Maior.....	84
Figura 1 - Diagrama de parceiras – Instituto Península	93
Tabela 3 - Mapeamento de iniciativas – Instituto Península	101
Tabela 4 - Mapeamento de iniciativas – Instituto Inspirare	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEBAS	Certificado de Entidades Benéficas de Assistência Social
CF	Constituição Federal
CIEB	Centro de Inovação para a Educação Brasileira
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
Consed	Conselho Nacional de Secretários de Educação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
FasFil	Fundações e associações sem fins lucrativos
Febem	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FL	Fundação Lemann
FINEDUCA	Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação
FONIF	Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas
Funabem	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
GEM	Global Education Monitoring Report
GIFE	Grupo de Institutos Fundações e Empresas
IDIS	Instituto para Desenvolvimento do Investimento Social
II	Instituto Inspirare
IP	Instituto Península
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCMD	Imposto de Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MEC	Ministério da Educação
MBM	Movimento Bem Maior
MPB	Movimento pela Base Nacional Comum
MROSC	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OSC	Organizações da Sociedade Civil
OS	Organizações Sociais
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não governamental
OSC	Organização da sociedade civil
PNPI	Plano Nacional Primeira Infância
RNPI	Rede Nacional Primeira Infância
PM	Patriotic Millionaires
TGP	The Giving Pledge
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 Introdução.....	155
2 A filantropia no Brasil: uma agenda de investigação	299
2.1 A filantropia em educação.....	433
2.2 Os bilionários engajados e a filantropia familiar	488
3 O percurso da pesquisa: o que o não dito revela sobre a filantropia	566
4 Os bilionários e a filantropia reguladora da desigualdade.....	677
4.1 Os bilionários em cena: a doação como obrigação moral.....	733
5 Educação em disputa: a filantropia chega na escola	89
5.1 O Instituto Península: educação socioemocional e o professor como agente de transformação.	90
5.2 Instituto Inspirare: empreendedorismo, inovação e a escola como lugar de experimentação	105
5.3 Em busca de uma síntese: o que a filantropia familiar em educação nos revela?	116
Considerações finais	119
Referências	129

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a filantropia em educação. Como será explorado ao longo do trabalho, as práticas filantrópicas são variadas, constituindo uma vasta área de análise com múltiplas possibilidades de abordagem. Há, entretanto, um aspecto comum na ação filantrópica: no âmbito dos valores, a filantropia constitui-se em diálogo com o altruísmo, sendo materializada em um ato de preocupação com o outro. Numa perspectiva maussaniana, o interesse ou desinteresse presentes nas práticas filantrópicas são abordagens que têm gerado debates. Todavia, como ponto de partida para a discussão, é importante delimitar que os estudos da filantropia vão além, configurando-se como um tema complexo e por vezes contraditório. Ainda que as possibilidades de estudo sejam vastas, a temática é abordada de forma insipiente no âmbito da Ciência Social, embora seja vastamente estudada pelo Serviço Social, pelo Direito e até mesmo pela Economia, por exemplo (MESTRINER, 2008, 2012; STUCHI et al., 2012; KUNRATH SILVA, 2016).

Na educação, um fértil e vigoroso campo de investigações sobre o acesso da filantropia aos fundos públicos e os processos contemporâneos de privatização está consolidado (ADRIÃO et al., 2009; ADRIÃO et al., 2016; ADRIÃO, 2018; PERONI, 2015, 2018; FREITAS, 2012, 2016)¹. Entretanto, o tema ainda é secundário nos estudos da sociologia da educação, perspectiva sob a qual esta pesquisa é realizada. A abordagem adotada e o recorte analítico escolhido garantem a este estudo ineditismo.

É objetivo da pesquisa identificar, a partir de um olhar sociológico, a atuação da filantropia na educação pública brasileira. Por se tratar de um amplo objeto de análise, um recorte do estudo é trabalhar com as ações filantrópicas em educação realizadas pelas famílias mais ricas do país.

O trabalho fundante da antropóloga Laura Nader, publicado em 1972, já chamava atenção para a necessidade de estudar “os de cima”. Nader apontava uma grande quantidade de trabalhos que se dedicavam a estudar os mais pobres e os grupos étnicos, mas poucas pesquisas direcionavam suas lentes analíticas para as camadas medianas e menos ainda para as camadas superiores. Pesquisar esses

¹ É fundamental citar o trabalho da FINEDUCA (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação), que reúne relevantes produções na área desde 2011.

grupos, Nader reitera, seria também uma forma de fazer perguntas “de senso comum ao contrário”, como “por que determinadas pessoas são tão ricas?” ou “como podemos explicar os padrões de acumulação?”², por exemplo, além de permitir uma compreensão maior e mais complexa sobre a realidade social. Não se trata de excluir grupos sociais das pesquisas, mas sim de abordá-los de uma maneira relacional. É também a partir desta perspectiva que este estudo “olha para os de cima”.

O estudo sobre as camadas superiores, entretanto, apresenta desafios de diversas ordens, sendo a entrada em grupos sociais que tendem a ser herméticos e o acesso à informação os mais comuns. Cattani (2018a) já apontava que a exposição de fenômenos que favorecem o acúmulo da riqueza, promovendo resultados nocivos para toda a sociedade, gera embaraço frequentemente “sentido nos estudos acadêmicos e, para evitar o risco de represálias, os cientistas sociais preferem se dedicar a temas menos espinhosos e polêmicos” (CATTANI, 2018a, p. 39).

Cattani (2018a, 2018b, 2009), em vasta produção a respeito da riqueza, demonstrou a dificuldade em estabelecer medidas absolutas ideais e perfeitas para relações sociais, o que implica em uma dificuldade na definição de parâmetros, seja para o fenômeno da pobreza, seja da riqueza: costuma-se definir pobreza por um cálculo aproximado da quantidade de recursos necessárias para a sobrevivência de uma pessoa. Já no polo da riqueza, esta definição é muito mais complexa.

Um exemplo desta complexidade estaria justamente em atribuir sentido a números muito subjetivos: para Cattani (2018a), ao definir que os verdadeiros ricos seriam o 1% ou o 0,1% da população, perde-se a dimensão do seu significado na estrutura social. Concordando com o argumento, é preciso avançar neste entendimento, compreendendo a riqueza como aquela que permite o exercício efetivo do poder nas suas três dimensões: econômica, política e social.

Uma outra dificuldade na apreensão do fenômeno da riqueza é justamente a tarefa de quantificar e identificar quem são os ricos, bem como a origem de suas fortunas. Uma das razões é que os verdadeiramente ricos não têm interesse em aparecer. Os ricos levam uma vida discreta e, de acordo com Cattani (2008a), os motivos podem ser diversos: não chamar atenção para o tamanho de seus patrimônios, temendo sequestros ou roubos, e não chamar atenção de órgãos de controle, como a

² Recentemente traduzido para o português, o artigo de Nader pode ser consultado na *Revista Antropolítica* (2020).

Receita Federal, são alguns deles. Outro ponto importante é o fato de que a riqueza é subestimada, sendo que grande parte dela está dissimulada, não sendo facilmente identificada. “Os estudos e pesquisas destinados a esse assunto estimam que o dinheiro, o patrimônio e toda e qualquer forma de riqueza conhecida representam metade do que realmente existe” (CATTANI, 2018a, p. 37).

Diante desta dificuldade em identificar os ricos, ou melhor, em estabelecer os critérios para a riqueza, uma alternativa seria a definição, como critério, da detenção total ou controle do capital em volume superior aos demais capitalistas, critério que “colocaria no mesmo grupo banqueiros, grandes acionistas de megacorporações, grandes latifundiários, “barões da grande mídia”, altos executivos e rentistas, bem como os herdeiros desses grupos” (CATTANI, 2018a, p. 47). Todavia, é importante delimitar que, ainda que localizados no mesmo grupo dos super-ricos, estes subgrupos “não correspondem a uma classe social coesa, compondo uma oligarquia, o que pressuporia total identidade, união e mobilização coletiva a partir de interesses homogêneos e articulados na esfera do Estado”. O autor defende que tais grupos atuam mais como plutocratas do que como oligarcas, isto é, esses grupos exerceriam o poder de forma “não necessariamente articulada ou orgânica, gozando de privilégios exclusivos e tendo a capacidade de preservar por todos os meios seus interesses” (CATTANI, 2018a, p. 26-28). A problematização de Cattani procede, sendo os critérios para delimitação da riqueza uma questão relevante para os estudos na área.

Buscando contribuir com aportes para os estudos voltados às camadas superiores, esta pesquisa adotou o ranking da Forbes Brasil³ como referência para identificação das famílias mais ricas do país. As listagens que reúnem os bilionários brasileiros são publicadas anualmente, inclusive com seções específicas sobre quem entra e quem sai do rol dos mais ricos. Ainda que o ranking não espelhe totalmente o tamanho do patrimônio das pessoas mais ricas de cada país, uma vez que dados tributários e de renda ainda são de difícil acesso, a Forbes segue sendo uma importante fonte de informação para a pesquisa sobre as camadas superiores.

Para delimitação dos grupos analisados, foram considerados os rankings de 2016 e 2017, em que foram identificadas ações filantrópicas em educação promovidas pelas famílias Abílio Diniz e Gradin. Os critérios que subsidiaram esta escolha serão

³ A Forbes se declara a revista de economia e política mais influente do mundo. De origem estadunidense, as sucursais costumam seguir o modelo editorial original.

detalhados ao longo do trabalho, mas é importante explicitar que esta pesquisa, portanto, engloba dois institutos familiares privados: Instituto Península (IP) e o Instituto Inspirare (II), respectivamente.

A problemática central que se coloca é a importância de se pensar criticamente a presença e as ações dessas famílias que se posicionam na área da educação como filantropas. Como a pesquisa aponta, a filantropia não é, para esses segmentos, desinteressada, ainda que no discurso dos mesmos o seja.

As lentes analíticas desta pesquisa estão voltadas, portanto, para um tipo específico de filantropia: a familiar. Durante a realização da pesquisa, algumas perguntas, como: “quais projetos e iniciativas educacionais são realizadas pelas famílias mais ricas do país?” e “como esses grupos organizam suas ações filantrópicas?”, nortearam o levantamento de dados e a pesquisa bibliográfica. Portanto, não se pretende realizar um estudo aprofundado sobre cada uma das famílias em evidência, sobre suas genealogias e relações de parentesco, mas sim identificar as ações filantrópicas por elas realizadas. Em razão da natureza deste estudo, é impossível não nomear sujeitos e integrantes das famílias estudadas e de seus respectivos institutos. Por isso mesmo, é fundamental sinalizar que todas as informações usadas sobre os indivíduos mencionados são públicas, e as fontes estão devidamente indicadas neste trabalho.

Parte-se da hipótese central de que este tipo específico de filantropia teria participação ativa na educação pública brasileira, o que implicaria em um reforço de valores de setores conservadores da sociedade. A tese que se defende é a de que o tipo de filantropia familiar promovida pelas camadas superiores desvela um certo entendimento de educação. Este entendimento pode ser traduzido em um esvaziamento da prática docente.

As categorias relevantes para a construção desta tese são três: a “filantropia”, a noção de “família” e a concepção de “camadas superiores”.

Em relação à primeira delas, a filantropia não está imune a disputas teóricas e a questionamentos de diversas naturezas, a começar pelo próprio termo, em torno do qual durante muito tempo não existiu consenso. Em razão disso, ainda é comum a adoção de expressões como “investimento social”, “investimento social privado”, ou até mesmo o uso da expressão “organizações não governamentais” (ONGs) em um sentido macro, englobando uma ampla gama de atores sociais. Os sentidos de cada

uma dessas expressões podem variar, de acordo com o contexto e o momento histórico.

Oliveira e Haddad (2001), por exemplo, indicam uma certa classificação de sentidos, ressaltando que, no contexto latino-americano, as ONGs são consideradas um tipo especial de organização, vocacionadas para o “desenvolvimento participativo e sustentável e a construção e defesa de direitos”. Seriam, portanto, organizações com “gênese própria”, que não se confundiriam com “entidades comunitárias e de autoajuda, com centros de pesquisa, fundações e entidades filantrópicas de corte tradicional” (OLIVEIRA; HADDAD, p. 63).

Sob este ponto de vista, durante muito tempo se evitou a adoção do termo “filantropia” ou, quando este era utilizado, seu significado era marcado por estigmas e preconceitos. O pano de fundo para esse posicionamento é a superação de um modelo filantrópico caracterizado por práticas de favorecimento, benesses, relações de compadrio, favor e marcadas pelo assistencialismo.

Entretanto, ao longo dos últimos anos, notamos uma mudança nesta perspectiva. Atualmente, o termo “filantropia” vem sendo retomado em uma chave positiva e cresce o número de atores que optam pelo seu uso, numa tentativa de ressignificação de um sentido pejorativo que vigorou durante muito tempo. Entre esse grupo existe a reivindicação de uma conotação positiva, buscando também maior valorização, estruturação, reconhecimento e profissionalização do setor, tal como já acontece em outros países. O último Censo Gife⁴, publicado em 2021, também faz essa ressalva:

Considerando a origem e trajetória desse campo no contexto brasileiro, o conceito de *filantropia* vem sendo resgatado e valorizado como referência alternativa ao mesmo conjunto de organizações. Nesse sentido, o Censo GIFE 2020 assume os termos *investimento social*, *investimento social privado* e *filantropia* como sinônimos (Censo Gife, 2020, p. 9).

Esta ampla variedade de expressões, utilizadas para designar o mesmo conceito, também aponta para contextos históricos específicos, sendo esta uma

⁴ O Censo Gife é uma pesquisa de natureza qualitativa realizada pelo Gife (Grupo de Institutos Fundações e Empresas) entre sua base de associados. A pesquisa traz elementos qualitativos e quantitativos importantes para a compreensão do setor no país. Ao longo da tese, a importância desse ator e também do Censo será retomada.

agenda de debates ainda ativa para alguns pesquisadores (CALEGARE; SILVA JUNIOR, 2009).

Para fins desta tese, o termo “filantropia” ganha centralidade e é adotado para se referir às práticas que envolvem doações, contribuições diversas, realizações de projetos e ações com fins públicos, tendo como seus agentes indivíduos, famílias, institutos, fundações, fundos filantrópicos e organizações não governamentais ligadas ou não a movimentos empresariais. Se as práticas filantrópicas englobam uma ampla gama de ações, sejam pontuais ou sistemáticas, realizadas tanto de forma individual (via doações ou voluntariado), como de forma institucional (via organizações sem fins lucrativos), é justamente esta segunda vertente a que desperta maior interesse desta pesquisa, em especial a filantropia familiar institucionalizada.

Como será explorado no próximo capítulo, esta modalidade filantrópica apresenta características próprias, uma certa intencionalidade e um modo de organização específicos. Por vezes, inclusive, as fronteiras entre o bilionário, o filantropo e o negócio familiar são borradas⁵.

Para além da categoria “filantropia”, a categoria “família” também tem relevância para o estudo do poder no Brasil. Os trabalhos que contemplam esta variável como objeto de estudo comprovam que as camadas superiores foram bem-sucedidas em um certo “processo de metamorfose”, mantendo-se no poder ao longo das mudanças sociais e econômicas que ocorreram no país.

Doria (1995), ao estudar a passagem e manutenção do poder durante os três primeiros séculos de Brasil colônia, já demonstrou que, por aqui, a reprodução das estruturas de poder que existiam no Portugal dos Avizes se deu por “uma gente sem muito dinheiro, mas com alvarás no bolso, sesmarias na terra e nomes que assustam a reforçam o respeito, lá na corte e cá na colônia”, reforçando a importância das famílias para a reprodução do poder (DORIA, 1995, p. 40). Na apresentação da obra “Família importa e explica: instituições políticas e parentesco no Brasil”, organizado por Oliveira (2018), o próprio Doria reitera: “a classe dominante brasileira é hoje, e sempre o foi, uma grande família. Ou uma coleção de famílias. E quase podemos dizer, aqui o poder é uma questão de genética” (OLIVEIRA, 2018b, p. 7).

⁵ Sobre a proximidade do empresariado brasileiro com os diversos núcleos de poder político, consultar CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (Orgs). *Dimensões do empresariado brasileiro. História, organização e ação política*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

Ainda que as instituições brasileiras tenham passado por aprimoramentos ao longo das últimas décadas, certas famílias permanecem em posições de poder, operando ou influenciando a política institucional. O estudo desses grupos, dessa forma, não pode ignorar suas relações privilegiadas *nas* e *através* das instituições e aparelhos de poder do Estado (OLIVEIRA; GOULART; VANALI; MONTEIRO, 2017).

Cattani, aliás, apontou as estratégias familiares de preservação do patrimônio, uma vez que o Brasil é um dos países com menor taxa de herança e doações, chamando também atenção para as fundações e para remessas de recursos para paraísos fiscais, como formas de preservação da riqueza (CATTANI, 2018b, p. 165).

Além disso, a noção de “família” também é relevante para análise da construção das carreiras e trajetórias políticas de indivíduos e para a compreensão da acumulação da riqueza, uma vez que a herança e o casamento são elementos-chave para estas análises.

A relação entre famílias e grandes empresas também se mostra uma rica área de pesquisa, como aponta o trabalho de Landes (2007). Em *Dinastias*, o autor analisa a trajetória das famílias proprietárias mais poderosas do mundo, como os Ford, os Rockefeller, os Peugeot e os Rothschild, entre outras. O trabalho de Landes indica que, de certa forma, “todas as dinastias são iguais”, apresentando estruturas baseadas em parentesco, “em geral reforçadas por laços matrimoniais e de adoção”, sendo sua natureza de domínio patriarcal (LANDES, 2007, p. 283).

As famílias empresárias brasileiras, por sua vez, foram estudadas na obra organizada por Campos e Brandão (2017), em que os autores reúnem trabalhos sobre os Guinle, os Gerdau, os Odebrecht, os Sarney, os Setúbal, os Moreira Salles, os Klabin e os Marinho, entre outras famílias. Campos (2018), ao apontar algumas recomendações para os estudos sobre famílias, explicita a importância de se levar em consideração as “condicionantes históricas específicas de cada período e a historicidade de cada contexto”, englobando nessa agenda as diversas formas históricas e sociais que as famílias assumiram em momentos diferentes. Os conflitos, as rupturas e as renovações nos espaços de poder também precisam ser considerados nesta ampla agenda de pesquisa (CAMPOS, 2018, p. 23-24). Uma segunda perspectiva que precisa ser colocada nesta agenda de trabalho, segundo Campos, diz respeito à necessidade de se agregarem a esses estudos outros fenômenos sociais:

As famílias se estruturam e se inscrevem nas agendas do Estado em claras estratégias formuladas por seus líderes, com integrantes no parlamento, no Judiciário e outras instâncias do aparato estatal (...). No entanto, para além das famílias, outra forma de organização das classes sociais se dá no âmbito da sociedade civil, nas formas associativas típicas, como sindicatos, federações, partidos e organizações diversas de frações e classes, como o empresariado e outros grupos sociais (CAMPOS, 2018, p. 24).

Nesta frente de trabalho, Campos reitera a relevância de se combinar o estudo sobre as famílias “com o conhecimento das formas organizativas do empresariado no âmbito da sociedade civil”⁶, sendo essa uma agenda de trabalho bastante fértil.

Por fim, a terceira dimensão relevante para a construção da tese diz respeito à ideia de “camadas superiores”, que neste trabalho é uma expressão usada como sinônimo de bilionários. A filantropia promovida por famílias bilionárias já foi abordada por alguns trabalhos importantes, ainda que de maneira tangencial. O próprio Landes aponta que a família Guggenheim, ao se deparar com o problema de descobrir o que fazer com todo o dinheiro acumulado, encontrou um caminho natural:

A resposta, como aconteceu com os Rockefellers, foi a filantropia, com sua virtude adicional de ser uma atividade nobre: status, amizades elegantes e emprego útil para os descendentes Guggenheim (as empresas há muito tinham sido entregues a especialistas de fora). Daí surgiu um notável leque de fundações, museus e programas de bolsas de estudos amplamente conhecidos nos círculos acadêmicos e artísticos: a família tinha o dom de imaginar e criar as necessidades e oportunidades para o talento e a inteligência, como a Fundação John Simon Guggenheim Memorial, com suas bolsas de estudos mundialmente famosas – a viabilização de um sem-número de carreiras criativas e intelectuais. Na mesma linha, encontram-se os museus em Nova York, Berlim, Rio e Bilbao, fontes de satisfação, bom gosto e instrução. A família se tornou mais conhecida e admirada por essas realizações do que por suas conquistas empresariais (LANDES, 2007, p. 249).

A “atividade nobre” à qual a filantropia é associada, além de oportunizar a rede de relacionamentos, o *status* e “o emprego útil” a que Landes se refere, também possibilita aos filantropos uma circulação pelos espaços de poder e uma certa autoridade. Esta ideia também foi reforçada por Cattani, que já reforçava que “os

⁶ A obra de René Armand Dreifuss *1964: a conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe* é central para esta agenda de trabalho. Dreifuss analisou com profundidade as formas associativas do empresariado brasileiro às vésperas do golpe de 1964, apresentando evidências de como esses grupos colaboraram ativamente na derrubada da democracia.

multimilionários são apresentados como seres superiores, intocáveis, virtuosos e merecedores de respeito e admiração de todos” (CATTANI, 2018a, p. 16).

Nesse sentido, o trabalho de Storti e Dagnes (2021) aponta para as dinâmicas que conferem legitimidade e aceitação social aos super-ricos, sendo que as mídias desempenham papel fundamental nessa equação. Seja via suas próprias redes de comunicação, seja por meio de outros canais midiáticos, os ricos são representados como bem-sucedidos, por vezes adorados e cercados de carisma. Muitas vezes também são apresentados como especialistas em determinados assuntos. Além disso, a construção de uma narrativa individualizada, que evidencia os aspectos e histórias individuais de cada bilionário, é uma outra estratégia bem-sucedida: “se a riqueza depende somente de aspectos pessoais excepcionais e não de benefícios externos, a chance de aprovação social é mais alta” (STORTI; DAGNES, 2021, p. 13).

Cattani (2018) também aponta para um processo de mitificação e mistificação da riqueza, o que poderia ser qualificado como um fenômeno que atribui legitimidade aos super-ricos e que não pode ser dissociado do fenômeno da própria legitimidade do capitalismo.

A legitimidade do capitalismo foi construída ao longo dos últimos 200 anos por discursos que mesclavam senso comum, ideologias e teorias pretensamente científicas sobre a existência do *homo economicus*. Essa figura idealizada corresponderia a ideia de que todos os seres humanos são movidos por um instinto utilitarista e racional defendendo seus interesses da maneira mais pragmática possível. Suas ações práticas construiriam a ordem econômica considerada natural e espontânea, portanto, legítima. Fraudes, corrupção, não observância das normas gerais, como é o caso da sonegação fiscal, seriam apenas desvios de alguns “delinquentes”, indivíduos ou empresas estranhos à “boa sociedade” ou à “boa economia” (CATTANI, 2018, p. 38).

Um exemplo desta narrativa que confere autoridade às camadas superiores é uma reportagem publicada na revista *Veja*, em 10 de fevereiro de 2017: com o título “*Dream team*⁷ de empresários doa tempo, dinheiro e conhecimento para melhorar as cidades brasileiras”⁸, a reportagem aborda o Programa Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável, uma iniciativa criada em 2012 com objetivo de fomentar parcerias entre a iniciativa privada e o setor público “que melhorem a gestão pública (...) e aprimoramento dos serviços públicos brasileiros”. O programa era gerenciado pela

⁷ Expressão que significa “time dos sonhos”.

⁸ Disponível em: <https://bityli.com/LDxEky>. Acesso em: 10 out 2021.

Comunitas, organização social criada pela ex-primeira-dama Ruth Cardoso e reúne, segundo a reportagem, o *dream team* do empresariado nacional, integrado por nomes como Jorge Gerdau (do ramo da siderurgia), Pedro Paulo Diniz (família fundadora do Grupo Pão de Açúcar), José Ermírio de Moraes Neto (Votorantim), Ricardo Villela Marino (Itaú Unibanco), e Carlos Jereissati Filho (Grupo Iguatemi), entre outros⁹. A inspiração para a iniciativa, conforme a reportagem, seria a figura de Michael Bloomberg, ex-prefeito de Nova York (EUA), tido como uma “referência mundial em gestão ao aplicar na vida pública o que aprendeu ao longo de uma sólida carreira como empresário”. Para tanto, Bloomberg teria passado a “usar a filantropia para transmitir conhecimento e encorajar outros prefeitos a comprar as brigas certas”.

A reportagem também relata como o programa realiza o processo de seleção do município “parceiro”: de um lado estaria o *dream team* dos empresários, do outro lado estariam os prefeitos que devem cumprir alguns pré-requisitos, como estar no primeiro mandato e também escolher secretários seguindo critérios técnicos. Os prefeitos também “precisam estar dispostos a integrar empresários e população para fortalecer a rede local”, sendo que aqueles que não “colocarem em prática as determinações do Juntos” correm o risco de serem cortados da iniciativa¹⁰.

Uma ideia central presente nessa reportagem é bastante pertinente para o argumento desenvolvido nesta tese: a filantropia como “um ambiente” ou um instrumento propício para impulsionar as propostas e os projetos das camadas superiores. Sob um certo tom gerencial e prescritivo, a filantropia promovida por esses grupos espelharia suas próprias concepções de mundo.

A filantropia é, aliás, uma forma de conferir aceitação social às camadas superiores. Em todo o mundo, bilionários promovem ações filantrópicas que movimentam altas somas de dinheiro, mobilizando diversos atores sociais, financiadores, apoiadores, uma grande quantidade de organizações e agências de avaliação de impacto e premiação de iniciativas. A filantropia, como veremos ao longo deste estudo, confere espaço em mídia e a divulgação do nome e do negócio dos filantropos, além de construir uma imagem positiva em torno do filantropo. Cuadros (2016), em seu livro sobre os bilionários brasileiros, indica as contradições presentes

⁹ No momento de finalização da tese o programa ainda estava ativo.

¹⁰ No ano de publicação da reportagem, a iniciativa acontecia, na prática, como um programa de apadrinhamento implementado em Campinas (SP), Curitiba (PR), Juiz de Fora (MG), Paraty (RJ), Pelotas (RS), Santos (SP), Teresina (PI) e Itirapina (SP).

no discurso filantrópico. Ao analisar as ações da Fundação Lemann, por exemplo, indica que se as doações filantrópicas fossem somadas, o montante parecia ser menor em comparação aos gastos com *lobby* e com campanhas políticas dos negócios da família nos Estados Unidos e no Brasil:

a doação de quatorze milhões de dólares para a Universidade de Illinois, correspondia a menos de 0,1 por cento de sua riqueza. Para alguém com um patrimônio líquido de cem mil dólares, uma doação equivalente seria menos de cem dólares. Quando perguntei ao pessoal de Lemann o que era maior – sua doação de caridade, ou os impostos que ele evita colocando os fundos da 3G nas Ilhas Cayman – eles se recusaram a responder (CUADROS, 2016, p. 188).

Além de todas essas contradições, a narrativa construída em torno da ação filantrópica alimenta a ideia de que a crescente concentração da riqueza que a possibilita apresentaria efeitos positivos em toda a sociedade (STORTI; DAGNES, 2021, p. 13).

Diante de elementos complexos, a escolha de se fazer uma análise da filantropia no âmbito da sociologia da educação se justifica e responde a preocupações teóricas e empíricas que este complexo e por vezes contraditório cenário impõe à educação. Concordando com Cattani,

segundo a ideologia dominante, eles desempenhariam atividades socialmente úteis com maior eficiência do que qualquer organismo estatal. Parte dos seus ganhos regressaria à sociedade diminuindo assim as desigualdades. O que realmente ocorre é o contrário, pois suas doações ou contribuições são feitas para entidades escolhidas discricionariamente e sem o objetivo de alterar as hierarquias sociais. Apenas reforçam o prestígio social dos privilegiados, perpetuando a ordem econômica. Não bastasse essa deturpação do sentido da verdadeira filantropia, no Brasil a quase totalidade das doações é feita via abatimento do Imposto de Renda, ou seja, é feita caridade com o dinheiro público (CATTANI, 2018a, p. 63).

Este estudo mergulha nessas contradições. Como a vasta bibliografia apresentada anteriormente registra, os muito ricos criam estratégias para, socialmente, validar suas posições de classe. A filantropia promovida por essas camadas vai mais além, legitimando uma visão de e sobre a educação e, por consequência, uma *certa* visão de mundo.

A construção desta tese de doutorado, por sua vez, é atravessada por diversos fatores. O primeiro deles diz respeito à maturação e construção do objeto de pesquisa, gestado ao longo de quase uma década, a partir de experiências profissionais e

peçoais. Por vários anos, esta pesquisadora desenvolveu atividades profissionais em diversas ONGs, desde as que se qualificavam como comunitárias ou de perfil democrático até aquelas que se aproximavam de um modelo empresarial. Esta posição privilegiada permitiu a vivência de articulações, tomada de decisões, reuniões e inúmeras atividades. Todas essas vivências foram registradas em dezoito cadernos de campo, em que foram anotadas, de forma sistemática, observações sobre atores, projetos e reuniões, entre outras atividades. Muito embora, naquele momento, o problema de pesquisa ainda não estivesse sido delimitado, o hábito de observar e registrar foi fundamental para pavimentar a construção do objeto em análise.

Ao retomar estes cadernos, alguns anos depois, uma anotação chamou atenção: por ocasião da implementação de um projeto com foco em primeira infância, uma trabalhadora problematizou, de forma bastante espontânea: “até pouco tempo ninguém estava falando sobre isso (primeira infância). Agora todo mundo está falando sobre isso ao mesmo tempo. Parece que todo mundo está fazendo a mesma coisa!”¹¹. Todavia, quando construímos uma linha do tempo que localiza os projetos e ações de incidência política realizadas por parte das organizações da sociedade civil, comparando-as com a implementação das políticas públicas para a área, a expressão “parece que todo mundo está fazendo a mesma coisa” sai do campo do senso comum: no ano de 2010 foi publicado o Plano Nacional da Primeira Infância (PNPI), resultado de uma ampla articulação de cerca de setenta entidades, que integravam uma rede muito ativa, a Rede Nacional Primeira Infância (RNPI)¹².

O PNPI foi construído entre os anos de 2009 e 2010. Isso significa dizer que, durante aquele período, parte do esforço de articulação, de produção de conteúdos diversos (inclusive jornalísticos) e de divulgação da causa da primeira infância por parte da RNPI mobilizava esforços não apenas para a construção do plano em si, mas também significa afirmar que aquela temática permeava as discussões, os

¹¹ Desde já é importante esclarecer que o anonimato de todos os informantes, durante a realização da pesquisa, foi garantido. Informações que não são públicas e que possam, de alguma forma, identificar instituições, projetos ou informantes também foram suprimidas. Os cadernos de campo foram utilizados em um contexto específico, que é explorado no Capítulo 3.

¹² “Em 2010, a RNPI contava com 70 membros, integrantes de organizações da sociedade civil, do governo, do setor privado, de outras redes com capilaridade em todo o território nacional, além de organizações multilaterais das Nações Unidas (UNICEF, UNESCO e OPAS), que atuam na promoção da primeira infância. Atualmente, é integrada por mais de 250”. Disponível em: Plano Nacional da Primeira Infância. Revisado. Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/10/PNPI.pdf>. Acesso em: 20 jan 2022. Outras informações sobre a Rede e o histórico de ações realizadas podem ser acessadas em <http://primeirainfancia.org.br/>

posicionamentos e as iniciativas de cada um dos integrantes da rede. A história do PNPI é ampla e complexa e não pode, obviamente, ser esgotada em poucos parágrafos. O que é relevante para a construção dessa pesquisa é justamente a percepção, à época, de uma significativa capacidade de articulação e atuação em prol da construção de uma política pública.

Durante a releitura daqueles cadernos de campo, um novo conjunto de notas gerou ainda mais inquietações e motivação para a pesquisa: em 2013 foi fundado o Movimento pela Base Nacional Comum (MPB). Muito embora, naquele momento, a pesquisadora não estivesse acompanhando de perto as articulações para organização do movimento, as anotações davam conta de ações e discursos confluentes por parte de diversos atores filantrópicos. Em abril daquele ano aconteceu, na cidade de São Paulo, o Seminário Internacional “Liderando Reformas Educacionais”, com organização da Fundação Lemann (FL) e da Universidade de Yale, com apoio da Fundação Victor Civita. A inspiração era criar uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nos moldes da reforma curricular ocorrida nos Estados Unidos e, para tanto, o grupo liderado pela FL iniciou uma série de articulações. Os trabalhos de Tarlau e Moeller (2019), Avelar (2017), Cássio (2019) e Caetano (2020), por exemplo, analisam essas articulações e os resultados dela – entre eles a aprovação da BNCC –, porém ter acompanhado aquela movimentação de outro lugar permitiu à pesquisadora perceber as contradições internas de parte dos atores que integravam o MPB.

Algumas percepções coletadas naqueles cadernos de campo foram exploradas no trabalho de conclusão do curso Formação de Professores com ênfase no Ensino Superior, no Instituto Federal de São Paulo. Sob orientação da Prof.^a Dr.^a Amanda Cristina Teagno Lopes Marques, a monografia analisou o texto da Resolução nº 1, publicada em 15 de maio de 2006 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (licenciatura). A Resolução em questão orienta e organiza os cursos de Pedagogia e define princípios, condições de ensino e de aprendizagem, além dos procedimentos a serem observados em seu planejamento. O recorte de análise, naquele momento, era a formação inicial dos pedagogos para atuação profissional na educação não formal. Ainda que com recorte bastante específico, já era possível identificar a atuação de diversos atores filantrópicos se mobilizando para a reformulação das diretrizes, sob o argumento de melhoria da qualidade da formação

inicial para os cursos de Pedagogia e Licenciaturas. Aquele trabalho, embora não tenha abordado as disputas em torno do tema, foi fundamental para a formulação do atual problema de pesquisa. O debate e a arguição na banca também foram essenciais para despertar o desejo e a motivação de continuidade dos estudos.

Portanto, é a partir deste lugar que esta pesquisa foi construída, tendo como objetivo final contribuir com os estudos sobre a educação, em especial com aqueles que investigam a presença de atores filantrópicos na área. Também se deseja contribuir, com novas lentes analíticas para os estudos sobre as formas contemporâneas de privatização da educação. Ao longo do estudo, fica evidente que não é possível dissociar a filantropia familiar dos ricos da agenda de privatização. Com efeito, são fenômenos que apresentam uma relação íntima. Considerando as formas cada vez mais complexas de privatização da educação, estudos que enfocam os valores, as concepções de mundo e de educação desses grupos, a partir de uma sociologia relacional, são relevantes.

Por fim, é importante indicar que este trabalho está estruturado em 5 capítulos. Nesta primeira parte, a Introdução, são apresentados os pressupostos gerais do trabalho. No Capítulo 2, a filantropia é discutida, com maior profundidade, a partir do referencial de Marcel Mauss. Tomando as contribuições de Mestriner (2008 e 2012), elabora-se um panorama da filantropia no país, avançando na investigação da presença dos grupos filantrópicos na educação. No terceiro capítulo, são apresentados alguns dados e as problematizações formuladas a partir do trabalho de campo. É também nessa parte que todos métodos e técnicas de pesquisa são mais bem apresentados.

O capítulo seguinte privilegia uma discussão sobre o papel da filantropia nas camadas superiores, e o quinto e último capítulo debate os achados da pesquisa, aprofundando elementos sobre as ações filantrópicas mantidas pelas famílias Diniz e Gradin, por meio de seus institutos.

Os dados coletados e as discussões formuladas apontam para uma concepção que esvazia e empobrece a prática docente, em especial na instrumentalização do professorado por planos de aula e roteiros pré-definidos. Além disso, há uma dimensão relevante na atuação desses atores, que é a de incidência em políticas públicas. A filantropia promovida por esses grupos poderia ser entendida, dessa forma, como um espaço de influência na esfera pública, sendo a educação uma mercadoria em disputa.

2 A FILANTROPIA NO BRASIL: UMA AGENDA DE INVESTIGAÇÃO

A discussão promovida neste capítulo contextualiza o(s) sentido(s) da filantropia no Brasil, apresentando um panorama da evolução do segmento. Parte-se de um modelo assistencialista, especialmente vinculado às práticas religiosas, para a consolidação de grupos filantrópicos estruturados, institucionalizados e muitas vezes com altos orçamentos. Dito em outras palavras, parte-se de um modelo filantrópico assistencialista para a “nova filantropia”, com sua visão gerencial e investimentos de impacto social. Neste rol de atores filantrópicos estão as fundações e institutos vinculados às famílias mais ricas do país, fenômeno que ganhou corpo nas duas últimas décadas. Esta contextualização é central para a tese que se sustenta.

O trabalho de Mestriner (2008) historiciza a frequente aproximação entre o termo e expressões como altruísmo, caridade, benemerência e ajuda ao próximo, associações que são muito comuns em nossa sociedade. Ao resgatar a etimologia da palavra filantropia¹³, a autora retoma o duplo sentido do termo: numa perspectiva estrita constitui-se no “sentimento, na preocupação do favorecido com o outro que nada tem, portanto (se constitui) no gesto voluntarista, sem intenção de lucro” (MESTRINER, 2008, p. 14). Já em uma perspectiva mais ampla, a filantropia supõe o sentimento humanitário, uma certa preocupação com o bem-estar público e com o coletivo, confundindo-se com a noção de solidariedade.

Assim, no campo filosófico e dos valores, a filantropia se constitui em diálogo com o altruísmo e com uma certa ideia de compaixão, o que “leva a um voluntarismo que não se realiza no estatuto jurídico, mas sim no caráter da relação” (MESTRINER, 2008, p.14). A chave analítica do voluntarismo, isto é, da prevalência da vontade individual do filantropo, aliada à noção da prática do bem, estabelece as bases de uma certa racionalidade, conformando, como analisa Mestriner (p. 14), uma “escola social positiva”, constituída na ação do dom, da bondade e materializada na ajuda ao próximo. Esta perspectiva apresentada pela autora sobre o sentido da filantropia é central: as lentes analíticas para o objeto podem focar em uma discussão que envolve a pobreza e as desigualdades, mas também podem mirar a filantropia enquanto “dádiva” ou “dom”. É por este caminho que esta análise começa.

¹³ A palavra é originária do grego, sendo que *philos* pode ser entendido como amor, e *antropos*, homem. A palavra “filantropia” pode, dessa forma, ser relacionada com o “amor do homem pelo ser humano, ao amor pela humanidade” (MESTRINER, 2008, p. 14).

O Ensaio sobre a Dádiva, clássico trabalho de Marcel Mauss escrito entre 1923-24, é central para melhor compreensão da temática. Mauss dirigiu sua atenção para as formas arcaicas dos sistemas de prestações econômicas e do contrato e identificou um conjunto de fatos extremamente complexos. As prestações econômicas estudadas por Mauss assumiam uma forma de “regalo, de presente oferecido generosamente” e aparentemente apontavam para um caráter voluntário, livre e gratuito. Todavia, tais atos também eram marcados, no fundo, por interesses econômicos e por diversas obrigações: “as trocas e os contratos se fazem sob a forma de presentes, em teoria voluntários, [mas] na verdade [são] obrigatoriamente dados e retribuídos” (MAUSS, 2007, p. 187-188). A dádiva não retribuída tornaria inferior quem a recebeu, sendo necessário um certo “espírito da reciprocidade”. Assim, ao comparar os sistemas de dádivas presentes em sociedades da Polinésia, Melanésia e noroeste americano, Mauss evidenciou um princípio comum e regulador daquelas trocas: a obrigação de dar, de receber e também de retribuir.

Concordando com Lanna (2000, p. 175), o fio condutor no Ensaio sobre a Dádiva é a noção de aliança, que será uma preocupação central na Antropologia francesa:

O argumento central do *Ensaio* é de que a dádiva produz a aliança, tanto as alianças matrimoniais como as políticas (trocas entre chefes ou diferentes camadas sociais), religiosas (como nos sacrifícios, entendidos como um modo de relacionamento com os deuses), econômicas, jurídicas e diplomáticas (incluindo-se aqui as relações pessoais de hospitalidade) (LANNA, 2000, p. 175).

A concepção maussaniana postula a vida social como um constante dar-receber-retribuir (tríade do “dom”) entre os indivíduos, o que organizaria uma espécie de comunhão – ou aliança – entre eles. Dito em outras palavras, um dos elementos caracterizadores da dádiva é a confiança nas relações e contratos sociais.

Em seus estudos, ao se perguntar sobre as regras sociais que fazem com que o presente recebido seja retribuído, Mauss sinaliza para a constituição de uma moral contratual atual, ou seja, “a maneira pela qual o direito real permanece ainda em nossos dias ligado ao direito pessoal” (MAUSS, 2007, p. 188). Essa moral e essa economia (das trocas) amalgamadas ecoariam ainda hoje, em nossa sociedade, provocando nos indivíduos um “curioso estado de espírito, no qual se misturam os sentimentos dos direitos que ele possui e outros sentimentos mais puros – de caridade, de ‘serviço social’, de solidariedade” (MAUSS, 2007, p. 298).

Este último “sentimento” não poderia, obviamente, ser classificado de uma forma binária como totalmente interessado ou desinteressado, mas, para Mauss, as sociedades contemporâneas teriam desenvolvido um *modelo híbrido* constitutivo de uma moral de grupo (MAUSS, 2007, p. 303). Assim, seria conveniente “que o cidadão não seja nem demasiado bom e subjetivo demais, nem demasiado insensível e realista demais. É preciso que tenha um senso agudo de si mesmo, mas também dos outros, da realidade social” (MAUSS, 2007, p. 299), o que faria o indivíduo agir levando em consideração não somente si mesmo, mas também a sociedade e o que o autor qualifica como subgrupos. Assim, em sociedades contemporâneas (e desiguais), seria preciso que “os ricos voltem – de maneira livre e também obrigatória – a se considerar(em) como espécies de tesoureiros de seus concidadãos” (MAUSS, 2007, p. 298).

A emergência de um poderoso setor filantrópico na contemporaneidade renovou a atenção de pesquisadores pelo trabalho pioneiro de Mauss, e sua concepção de dádiva ainda é uma chave analítica interessante para os estudos sobre o tema. Embora mais presentes nos Estados Unidos, onde o setor filantrópico é mais consolidado, movimentando vultuosas somas de recursos, há pesquisas consolidadas no Canadá e na França (SILBER, 1998, p. 135). Ainda que a dádiva e o dom maussianos sejam mais próximos do universo relacional íntimo dos indivíduos, como é o caso da família e das relações de amizade, por exemplo, é inegável que existe um esforço de pesquisa sobre a moderna filantropia a partir das contribuições do autor. Silber (1998) reitera o fato de que a perspectiva de Mauss está voltada a alguns tipos de trabalho voluntário e formas embrionárias de caridade nas civilizações antigas, não deixando pistas concretas para a compreensão de fenômenos semelhantes no contexto contemporâneo. Mesmo assim, a perspectiva maussianiana ainda se aplica para o estudo das práticas filantrópicas, especialmente em razão de dois elementos: o paradoxo do interesse e desinteresse e a conexão entre a dádiva e a identidade pessoal do doador.

Sobre o primeiro aspecto, Mary Douglas, na introdução da obra *The Gift*, de Mauss, reforçava que o desinteresse e a não obrigatoriedade da dádiva são meras ilusões: “a impossibilidade de reciprocidade, desconectando a dádiva da solidariedade social mantém os recipientes em posições inferiores na hierarquia social, bem como em situações de dependência” (KUNRATH SILVA, 2016, p. 140). A partir do paradoxo do interesse e do desinteresse, muitas críticas já foram feitas à filantropia, ora

apontando-a como estratégia dos grupos dominantes para evitar a tributação de seus patrimônios, ora apontando que uma parte muito pequena da riqueza (muitas vezes ilegítimamente) acumulada seja efetivamente destinada à benemerência. Também se questiona que as doações apenas minimizam problemas e desigualdades estruturais, conservando estruturas centralizadoras de poder e de riqueza (SILBER, 1998, p. 140). Todavia, essas análises ainda não explicariam por que os interesses de classe assumem a forma da filantropia, por exemplo.

Já em relação ao segundo aspecto, ainda há um amplo leque de possibilidades analíticas. Ainda que atualmente a filantropia seja por vezes anônima, burocrática e marcada por uma certa impessoalidade, a conexão entre a dádiva e a identidade do doador não pode ser desconsiderada. A filantropia moderna ainda guarda aspectos significantes de personalização que não podem ser ignorados.

É importante mencionar que a categoria “filantropia” não pode ser considerada um corpo homogêneo. Pelo contrário. Ela envolve uma ampla gama de práticas que se movem no espectro do formal e do não formal, criando

categorias próprias, como o *não lucrativo*, em uma sociedade de mercado; o *voluntariado*, na promoção da cidadania; a *concessão de utilidade pública* para organizações que trabalham com os que são perversamente vistos como inúteis produtivos (MESTRINER, 2008, p. 13-14).

As práticas filantrópicas englobam uma variedade de ações pontuais, ocasionais ou sistemáticas realizadas tanto no âmbito individual, como as doações de pessoas físicas, quanto também na esfera institucional, como é o caso das ações promovidas por organizações sem fins lucrativos¹⁴.

¹⁴ Para fins da construção do argumento da tese, o termo “organizações sem fins lucrativos” será adotado em referência a uma categoria de organizações que pode receber diferentes classificações, de acordo com o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Este grupo de organizações é nomeado pelo MROSC como “Organizações da Sociedade Civil” (OSC). Por vezes conhecidas simplesmente por ONGs (Organizações Não Governamentais), essas organizações se definem como sem fins lucrativos e realizadoras de ações e atividades com finalidade pública. De acordo com o enquadramento jurídico de uma organização, ela pode receber a qualificação de fundação, associação ou instituto, além de pleitear alguns títulos junto aos entes públicos, como é o caso do CEBAS (Certificado de Entidades Benéficas de Assistência Social) ou OS (Organização Social). Na prática, e em linhas gerais, a certificação garante à organização algumas imunidades tributárias, possibilidade de parcelamento de dívidas de tributos federais e ainda prioridade na celebração e termos de parceria com o poder público, entre outros benefícios. O Observatório da Filantropia, mantido pelo Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (FONIF), disponibiliza um mapeamento de entidades filantrópicas no país. Segundo dados coletados em 20 de maio de 2022, existem 12.102 entidades filantrópicas com CEBAS, atuantes em todo o país nas áreas da saúde, assistência e educação. Segundo o relatório *A contrapartida do setor filantrópico para o Brasil*, do FONIF (2018), são cerca de 324 instituições filantrópicas atuantes no ensino superior, que atendem 1,2

Todas essas práticas filantrópicas também podem, para além da chave analítica da dádiva e do dom maussaniano, ser delimitadas e correlacionadas com os fenômenos das múltiplas desigualdades e da pobreza. E, nesta perspectiva analítica, não é possível compreendermos este objeto sem partimos da sua relação com o Estado, relação essa duradoura, permanente e que vem sendo consagrada por múltiplos mecanismos reguladores (MESTRINER, 2008, p. 285).

No Brasil, a formalização da aliança entre Estado e filantropia ocorreu apenas no Estado Novo varguista, mas isso não significa, de modo algum, que essa relação não existia antes daquele período, especialmente no que se refere às ações filantrópicas promovidas e vinculadas à Igreja Católica:

A nobreza criou o “esmoler” para recolher o benefício e os “vinteiros” para verificar a necessidade; a Igreja criou os diáconos, que visitavam os assistidos e mediavam suas necessidades; as misericórdias coletavam esmolas para ajudar principalmente os órfãos e se constituíram na primeira forma organizada de assistência no Brasil; os “bodos” foram também uma forma de acesso dos pobres a alimentos distribuídos pela Igreja. O favor foi outra forma consolidada de relação social no Brasil, dando-se de forma verticalizada entre o senhor e o apadrinhado. Também a benemerência *ad hoc*, institucionalizada, pouco se diferenciou ao longo do tempo. Dá-se ainda pelas obras de internação (asilos, orfanatos, abrigos) e obras “abertas”, que propiciam a convivência entre a família e as formas institucionais, como espaços de apoio (MESTRINER, 2008, p. 15).

Este trecho do trabalho de Mestriner, autora referência para compreensão do panorama e da evolução histórica da filantropia no país, é importante para jogarmos luz a um aspecto constituinte da filantropia, isto é, as noções de caridade, apadrinhamento, favor, personalismo e verticalidade (realizada de cima para baixo), com acentuada inspiração religiosa, que vão pavimentar as relações entre os diferentes grupos sociais.

Essas características são, inclusive, percebidas nas formas embrionárias da relação entre filantropia e Estado: antes de 1938, por exemplo, quando essa relação passou a ser delegada ao Ministério da Educação e Saúde (então sob gestão de

milhão de alunos e ofertam 500 mil bolsas de estudo. A educação básica conta com 1755 escolas filantrópicas, que atendem cerca de 1 milhão de alunos e oferecem 204 mil bolsas de estudo. É importante indicar que essa temática é ampla e envolve diversas camadas de análise que fogem ao escopo desta tese. Todavia, dados de cenário e contexto são importantes para circunscrever o objeto e indicar que as nomenclaturas adotadas no campo podem ter significados diferentes a depender do contexto em que são utilizadas. O Observatório da Filantropia pode ser acessado em <https://public.tableau.com/app/profile/observatoriodafilantropia>.

Gustavo Capanema), eventuais subsídios e benefícios atribuídos para ações filantrópicas pelo Estado eram feitos diretamente pelo monarca ou presidente, isto é, passando ao largo de uma dimensão pública de debate e controle social das decisões, que eram pessoais e pautadas por critérios subjetivos.

Para dar conta da evolução do modelo filantrópico brasileiro, Mestriner desenvolve uma tipologia a partir dos modelos de regulação estatais. Ela parte da tipologia da *filantropia higiênica*, para caracterizar um modelo marcado pela opção de enclausuramento de doentes, transgressores e loucos, típico do período que antecede os anos 30 do século passado. O modelo subsequente, qualificado como *filantropia disciplinadora*, apresenta como marca maior o enquadramento do pobre visando transformá-lo em um “trabalhador produtivo e disciplinado, harmonizado com os interesses patronais, ampliando assim o exército de mão de obra adequado às possibilidades de trabalho que se abriam” naquele momento histórico (MESTRINER, 2008, p. 282).

Para a autora, uma certa “evolução natural” desse modelo pode ser categorizada como *filantropia pedagógica profissionalizante*, quando uma sociedade mais urbana e industrial se consolidou no país e, com ela, apareceram novas demandas de profissionalização dos trabalhadores empobrecidos. Uma diferença importante desse tipo de filantropia é a partilha com o âmbito educacional, um formato que permanece atual até os dias de hoje: “É ainda o Estado de direito que mobiliza o empresariado, atribuindo-lhe a manutenção de macroorganismos para esse atendimento mais específico, que no campo educacional é feito por meio do Sesi, Senai, Sesc e Senac” (MESTRINER, 2008, p. 282).

Durante o período da ditadura militar, uma mudança significativa para a regulação da filantropia no país se impôs. Se antes as ações eram reguladas via Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS)¹⁵ e, portanto, com algum nível de representatividade da sociedade civil, durante o período ditatorial as decisões passaram a ser tomadas pelos próprios parlamentares, o que trará novamente para a cena a figura do apadrinhamento político. Mestriner qualifica esse formato como *filantropia de clientela* ou *filantropia do favor*¹⁶. A tipologia criada pela autora não

¹⁵ O CNSS foi extinto em 1993, com a publicação da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), sendo substituído pelo CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social).

¹⁶ Um ponto interessante desse período diz respeito ao aparecimento de atores como a Funabem e a Febem, que “farão o elo entre assistência, filantropia e repressão” (MESTRINER, 2008, p. 293).

aponta grandes transformações desse quadro durante o período da redemocratização.

Correndo o risco de reduzir o trabalho de Mestriner (2008), este breve panorama nos permite pavimentar o entendimento das raízes de um fenômeno complexo, como é a – até hoje – insuperável presença filantrópica na construção das políticas públicas sociais no país. Frequentemente travestidas por características como tutela, favor ou benesses, não ultrapassam “o caráter de prática circunstancial, secundária e imediatista que, no fim, mais reproduz a pobreza e a desigualdade social brasileira, já que opera de forma descontínua e em situações pontuais” (MESTRINER, 2008, p. 16). Assim, as políticas sociais¹⁷ teriam se consolidado, historicamente, na mediação com dois aspectos da filantropia: as organizações sem fins lucrativos e o voluntariado, numa fronteira não muito definida entre a esfera pública e a esfera privada (MESTRINER, 2008, p. 17).

Todavia, é relevante comentar uma alteração significativa ocorrida em 1988, quando é possível falar em uma mudança de paradigma. A promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, conhecida como a “constituição cidadã”, imprimiu à área social brasileira uma nova dinâmica institucional e inclusive um novo estatuto: partia-se de uma concepção fragmentada de políticas públicas para a construção das políticas estruturantes do Estado brasileiro, como são as políticas da seguridade social, da saúde e da previdência social, o que implicou em uma nova institucionalidade, inclusive no que diz respeito à regulação da relação do Estado com as organizações sem fins lucrativos.

Um outro marco importante para a área foi a extinção do CNSS em 1993 com a consequente publicação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), mudança que fez emergir diversos casos de corrupção, clientelismo e subvenção a organizações filantrópicas fantasmas, sendo que já naquele momento se pleiteava maior transparência na relação entre o público e o privado, a ampliação do controle social, bem como a superação de um modelo que jocosamente ficou conhecido como “pilantropia” (SPOSATI, 1994).

¹⁷ No âmbito do Serviço Social, esta discussão está bem pavimentada pelos trabalhos de Sposati (2003), Yasbek (2006, 1995) e também por Mestriner (2008), configurando uma problemática que diz respeito à própria institucionalização da Assistência Social como política pública. Para fins desta tese, é relevante apenas a apresentação de um quadro geral sobre a complexa relação entre filantropia, Estado e políticas públicas no país.

Mestriner qualifica como *filantropia democrática* o modelo característico da última década do século passado, tipologia imbuída por todos os novos sentidos e racionalidades presentes na arena pública e fomentados pela promulgação da Constituição Federal. Esta tipologia teria como uma de suas principais características um choque entre a filantropia até então tradicional e os novos impasses da reformulação das suas relações com o Estado. Aquele novo contexto social e legal, segundo Mestriner, “vai reproduzir o passado no presente, que se pretende democrático”, uma vez que as disputas no campo ganharam nova dimensão. Dito em outras palavras, para a autora, os modelos implementados seguiriam reproduzindo a velha relação já problematizada anteriormente, porém com uma nova roupagem.

Uma outra classificação interessante para historicizar a evolução do segmento filantrópico no país, embora menos detalhada, dá conta de três etapas diferentes: a filantropia privada, promovida por entidades de forte cunho religioso; a filantropia estatal, quando o Estado, a partir de meados da década de 20 no século passado, atua por meio de ações governamentais em parceria com atores filantrópicos; e, por fim, a nova filantropia, fase marcada pelo retorno das ações privadas “em que ações de órgãos não-governamentais estão garantidas por lei, na qual um “espaço” é aberto para o que viria a garantir as iniciativas de organizações rotuladas enquanto Terceiro Setor” (CALEGARE; SILVA JUNIOR, 2009)¹⁸.

De qualquer modo, é importante recuperar que os anos 80 do século passado foram extremamente importantes para a democracia brasileira, constituindo-se como um marco relevante no processo de redemocratização, ainda que permeados por contradições. Se, por vezes, aquele período histórico é lembrado como “a década perdida” em razão das políticas recessivas vigentes, da inflação, do desemprego e do arrocho salarial, o contraponto desvela um movimento social rico, ativo, criativo e determinante para o processo de redemocratização. Naqueles anos se intensificaram campanhas, debates públicos e ações organizadas e lideradas por sindicatos e movimentos sociais, como associações de bairro, movimento negro, movimento indígena e movimentos diversos em defesa dos direitos das crianças e adolescentes. A fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) também são

¹⁸ Para uma leitura detida sobre essa tipologia, consultar Passetti (1999).

elementos importantes daquele período, em que se verifica um certo protagonismo de movimentos sociais.

Todavia, todo o entusiasmo e a euforia social daquele período, tão presentes nas lutas e mobilizações das organizações sociais de base popular, dividiam espaço com a emergência de novos atores sociais:

entre as lutas pela democracia empreendidas por movimentos sociais e grupos progressistas que almejavam a universalização de direitos de cidadania e bem-estar social, povoaram também nessa sociedade civil – cada vez mais complexa e ocidentalizada – uma multiplicidade de organizações da classe dominante (CASIMIRO, 2018, p. 121).

Fontes (2006a) recupera que a proliferação simultânea de organizações com inspirações populares, democráticas e até mesmo anticapitalistas com organizações inspiradas por um certo descontentamento empresarial à época levou a uma disputa em torno do próprio sentido de sociedade civil, fazendo com que uma visão crítica mais aprofundada sobre aquele período ficasse nublada. As disputas não se davam somente nos tipos de organizações formalmente constituídas, mas também no próprio espaço da sociedade civil, onde as entidades empresariais também atuavam corporativamente e politicamente, ocupando brechas no meio das intensas contradições do período (FONTES, 2006, p. 227)

Foi a partir dos anos 1990 que esse movimento ganhou nova roupagem e foi ainda mais intensificado. Uma ampla gama de reformas de Estado implementadas no país, sob a bandeira de eficiência e da racionalidade econômica, trouxe à arena política “uma multiplicidade de organizações que denotam a expansão do empresariamento nas mais diversas áreas de atuação pública” (CASIMIRO, 2018, p. 125). A “Reforma Bresser Pereira”, como ficou conhecida, provocou mudanças significativas no Estado brasileiro. O então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, responsável pela reforma, pontua como suas principais características:

- a) a descentralização dos serviços sociais para estados e municípios;
- b) a delimitação mais precisa da área de atuação do Estado, estabelecendo-se uma distinção entre as atividades exclusivas, que envolvem o poder do Estado e devem permanecer no seu âmbito, as atividades sociais e científicas, que não lhe pertencem e devem ser transferidas para o setor público não-estatal, e a produção de bens e serviços para o mercado;
- c) a distinção entre as atividades do núcleo estratégico, que devem ser efetuadas por políticos e altos funcionários, e as atividades de serviços, que podem ser objeto de

contratações externas; d) a separação entre a formulação de políticas e sua execução; e) maior autonomia para as atividades executivas exclusivas do Estado que adotarão a forma de agências executivas; f) maior autonomia ainda para os serviços sociais e científicos que o Estado presta, que deverão ser transferidos para (na prática, transformados em) organizações sociais, isto é, um tipo particular de organização pública não estatal, sem fins lucrativos, contemplada no orçamento do Estado — como no caso de hospitais, universidades, escolas, centros de pesquisa, museus, etc.; g) assegurar a responsabilização (*accountability*) por meio da administração por objetivos, da criação de quase-mercados e de vários mecanismos de democracia direta ou de controle social, combinados com o aumento da transparência no serviço público, reduzindo-se concomitantemente o papel da definição detalhada de procedimentos e da auditoria ou controle interno — os controles clássicos da administração pública burocrática — que devem ter um peso menor (BRESSER PEREIRA, 1999, p. 6-7).

Assim, um dos aspectos centrais da Reforma Bresser é, para além da privatização de “empresas estatais que produzem bens e serviços para o mercado”, a “descentralização para estados e municípios de serviços sociais” (BRESSER PEREIRA, 1999, p. 7). É neste bojo que as organizações sociais (OS) foram criadas¹⁹.

A estratégia da reforma se apoiava na “publicização” dos serviços não-exclusivos do Estado, ou seja, na sua absorção por um setor público não-estatal que, uma vez fomentados pelo Estado, assumiriam a forma de organizações sociais. Essa parceria viabilizaria a ação pública com mais agilidade e maior alcance, em razão de uma autonomia administrativa muito maior do que aquela possível dentro do aparelho estatal (STUCHI; XIMENES, PIPINIS; VICK, 2020).

Na prática, o que se verificou foi a retirada das bases para a efetivação dos direitos que haviam sido recentemente conquistados e inseridos na Constituição Federal de 1988. Os trabalhos de Fontes (2006a, 2006b e 2020) e Casimiro (2018) apontam para um novo arranjo nos padrões de sociabilidade, que começaram a se desenhar durante a década de 1980 e se firmaram nos anos 1990, em meio às mudanças estruturais no Estado brasileiro. Esses novos arranjos provocariam significativas transformações na formulação das políticas públicas, uma vez que a interação entre Estado e atores sociais também havia mudado: entraram em cena as chamadas organizações não governamentais (ONGs) e as chamadas fundações e associações sem fins lucrativos (Fasfil’s). Ghanem recorda que “a noção de espaço

¹⁹ Para detalhes sobre a implementação das Organizações Sociais e o movimento do Estado, durante a Reforma Bresser Pereira, em direção ao terceiro setor, consultar Cadernos Mare. Caderno 2, Brasília, 1998.

público se nublou e governos passaram a convocar a participação da sociedade civil, nomeadamente ONGs, nos serviços públicos” (GHANEM, 2012, p. 54).

Longe de querer esgotar a complexidade do tema, é interessante para a construção do argumento trazer a perspectiva analítica do ponto de vista dos estudos dos movimentos sociais. Com relação àquele período, Gohn (2010) problematiza a conjuntura social e política não apenas brasileira, mas também regional, marcada por intensas contradições, mas que, por outro lado, também permitiu maior organização aos movimentos sociais atuantes na região latino-americana, graças a um avanço no processo democrático e na emergência de novos atores sociais pautados por questões étnicas, em especial na Bolívia, e movimentos nacionalistas, em particular na Venezuela. O Brasil, entretanto, apresentaria uma característica peculiar, e uma das hipóteses de investigação de Gohn é justamente a perda de força política dos movimentos sociais brasileiros como agentes autônomos, que teriam “se transformado em meios de institucionalização de práticas sociais organizadas de cima para baixo, práticas que são formas de controle e regulação da população” (GOHN, 2010, p. 60)²⁰.

O início do novo milênio trouxe um novo marco: a conquista do poder político por segmentos que estavam, até então, na oposição. Entretanto, Gohn pondera que ao contrário do fortalecimento da área, que era esperado por parte de governos progressistas, testemunhamos o seu enfraquecimento: “a sociedade civil torna-se no imaginário popular o centro de referência do bem e passa a ser reduzida, por muitos, à esfera das ONGs e entidades do terceiro setor” (GOHN, 2010, p. 60). Tanto é que os estudos e as pesquisas que focalizam a relação entre classes sociais e movimentos sociais, destacando a centralidade da classe operária como agente essencial para as transformações sociais, foram reduzidos, e as ONGs começaram a ganhar mais espaço analítico.

É natural, considerando a discussão anterior, que o “mundo das ONGs” tenha ganhado espaço tanto nas produções acadêmicas como na mídia nas últimas

²⁰ A forma paliativa com que o Estado brasileiro enfrentou questões sociais e problemas estruturais, intermediada pelo setor filantrópico, também pode ser compreendida como um entrave para a organização e protagonismo das classes populares. Para Mestriner, “o Estado, ao pretender atuar sobre a ‘questão social’, atacou sempre seus efeitos de forma paliativa, operando por meio de práticas integrativas e de ajustamento, restritivas ao protagonismo das classes populares e impeditivas de mudanças sociais expressivas. A intermediação do setor filantrópico sempre dificultou esse protagonismo” (MESTRINER, 2012, p. 290). O trabalho de Yazbek (1995) é outra referência para maior compreensão dessas complexas relações.

décadas: ora extremamente valorizadas, ora demonizadas, a questão é que tanto os limites como as potencialidades desses importantes atores sociais e políticos ainda merecem novas miradas acadêmicas.

Ao observarmos atentamente as novas configurações, articulações e arranjos do setor filantrópico, temos que mais estudos e análises verticalizadas, com novos e interdisciplinares referenciais teóricos, serão necessários para melhor delimitação de um segmento com significativa presença na sociedade brasileira. Os números consolidados no Mapa das Organizações da Sociedade Civil, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)²¹, reúne 815.676 organizações mapeadas e atuantes em todo o território nacional, a maior parte delas concentrada na Região Sudeste. Trata-se de um setor com ampla e diversa atuação, com importante participação no mercado de trabalho e relevância em ações de interesse público (LOPEZ, 2018)²².

Uma outra questão relevante para dimensionamento do setor é a transferência de recursos públicos. O Mapa do IPEA revela que, entre 2010 e 2017, “o número de OSCs que recebeu recursos federais caiu de 13 mil para 7 mil. A cooperação federal com OSCs também se reduziu sob este prisma, portanto”. O mapeamento mostra que desde 2001 se identifica tendência de queda de redução do percentual referente às transferências de recursos federais (LOPEZ, 2018, p. 24-25).

Outra referência importante para delimitar o tamanho do setor no país é o Censo Gife, uma pesquisa com realização bianual e de caráter qualitativo. A pesquisa tem o objetivo de mapear e apresentar dados importantes sobre o setor e é realizada de forma voluntária na base associativa do Gife, uma organização nascida de maneira informal em 1989 e instituída como organização sem fins lucrativos em 1995²³. Atualmente, o Gife se denomina “uma plataforma de fortalecimento da filantropia e do

²¹ Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/mapa>. Acesso em: 20 maio 2022.

²² Usando a ferramenta básica de busca do IPEA, temos que 30.220 dessas instituições mapeadas atuam na área da “educação e pesquisa”. Mas elas não são maioria: as organizações com finalidade de “desenvolvimento e defesa de direitos e interesses” e as organizações com finalidade religiosa são a maioria no país: seis em cada dez (IPEA, 2018).

²³ O Gife é um ator relevante na área da filantropia. O trabalho de Casimiro oferece uma análise aprofundada do surgimento do Gife na década de 1980, bem como do propósito de unificação e estabelecimento de “diretrizes para o desenvolvimento de ações integradas e comuns entre os grandes grupos empresariais atuantes no país” (CASIMIRO, 2018, p. 136). Atualmente o GIFE conta com mais de 160 associados, como Fundação Vale, Fundação Bradesco, Fundação Lemann, Instituto Península e Instituto Avon, entre muitos outros.

investimento social privado no Brasil”, funcionando como “associação dos investidores sociais do Brasil, sejam eles institutos, fundações ou empresas”²⁴.

O Censo de 2020, lançado em dezembro de 2021, foi realizado a partir da pesquisa com 131 organizações, o que corresponde a 81% da base associativa da entidade. Os dados coletados pelo Censo dão um bom panorama da movimentação de recursos da área: o valor do investimento financeiro feito pelos respondentes foi de R\$ 5,3 bilhões, montante que representa um aumento de 53% em relação ao levantamento anterior, publicado em 2018. A maior parte desses recursos veio de organizações com perfil empresarial.

O aumento significativo dos recursos movimentados no setor durante o período captura os impactos da pandemia no segmento: 2020 foi, certamente, um ano atípico para o setor, que direcionou mais recursos para o enfrentamento dos efeitos da pandemia de Covid-19. O Censo traz também outros dados relevantes para a compreensão do segmento. Na percepção dos entrevistados, houve uma piora no ambiente de atuação, sendo que entre as causas citadas estão a sustentabilidade financeira em tempos de crise, a liberdade de expressão e a percepção do setor por parte do poder público, entre outros fatores. Este cenário negativamente percebido pelos entrevistados causou, para a maioria desses (59%), um reajuste nas ações e nas agendas estratégicas adotadas por esses grupos.

A área da educação segue sendo prioritária para atuação dos filantropos: é nela que 76% concentram suas ações. Entretanto, o Censo também captou um declínio dessa prevalência: em 2016, a educação era prioritária para 84% dos respondentes, número que diminuiu em 2018 (80%) e caiu ainda mais no último levantamento. A proteção social desponta como uma área atrativa para esses atores, assim como para a saúde, mas esta ampliação se deve também ao contexto da pandemia, quando as ações de combate à fome e à pobreza se intensificaram. Ainda é cedo para avaliar se essa queda se sustenta, mas é um indicativo de que outras áreas podem despertar o crescente interesse por parte dos filantropos.

Com relação à origem dos recursos utilizados, a maioria dos entrevistados (83%) faz uso de recursos próprios para o desenvolvimento de suas ações. Muito embora o Gife determine o que é “fonte própria”²⁵, não se tem clareza da origem e das

²⁴ Disponível em: <https://gife.org.br/quem-somos-gife/>. Acesso em: 20 maio 2022.

²⁵ Para o Censo são consideradas fontes próprias “mantenedores empresariais; rendimentos de fundo patrimonial filantrópico (*endowment*) próprio; outros rendimentos financeiros; grupos familiares e/ou

características dos recursos que compõem cada uma das fontes doadoras. Por isso mesmo, é importante comparar esse dado com outra informação relevante apresentada pelo Censo: o montante investido a partir de incentivos fiscais. No Censo de 2020, esse montante ficou em 9% do total investido, o que soma R\$ 493 milhões (BRETTAS, 2021, p. 54).

Das organizações respondentes, 32% fizeram uso de incentivos fiscais em 2020, uma queda de 3 pontos percentuais em relação ao verificado em 2018. Essa tendência é observada em todos os tipos de investidores, com reduções de 2 a 5 pontos percentuais nas parcelas de respondentes que os utilizam. As *Empresas* se mantêm como o tipo de organização que mais comumente utiliza incentivos fiscais e Institutos, Fundações e Fundos Filantrópicos *Familiares*, como o que menos faz uso (BRETTAS, 2021, p. 55).

São necessários novos cruzamentos e análises individualizadas dos montantes movimentados, mas as somas apresentadas dão um bom panorama do tamanho financeiro do setor. Ainda com relação à forma de atuação desses atores sociais, as ações de *advocacy*²⁶ são as que mais cresceram, sendo também mencionadas as seguintes estratégias de alinhamento com políticas públicas:

desenvolvimento de métodos ou tecnologias sociais a serem incorporados às políticas públicas; contribuição com a produção de conhecimento para auxiliar a elaboração de políticas ou a gestão pública e desenvolvimento de ações de formação de gestores/as ou servidores/as públicos/as (incluindo participação em eventos formativos e formação técnica ou preparação emocional) – apoiadas, cada uma delas (foram mencionadas) por 42% dos respondentes (BRETTAS, 2021, p. 121).

Este breve panorama do setor filantrópico brasileiro desvela um segmento que, ao longo dos últimos anos, se estruturou, se fortaleceu e é cada vez mais atuante em *advocacy*. Os números movimentados pelos grupos são expressivos, tanto em termos de recursos financeiros como em termos de articulação e em termos de incidência em políticas públicas. As formas de *advocacy* são, aliás, cada vez mais complexas, cenário alinhado ao que Ball (2014, 2012), Avelar (2017, 2019) e Verger, Zarcany e Fontdevila (2018) já haviam mapeado no âmbito internacional. O segmento que hoje

indivíduos mantenedores; mensalidades ou contribuições associativas; bens e direitos; gratuidades (trabalho *pro bono* e voluntariado); e outras pessoas jurídicas mantenedoras” (p. 46).

²⁶ Neste trabalho, *advocacy* é entendido, de forma ampliada, como uma prática política promovida por indivíduos, organizações ou outros grupos de pressão no interior das instituições políticas com o objetivo de influenciar na política pública.

atua no país está longe daquele primeiro formato analisado no trabalho de Mestriner (2008). Profissionalizado e estruturado, o setor filantrópico atua de forma relevante em diversas áreas, inclusive ofertando projetos e atendimento à população. Com a educação não poderia ser diferente.

2.1 A filantropia em educação

Neste trabalho, a expressão “filantropia em educação” é usada para designar um setor composto por organizações sem fins lucrativos que atuam e realizam ações no âmbito educacional. Para esse objeto, pode-se olhar com as lentes da governança, do financiamento e da ciência política, entre outras abordagens. O recorte analítico deste trabalho está, entretanto, em identificar os possíveis entendimentos dos filantropos sobre a educação.

Como ponto de partida, uma breve contextualização é relevante. A participação desses atores na educação é garantida constitucionalmente. O sistema federativo prevê a atuação dos três entes distintos que devem colaborar para a garantia do direito à educação: o federal, os estaduais e os municipais²⁷, além da própria participação dos atores não estatais. A qualidade e a intensidade desta participação, entretanto, ainda despertam muito debate no mundo todo. O recente relatório GEM²⁸ (Global Education Monitoring Report), coordenado pela UNESCO, apresentou um panorama global do ODS 4²⁹ no mundo. Com o título “Atores não estatais na educação: quem escolhe? Quem perde?”, o relatório monitora a presença e a participação de atores

²⁷ O próprio artigo 209 da Constituição Federal de 1988 garante a participação da iniciativa privada na educação, desde que cumpridas as condições estabelecidas pela própria lei maior. O artigo 209 estabelece: “Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

²⁸ Sobre o GEM, é relevante indicar que “a Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação determina que o mandato do Relatório de Monitoramento Global da Educação (Relatório GEM) é ser ‘o mecanismo para orientar o monitoramento e a elaboração de relatórios sobre o ODS 4 e sobre a educação nos outros ODS propostos’, com a responsabilidade de informar sobre a implementação de estratégias nacionais e internacionais para ajudar todos os parceiros relevantes a se responsabilizarem por seus compromissos como parte do acompanhamento e da revisão geral dos ODS. Ele é elaborado por uma equipe independente organizada pela UNESCO”. A versão em português do relatório está disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000380076_por. Acesso em: 1º jun 2022.

²⁹ Em linhas gerais, o ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 tem o foco em educação de qualidade e integra um conjunto de ODSs estabelecidos pelas Nações Unidas em 2015. O ODS 4 está direcionado a “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” e, para tanto, apresenta um conjunto de 10 metas a serem alcançadas até 2030.

não estatais na área educacional, trazendo inclusive algumas recomendações. Em linhas gerais, o relatório parte de uma mensagem principal: sem a presença de atores não estatais, a educação de mais de 350 milhões de crianças ficaria sob responsabilidade dos Estados. A curto prazo, esse cenário alternativo seria inviável. Além disso, atores não estatais sempre atuaram no campo da educação, sendo que cada modelo de sociedade implementa padrões de regulação próprios. Atualmente esses grupos estão mais presentes na educação infantil, técnica, terciária³⁰ e de adultos, todavia os dados coletados pelo relatório são enfáticos ao afirmar que essa relação não significa, necessariamente, ganho de qualidade:

Isso (a participação de atores não estatais) às vezes ocorre em detrimento da equidade e da qualidade. Geralmente, o custo mais alto da educação infantil e terciária não estatal significa que as elites urbanas estão super-representadas nessas instituições. Nos Estados Unidos, as universidades que visam a maximizar os lucros têm sido associadas a uma deterioração dos resultados dos estudantes. Instituições que oferecem formações particulares por meio de competição de mercado ou sistemas de desenvolvimento de habilidades, como o programa de empréstimo australiano TVET FEE-HELP e a National Skill Development Corporation da Índia, foram forçadas a repensar processos de prestação de contas (*accountability*) e monitoramento, para aumentar a qualidade da oferta de educação privada e melhorar a empregabilidade dos egressos (UNESCO, 2021, p. 2).

A presença desses atores no campo educacional também não é nova, sendo que instituições religiosas, associações e até mesmo as famílias organizaram, ao longo da história, a educação de forma espontânea: foi somente no final do século XVIII que os Estados iniciaram a organização da educação escolar, identificando na área uma forma de garantir a qualificação da mão de obra para o desenvolvimento das suas economias e fortalecer um senso de identidade nacional via escolarização.

O monitoramento do relatório GEM sinaliza ainda para uma percepção, entre os países estudados, de que a educação deve ser garantida majoritariamente pelo Estado: mais de 80% dos adultos respondentes apoiam a oferta pública da educação. Mas este não é um consenso entre o que o relatório qualifica como “fornecedores não estatais da educação”, isto é, entre os próprios atores não estatais, o entendimento

³⁰ Refere-se a um nível de estudos que ocorre depois do ensino secundário, complementando-o e oferecendo aprendizagem especializada. Envolve o ensino superior e também formação profissional especializada.

de que a educação deve ser garantida majoritariamente pelo Estado não está pacificado:

Muitas vezes, as OSCs fazem críticas e expressam preocupações quanto à privatização e à mercantilização na educação, e argumentam que esta deve permanecer sob controle democrático. No entanto, mesmo em um movimento com base em direitos, assim como a Campanha Global pela Educação, alguns membros têm posições menos definidas por influência do contexto de seus países. Em uma pesquisa entre esses membros realizada para o presente relatório, 43% expressaram uma visão negativa da oferta de educação com fins lucrativos, mas 12% a apoiaram; quanto a parcerias público-privadas, as proporções foram de 41% e 20%, e o restante expressou uma posição híbrida (UNESCO, 2021, p. 13).

Esta informação é relevante, pois ela capta um entendimento que ainda é presente no setor, de que a oferta em educação pode ser privada com fins lucrativos, a despeito do posicionamento de redes e de movimentos que alertam, globalmente, sobre os riscos da comercialização e da privatização da educação, denunciando diversas ameaças ao direito à educação.

Esta perspectiva inclusive está contemplada nos Princípios de Abidjan³¹, que estabelece as diretrizes para que o envolvimento e a participação de atores não estatais sejam regulamentados, além de firmar parâmetros para oferta de educação pública pelos Estados.

Ainda que com esforço em regulamentar essa complexa relação, o tema segue permeado por questões sensíveis, como a dificuldade em distinguir claramente atores estatais de não estatais. Muitos desses grupos estabelecem parcerias em diversos formatos com o poder público, sendo que outros tantos realizam a prestação de serviços via acordos formais e não formais, o que torna ainda mais difícil captar a presença desses atores. O próprio relatório GEM apresenta diversas possibilidades, como a produção de materiais didáticos por atores privados, a gestão de avaliação e dados educacionais, o transporte e a alimentação escolar e até mesmo a atuação direta em políticas governamentais por lobistas como complexas camadas de atuação

³¹ Os Princípios de Abidjan são resultado de um amplo processo de consulta realizado ao longo de três anos com especialistas, formuladores de políticas públicas, profissionais da educação e comunidades educativas. Publicados em 2019 e endossados por diversas organizações da sociedade civil no mundo, os princípios detalham os marcos legais no que diz respeito às obrigações estatais na garantia do direito à educação e a regulamentação da participação do setor privado na área. No mesmo ano, os princípios foram reconhecidos pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, tornando-se um marco para regulação em um contexto de crescente privatização da educação no mundo.

desses grupos, o que torna mais desafiador identificar o quanto um sistema é privatizado (UNESCO, 2021, p. 5-6).

É importante ponderar, todavia, que todos esses fenômenos dizem respeito a uma agenda macro de privatização da educação, e, além disso, o Relatório GEM também apresenta outras questões sensíveis para a área, como a governança e a regulamentação da relação entre atores estatais e não estatais, bem como a crescente rede de influência e pressão do poder público. Um exemplo seria uma pressão crescente pela digitalização:

A Pearson, líder mundial do mercado editorial em educação, trocou seu slogan de “a maior editora de livros didáticos e material de ensino online do mundo” para “a companhia mundial de ensino digital”, com um maior foco em ensino e avaliação online. Para além das editoras mundiais e regionais de livros didáticos, gigantes da tecnologia também entraram no setor de educação online, uma tendência fortalecida durante a pandemia da COVID-19. Uma análise de experiências com o processo de seleção de tecnologias educacionais, realizada nos Estados Unidos, descobriu que distritos escolares e escolas em geral ficaram perdidos diante do excesso de vendedores de tecnologias educacionais oferecendo uma variedade enorme de produtos (UNESCO, 2021, p. 10).

Esse trecho apontado na pesquisa GEM evidencia que a educação, para esses grupos é vista como um negócio ou um grande mercado, pronto para o consumo de seus produtos, tecnologias ou metodologias. Os recentes dados mapeados sinalizam ainda para um agravante: a pandemia de Covid-19. Confirmando o trabalho de Verger, Zarcánjo e Fontdevila (2018), que já apontavam o aumento da privatização da educação em contextos de vulnerabilidade ou fragilidade humanitária, a situação de emergência sanitária provocada pelo coronavírus acelerou a aquisição de produtos e serviços, em especial os tecnológicos. No Brasil, o mesmo fenômeno também foi capturado pelo trabalho de Adrião e Domiciano (2020).

Como contraponto, convém indicar que esses atores não são homogêneos, divergindo em termos de motivações, valores, modelos, perspectivas pedagógicas e, obviamente, interesses. Dito isto, como síntese, é relevante a compreensão de que esses grupos desempenham, na seara da educação, múltiplos papéis, em vários níveis educacionais, com estratégias e formas variadas de influência.

Ao analisar a histórica presença desses atores na educação, Ghanem (2012) já apontava a oferta direta de serviços via convênios ou terceirização, a realização de funções técnicas na formação de pessoal e a formulação de orientações pedagógicas

como práticas comuns. Todavia, também é importante indicar que, em contraposição, também existem organizações sem fins lucrativos com sólidos propósitos pautados na promoção dos direitos humanos, na defesa da Democracia e na garantia do direito à educação. Nesse sentido, a caracterização da atuação desses atores na educação realizada por Ghanem, permanece interessante para compreender o *modus operandi* desses grupos: o autor chama de atuação paliativa, quando esses atores operam em lacunas no Estado, como é, por exemplo, o sistema de convênios na educação infantil; inovadora, quando experimentam atividades pouco frequentes no trabalho das escolas ou de outras ONGs; de mudança, quando realizam ações que promovem a mudança educacional; e por fim, a de pressão política, em relação às organizações que atuam basicamente em incidência política (GHANEM, 2012, p. 54-62).

Ainda que com certa atualidade, o crescimento do setor filantrópico impõe novas camadas para uma possível classificação. Aliada à crescente complexidade das redes estabelecidas por esses atores e ao fortalecimento do setor em termos de estrutura, recursos financeiros e até mesmo de poder, percebe-se a presença de novos formatos de atuação, especialmente no que diz respeito à interface com a esfera pública. As fronteiras que separam Estado, filantropia e setor econômico estão cada vez mais nubladas, fazendo com que os processos de tomada de decisão sejam partilhados (cada vez mais) entre esses diversos atores (AVELAR; BALL, 2017, p. 1). Neste cenário, a filantropia também mudou:

A assim chamada nova filantropia trata doações como investimento, resultados como retorno e deseja ser envolvida nas decisões sobre como o dinheiro é usado, o que, conseqüentemente coloca em cena novos players no campo social e das políticas educacionais, reorganizando as já existentes redes (AVELAR; BALL, 2017, p. 1, tradução nossa).

Esta *nova* filantropia imprimiria uma certa “perspectiva de negócio” sobre questões sociais complexas, tornando um potencial benfeitor (ou filantropo) em um consumidor de investimento social. Essa mudança de paradigma traz um elemento importante para a formulação da tese: esta nova filantropia estaria assumindo deveres sócio morais que até então seriam exclusivos de organizações representativas da sociedade civil, de agências e entidades de Estado e governo (BALL, 2014, p. 124). A “nova filantropia ou filantropia 3.0” pode ser entendida como um movimento que guarda relação direta com uma nova maneira de doação e/ou investimento por

resultados, tendo por eixo o envolvimento direto de doadores em ações filantrópicas e comunidades políticas (BALL, 2014, p. 121).

A presença desses atores na educação, de forma difusa e sutil, fenômeno que Ball denomina de “redes políticas”, vem chamando atenção de pesquisadores também no Brasil. A presença dessas redes na esfera pública, na construção de políticas educacionais, nos discursos mobilizados pela gestão da educação pública tem ganhado relevância nos estudos sobre a educação. Nesta nova dinâmica, a estrutura hierarquizada do Estado vai sendo transformada, de forma a acomodar um novo processo, em que o próprio governo partilha a centralidade com outros atores, em uma estrutura heterárquica. Isto é “uma forma organizacional entre a hierarquia e a rede, baseada em diversos vínculos horizontais e verticais que permitem que diferentes elementos do processo político cooperem (ou entrem em competição)” (BALL; JUNEMANN, 2012, p. 138). Em meio a essas estruturas heterárquicas, organizações e pessoas transitam continuamente entre a esfera pública e a privada. Resta, porém, um paradoxo: “quer educando quer influenciando em outras práticas educacionais, o caráter privado das ONGs as coloca no centro de um desafio: a realização do direito à educação. Desafio que remete imediatamente as escolas públicas” (GHANEM, 2012, p. 54).

2.2 Os bilionários engajados e a filantropia familiar

A partir do panorama discutido anteriormente, é importante destacar um tipo específico de filantropia: a filantropia familiar, que é central para este estudo. A discussão que se desenvolve a seguir tem o objetivo de delimitar e qualificar este tipo específico de filantropia, à luz da sua participação na educação. Se, como foi abordado, os atores que disputam a educação são variados, o objetivo aqui é localizar qual é o espaço que a filantropia familiar ocupa nesta arena.

Assumindo a definição do Gife, institutos, fundações e fundos filantrópicos familiares podem ser entendidos como

organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas por uma família ou um indivíduo que também se envolve na sua governança e/ou gestão. São geridas de forma independente das empresas da família. Nem sempre todos esses fatores precisam existir simultaneamente, mas, na maioria dos casos, a maior parte deles está presente (Censo BRETTAS, 2020, p. 11).

Esses grupos correspondem a 20% da base de associados da organização, sendo que 84% deles foram criados a partir dos anos 2000. Quase metade (46%) deles surgiu após 2010, dado que aponta para o crescimento recente deste tipo de organização no campo filantrópico (BRETTAS, 2021, p. 13). Trata-se, portanto, de uma modalidade filantrópica recente e cujo crescimento foi significativo nas duas últimas décadas, sendo que a maior parte (84%) desse grupo realiza ações na área de educação (BRETTAS, 2017).

Em termos de articulação e de incidência em pautas estratégicas, a maioria (85%) deles está vinculada, no âmbito do Gife, com a agenda ITCMD, considerada estratégica para a sustentabilidade do setor. A sigla significa Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação, é um tributo de competência estadual e tem como fato gerador a transmissão causa mortis de herança e a doação de quaisquer bens ou direitos. É, portanto, um imposto que incide sobre a transmissão de herança e doações privadas e, atualmente, regula as doações para OSC no Brasil. Outras agendas consideradas estratégicas em relação à sustentabilidade da filantropia familiar são os incentivos fiscais, o próprio Marco Regulatório das OSC (MROSC) e também os fundos patrimoniais filantrópicos, regulamentados no Brasil em 2019³².

Tanto o ITCMD como os fundos patrimoniais filantrópicos são pautas relevantes para esses segmentos em razão de uma demanda crescente por um ambiente regulatório que estimule e amplie a cultura da doação. O que se discute nesta frente, em linhas gerais, é a redução ou a isenção de impostos para doações. Recente levantamento organizado pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social localizou 52 fundos patrimoniais em atividade no país, com um patrimônio que ultrapassa R\$ 78 bilhões. Entre as causas promovidas por esses grupos estão assistência social, educação, equidade racial e inclusive liberdade de expressão, entre outras³³.

Ainda no que diz respeito à movimentação de recursos, o último Censo indica que as organizações de origem familiar contam, majoritariamente, com orçamentos entre R\$ 20 e R\$ 50 milhões de reais, sendo que os recursos desse segmento vêm

³² Um fundo patrimonial filantrópico “é formado a partir de um montante inicial – proveniente de uma doação de recursos ou bens – que é investido com o objetivo de financiar as atividades das organizações com seus rendimentos. Constitui-se como fonte de recursos de longo prazo capaz de tornar as organizações mais independentes da captação por projetos” (Censo GIFE, 2020, p. 24).

³³ O levantamento detalhado por ser consultado em <https://www.idis.org.br/publicacoesidis/panoramados-fundos-patrimoniais-no-brasil/>. Acesso em: 18 abr 2022.

ou de rendimentos de fundos patrimoniais (23%) ou diretamente de grupos de famílias ou indivíduos mantenedores (19%), isto é, trata-se de famílias e indivíduos que destinam seus recursos para ações filantrópicas. Os dados financeiros que o setor movimenta é uma informação relevante, mas já que as organizações filantrópicas não são obrigadas a publicar seus balanços, este tipo de informação ainda é de difícil acesso. Por isso, os dados coletados, apresentam um cenário, uma perspectiva sobre o tamanho e a importância econômica da filantropia. A modalidade familiar, objeto desta análise, apresenta, segundo o Relatório Filantropia no Brasil (2018) um futuro promissor, ainda que a partir de uma contradição: com o aumento da desigualdade e o surgimento de novos bilionários no país, o relatório indica que ainda há espaço para a filantropia familiar se desenvolver, com capacidade para aumentar ainda mais os valores movimentados pelo segmento.

Para além do cenário favorável ao crescimento, a filantropia familiar possui uma certa lógica própria de funcionamento, bastante inspirada em critérios subjetivos e pela ideia de homenagem, por vezes associada à noção de “legado familiar”.

De modo geral, os institutos e fundações familiares originam-se do desejo dessas famílias de contribuir com a sociedade e gerar impactos sociais positivos investindo em áreas ou temáticas relevantes. As motivações que contribuem com o início desse movimento são distintas, envolvendo sentimentos de gratidão e vontade de retribuir o que a sociedade lhes conferiu, preocupações com as desigualdades sociais do país, trajetórias familiares marcadas por traumas ou episódios difíceis ou, ainda, influência religiosa. Olhando para a diversidade de histórias e mitos fundadores de modo mais abrangente, chama a atenção a força dos valores como impulso central da filantropia familiar. O caráter pessoal e subjetivo desse tipo de investimento social é uma das suas especificidades (BRETTAS, 2017, p. 12).

Outras características deste tipo de filantropia são: a autonomia em relação ao orçamento, uma vez que as organizações contam com suas próprias fontes de recursos e uma significativa liberdade e flexibilidade na tomada de decisões, o que permite a esses grupos, maiores riscos e adoção de agendas e causas consideradas delicadas. O artigo de Lafer (2015), publicado em 2015 na revista Sur, apresenta algumas pistas para melhor compreensão desta lógica. A autora revela que a decisão de estruturar uma iniciativa de investimento social “que honrasse os valores e o legado” de seus avós, Betty e Jacob Lafer, foi tomada em 2011.

O Instituto Betty e Jacob Lafer foi instituído em 2013 e desde então financia projetos da sociedade civil voltados para gestão e inovação em políticas públicas e

redução das desigualdades no sistema de Justiça. A decisão sobre o foco do investimento teria sido tomada a partir dos interesses dos membros da família e em uma análise das necessidades de investimento no setor, isto é, de espaços que poderiam ser ocupados com a ação privada filantrópica. Como os recursos seriam limitados, optou-se não pelo atendimento direto, isto é, pela realização *in loco* de projetos e ações, mas sim por apoiar projetos que “possam instar os agentes públicos a fazerem melhor a sua parte nas duas áreas programáticas” (LAFER, 2015, p. 1) escolhidas pela família.

O artigo de Lafer apresenta dois elementos relevantes e centrais para a compreensão da filantropia familiar: o primeiro deles diz respeito à ideia de homenagem ou legado, promovendo os antepassados familiares e reiterando uma narrativa que valoriza a história da família; e o segundo deles, implica na tomada de decisão para a ação filantrópica, processo este permeado por subjetividades e, portanto, revelador de diversos sentidos e percepções dos filantropos sobre o país, sobre a realidade social e também, como enquadra este estudo, sobre a educação.

Uma outra dimensão relevante para a análise da filantropia familiar é a associação ao negócio familiar. E este ponto também é importante para o argumento que se constrói ao longo da tese.

O artigo “Porque a filantropia é importante para as famílias empreendedoras” publicado na revista Exame (VOGEL; KURAK, 2018), indica que

para empresas familiares, fazer negócios significa muito mais do que apenas administrar um negócio. Embora a eficiência e os lucros de curto prazo sejam importantes, as famílias empreendedoras também se preocupam com a continuidade geracional, o empreendedorismo transgeracional, a preservação da riqueza socioemocional da família e o capital social da família. Uma forma de as famílias alavancarem seu capital humano, social e financeiro – e garantir que suas metas não monetárias sejam atingidas – é filantropia (VOGEL; KURAK, 2018).

A filantropia, então, estaria distante de ser uma prática desinteressada, mas sim uma ação com objetivos muito específicos. Os autores também indicam que a maioria das famílias empreendedoras estabelecidas pratica alguma forma de filantropia e que este tipo de ação traria benefícios em três esferas: para a própria família, para o negócio e para a sociedade. No âmbito familiar, a dimensão pedagógica da filantropia é apontada: “elas [as famílias] usam essas atividades filantrópicas para educar os membros da família sobre o legado familiar e incorporar os valores da

família na próxima geração”. A filantropia, de acordo com o artigo, poderia educar os membros da família, em particular as novas gerações, em alfabetização financeira, “já que precisam avaliar cuidadosamente os projetos que desejam apoiar e então fazer o orçamento financeiro, planejamento e monitoramento” e, além do viés pedagógico, a filantropia também seria um tipo de aglutinador capaz de manter a família unida através de diversas gerações. Em relação ao negócio familiar, a filantropia também seria “ótima para a reputação da organização”, além de ter “um efeito positivo no compromisso de valor dos funcionários que não são da família”. Por fim, os benefícios que a filantropia promoveria no âmbito da sociedade são destacados e, neste sentido, a ideia da necessidade de “união de forças” entre “governos, ONGs, empresas, filantropos, investidores de impacto e empreendedores” é mencionada.

Uma outra camada interpretativa da filantropia familiar também é abordada no artigo: a questão geracional. Os estudos, ainda que embrionários sobre a filantropia familiar promovida pelas camadas superiores, apontam um fenômeno comum, que é o envolvimento das novas gerações ou herdeiros. Quando a ação filantrópica já está implementada na família, são as novas gerações que comumente fomentam impacto e escala; quando não, são justamente os mais jovens que iniciam as ações no universo da filantropia, ações que muitas vezes se confundem com os negócios de impacto social.

No entanto, se o patrimônio familiar, o *status* e os círculos de relacionamento das famílias ricas podem ser considerados facilitadores das ações filantrópicas, também existem desafios. Um trecho de uma entrevista de Inês Lafer a Graciela Hopstein trata dessa questão:

A questão fiscal me parece um ponto muito importante. Em vez de termos incentivo fiscal para doar no Brasil, pagamos imposto para isso. Acho urgente rever a legislação referente ao ITCMD e às doações para o setor sem fins lucrativo. Esse é um assunto que fica ainda mais sensível quando um indivíduo ou uma família resolve doar seu patrimônio ou uma coleção para virar um bem público. Quando meus avós, Guita e José Mindlin, decidiram doar a coleção Brasileira de livros para uma biblioteca sediada na USP, era preciso pagar uma soma enorme em ITCMD sobre esse patrimônio que estava virando bem público. Não faz o menor sentido! E dificulta a doação de outras coleções relevantes. Um problema similar teve a Fundação Eva Klabin no Rio de Janeiro. As organizações filantrópicas familiares costumam, no entanto, ter vantagens em relação às corporativas em termos de independência e possibilidade de serem tematicamente arrojadas (Lafer, em entrevista a Hopstein, 2018, p. 187).

O trecho transcrito organiza as questões centrais debatidas nesta seção: maior autonomia e independência de ação de um lado, desafios tributários de outro. O ponto de equilíbrio deste pêndulo é sensível: por vezes, uma imbricada associação entre o negócio familiar e iniciativa filantrópica acaba por diminuir o nível de sua autonomia; em outras ocasiões, os entraves tributários inibem doações e ações filantrópicas. Os fundos patrimoniais aprovados em 2018 tendem a facilitar os grandes aportes financeiros, assegurando um ambiente fiscal e tributário favorável a essas estratégias, mas duas questões ainda se impõem: os grupos filantrópicos familiares demandam por maior regulação em suas relações com o Estado, reivindicando outras isenções de ordem tributária; e em segundo lugar, ainda existem questionamentos sobre o quanto esses mecanismos poderiam funcionar, na prática, como proteção do patrimônio dos bilionários.

Neste sentido, há ainda uma outra camada analítica da filantropia que deve ser explicitada e que interessa a este trabalho. O segmento filantrópico, como vimos anteriormente, nasceu e se constituiu de forma imbricada com o acúmulo da riqueza. O surgimento de novos bilionários e o aumento das múltiplas desigualdades são elementos compreendidos, como discutido anteriormente, como oportunidades de ampliação da filantropia, que se estabeleceu como um segmento que movimenta altas somas de recursos, gera empregos, oferta ações e projetos com fins públicos e incide em políticas públicas. Ao mesmo tempo em que se reconhece a importância do setor e a qualidade de ações desenvolvidas por iniciativas com forte perfil democrático, não é possível negar o caráter contraditório de uma ideia que defende que a superação das desigualdades provocadas pela lógica capitalista de acumulação passaria pela intervenção daqueles que mais acumulam, travestidos de filantropos. A fala de Átila Roque, membro do Conselho de Governança do Gife, cientista social, historiador e diretor da Fundação Ford no Brasil, por ocasião do lançamento do último Censo traz elementos interessantes para a reflexão sobre essas contradições:

Temos que reconhecer que o nosso campo, o campo do investimento social privado, o campo da chamada filantropia privada, pertence à sociedade brasileira e não somente isso, ele é parte de um setor historicamente e estruturalmente privilegiado da sociedade brasileira, essa sociedade tão marcada por desigualdades. E (...) também somos um campo que nasceu junto com a democracia no Brasil. Pertencemos a uma parte da sociedade profundamente desigual, marcadamente racista e vivemos os altos e baixos dessa transição longa e imperfeita para a democracia. Não devemos nunca perder essa perspectiva para não sermos excessivamente duros com o que

a gente erra e nem demasiadamente entusiasmados com o que nos parece acertado. (...) Sabemos que a agenda do racismo, da justiça racial e das desigualdades raciais está longe de ser uma agenda nova. Se ela parece nova para alguns setores é revelador do quanto estamos alienados do país em que vivemos. É isso que eu quero dizer quando a gente tem que olhar com generosidade, mas também com crítica para o fato de o campo ser parte do Brasil [também] nas suas contradições. (...) Talvez a gente tenha que romper com o pacto narcísico da filantropia. Temos uma espécie de pacto narcísico em que as organizações do setor se acham as donas da verdade, a possuidora do poder, os generosos que detêm os recursos. Nós não somos essa coisa toda. Nós somos importantíssimos, temos um papel fundamental para estimular processos e garantir sustentabilidade de processos sociais de mudança, mas a gente precisa olhar para qual é a melhor maneira de fazer isso³⁴.

Concordando com a declaração de Roque, que evidencia alguns pontos importantes para a construção do argumento, as contradições que permeiam a filantropia não podem ser colocadas de canto. Ao longo deste capítulo, buscou-se delimitar que a filantropia no Brasil é marcada por diversas incongruências. Também não é possível analisá-la sem levar em conta sua longa relação com o Estado brasileiro nem sem considerar as diversas camadas deste rico objeto de pesquisa. Os modelos e formatos de regulamentação desta relação duradoura pavimentaram a participação desses atores na esfera pública de tal forma que, atualmente, não é possível analisar políticas educacionais, culturais e sociais sem levar em consideração a presença dos atores filantrópicos.

Uma vez que ainda faltam dados robustos sobre o segmento filantrópico como um todo, e em especial sobre a filantropia familiar (HOPSTEIN, 2018, p. 185), buscou-se embasar o argumento a partir da delimitação do segmento, reunindo dados quantitativos que pudessem pavimentar o entendimento de que a filantropia familiar é um segmento em expansão. Com características próprias, esse segmento opera, muitas vezes, em uma zona nebulosa entre negócio familiar, política pública e ação social.

Como debatido anteriormente, a organização familiar das camadas altas também pode ser compreendida na perspectiva da ocupação e manutenção de espaços de poder, além de possibilitar a proteção do patrimônio familiar. É nesse sentido que, concordando com Storti e Dagnes (2021), a filantropia pode ser uma forma de conferir legitimidade aos grupos mais ricos do país. As famílias beneméritas,

³⁴ A fala de Átila Roque no lançamento do Censo Gife de 2020 está disponível em: <https://bityli.com/XxeWrv>. Acesso em: 10 abr 2022.

que distribuem os recursos acumulados, seriam, de alguma forma, socialmente aceitas. Para confirmar esta hipótese, o próximo passo para construção da tese é justamente mapear como as famílias bilionárias atuam diante das desigualdades. Mas antes de prosseguir, é importante abordar com maior profundidade os métodos e as técnicas utilizadas neste estudo. Em razão dos achados no trabalho de campo, essa discussão será realizada no próximo capítulo.

3 O PERCURSO DA PESQUISA: O QUE O NÃO DITO REVELA SOBRE A FILANTROPIA

Neste momento é importante discutir o percurso e as escolhas metodológicas da pesquisa. Este estudo tem natureza qualitativa, caráter exploratório e é desenvolvido a partir de análise documental. Os métodos de pesquisa selecionados englobaram, poranto, o levantamento bibliográfico e o documental. Também foram incorporadas declarações e entrevistas públicas dos filantropos estudados. Ao longo desta seção cada uma dessas escolhas será detalhada. Também são abordadas algumas questões relevantes que foram identificadas durante a própria realização da pesquisa e do trabalho de campo. São elementos que permitiram a identificação de situações não previstas durante a formulação do problema de pesquisa, mas que possibilitaram outras camadas de interpretação do objeto estudado. Neste capítulo, portanto, o objetivo é apresentar o caminho percorrido, de forma a contribuir com novos e futuros estudos sobre a filantropia.

Como contextualizado na seção introdutória deste trabalho, ao longo de uma década de atuação profissional da pesquisadora foram produzidos dezoito cadernos de campo com anotações que sintetizam observações realizadas em reuniões, eventos e seminários públicos e/ou restritos, promovidos por ONGs que atuam em educação. Este material tem recorte temporal de 2010 a 2020, período em que foi possível transitar por eventos, seminários e reuniões promovidas por diversas organizações, experiência valiosa para a construção da hipótese central da pesquisa.

Assim, a primeira etapa de coleta de dados envolveu a análise e a categorização daquele material. Conforme os dados foram sendo compilados em uma linha do tempo, foi possível identificar as principais ações, iniciativas de articulação, modelos e características de parcerias, definição de prioridades, incidência em políticas públicas e os porta-vozes das principais fundações educacionais atuantes no país durante o período analisado. A organização dos dados também permitiu à pesquisadora o mapeamento de fontes complementares que pudessem aprofundar os registros realizados. Nesse momento também foram buscados dados quantitativos sobre o segmento filantrópico, procurando dimensionar o tamanho do setor e suas principais características.

Esse esforço inicial foi fundamental para delimitar o recorte da pesquisa e as categorias analíticas adotadas. Também foi central para realizar um amplo

mapeamento dos atores filantrópicos e, a partir desse universo, definir quais as fundações seriam analisadas³⁵.

É relevante recuperar que, em relação ao foco da pesquisa, é a filantropia familiar que interessa à tese. Também não se trata de abordar qualquer tipo de ação filantrópica: os bilionários brasileiros que integram o *ranking* da Forbes costumam atuar em áreas como cultura e arte, como é o caso dos Safra e dos Moreira Salles, por exemplo. O que interessa a este trabalho é a ação filantrópica em educação promovida pelas famílias mais ricas do país, a partir do *ranking* da Forbes. O recorte de pesquisa privilegia, portanto, a filantropia em educação realizada pelas famílias Abílio Diniz e Gradin e suas respectivas fundações e institutos: Instituto Península e Instituto Inspirare.

A coleta de dados sobre cada um desses atores ocorreu na segunda fase da pesquisa. Para tanto, os sites institucionais e os relatórios anuais de atividade, quando publicados, foram as principais fontes de informação³⁶. Os relatórios anuais de atividade podem ser entendidos como documentos de prestação de contas para financiadores e para o público em geral. Neles, geralmente é indicado o tipo e a quantidade de atividades realizadas no período, impactos das ações e tipos de parceria relevantes. Os relatórios e o site institucional dos institutos são, portanto, canais oficiais de comunicação.

É importante ainda esclarecer como esses materiais foram incorporados no estudo. Dialogando com a hipótese central desta pesquisa, busca-se identificar como as iniciativas filantrópicas estudadas se definem. Portanto, os sites institucionais são relevantes para essa coleta de informação: as seções “valores”, “missão” e o “quem somos” trazem informações sobre como essas instituições se identificam e se organizam, suas prioridades e quais os valores expressam. Além disso, tanto o site

³⁵ Em cada um dos cadernos de campo foi relatado o evento e/ou ação observada, a descrição da atividade, dos parceiros, da abordagem adotada e dos personagens presentes. Também foram coletadas declarações. Este material é amplo e, por limitações de tempo, não será integralmente utilizado nesta pesquisa, sendo oportunamente retomado. Importante reiterar que, neste estudo, nenhuma informação que não seja pública e facilmente localizada em meios de comunicação ou redes sociais foi utilizada sem a expressa autorização das pessoas envolvidas.

³⁶ Os grupos filantrópicos não são obrigados a publicar seus balanços financeiros e relatórios detalhados de atividades. Por isso mesmo, quando esse material é publicado não há um padrão estabelecido: há relatórios detalhados e existem casos de relatórios extremamente sintéticos. Os dados financeiros, por exemplo, são raros e muitas vezes incompletos. Os pesquisadores que desejam analisar essas informações precisam contar com múltiplas fontes e ainda assim o risco de falta de informação é alto.

como os relatórios institucionais são importantes para identificação dos principais programas e projetos mantidos no período analisado. Esse conjunto de informações é essencial para a compreensão do tipo de ação em educação empreendido por cada um desses atores. Os dados coletados estão detalhados no Capítulo 5.

Ainda no que diz respeito ao percurso metodológico, é importante indicar que reportagens jornalísticas se mostraram essenciais para a pesquisa. Ainda que bastante reservados em relação às suas vidas pessoais, os filantropos costumam estampar colunas sociais e notas nos meios de comunicação especializados quando o assunto é a sua filantropia. Assim, foram buscados perfis jornalísticos e notícias sobre os filantropos pesquisados, bem como informações sobre projetos realizados por suas fundações, a partir da base de dados da Biblioteca Nacional e da Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade, localizada em São Paulo. A pesquisa nas mídias também é importante para cruzar informações, como, por exemplo, para mapear datas de início e fim de projetos, para aprofundar informações sobre parceiros e ações realizadas em secretarias de educação. Nesta pesquisa, as informações que não puderam ser checadas a partir de outras fontes não foram utilizadas.

Também foram transcritos e incorporados discursos, entrevistas e apresentações em eventos públicos (presenciais ou disponibilizados na internet) dos filantropos pesquisados ou de porta-vozes das organizações analisadas. Os conteúdos que interessam à tese são aqueles que explicam os sentidos que a prática filantrópica adota para essas famílias, bem como aqueles que apresentam e revelam os objetivos dos seus projetos educacionais.

Sabemos que o acesso à informação e a dados qualificados é um dos principais desafios para a pesquisa sobre as camadas altas. É inclusive possível afirmar que ao iniciar uma pesquisa desta natureza, o pesquisador inicia também um trabalho quase que artesanal em busca de rastros e de elementos que, somados, como num quebra-cabeças, nos dão conta do cenário a ser investigado. É um trabalho complexo de reconstrução de vozes, biografias, falas e posicionamentos, e, por isso mesmo, fontes secundárias, como jornais, revistas, sites e redes sociais são espaços privilegiados para acesso a informações que podem ser cruzadas com dados e informações oficiais. Por isso mesmo, este tipo de fonte é tão importante em pesquisas com esta natureza. O resultado desta segunda fase da pesquisa possibilitou o levantamento de dados e de informações mais robustas sobre o grupo pesquisado.

Por fim, a terceira etapa da pesquisa previa a realização de entrevistas com alguns personagens estratégicos para coleta de informações complementares. Era de interesse da pesquisa entrevistar em profundidade gestores das organizações estudadas, consultores e especialistas no setor filantrópico, de forma a levantar informações sobre como as decisões e escolhas pedagógicas são tomadas, por exemplo. Também interessava compreender como as articulações com o poder público são realizadas. É nesta etapa que um achado relevante foi mapeado.

Trabalhos como o de Almeida, Moshkovitz e Polatz (2012) circunscrevem a dificuldade de acesso e penetração nos grupos fechados, como é o caso dos bilionários. A condução de entrevistas, realização de pesquisas de natureza etnográfica e até mesmo o acesso aos dados sobre renda e consumo, por exemplo, são desafios que impõem ao pesquisador o domínio de múltiplos recursos metodológicos e complementares. Todavia, o trabalho de campo revelou que o acesso ao corpo técnico das organizações filantrópicas também é desafiador. Tompkins-Stange, em seu trabalho de investigação sobre as “*big four*”³⁷, ao citar Weiss, indica que “os muito ricos” representam um dos estratos sociais mais impenetráveis para pesquisa qualitativa, arriscando-se a afirmar que neste grupo hermético também estão inseridos aqueles que tomam decisões sobre os fundos e investimentos dos muitos ricos (TOMPKINS-STANGE, 2017, p. 152). Por isso mesmo, este segmento filantrópico também apresentaria natureza fechada e pouco acessível.

A aposta inicial da pesquisa era de que os anos de trabalho na área e o relacionamento pessoal e profissional da pesquisadora com muitos dos potenciais informantes facilitariam a realização das entrevistas, mas o trabalho de campo revelou que esta interlocução seria apenas parcial. E essa parcialidade, expressa no que poderia e no que não poderia ser dito, foi definida pelos interlocutores, a partir de critérios bastante subjetivos. Em todas as experiências, entretanto, quando a fronteira entre o que podia ser revelado e o que deveria ser omitido era estabelecida, um sinal bem evidente era percebido: o silêncio. Ainda que o anonimato tivesse sido garantido a todos os potenciais informantes, ainda que em nenhum momento tivesse sido perguntado sobre questões sensíveis, como é o caso do orçamento das instituições,

³⁷ “*Big four*” é uma expressão, em inglês, que designa os quatro principais atores filantrópicos atuantes nos Estados Unidos: The Gates Foundation, Broad Foundation, Kellogg Foundation e Ford Foundation.

por exemplo, o desconforto e uma espécie de autocensura foram elementos característicos dessas conversas³⁸.

Entre janeiro de 2019 e fevereiro de 2020 foram contatados 15 (quinze) possíveis informantes. Mais uma vez é importante indicar que essas pessoas não tinham, necessariamente, algum nível de relacionamento com as organizações estudadas, mas todas conheciam profundamente o setor filantrópico e/ou tinham conhecimento dos projetos realizados pelos atores estudados. Das 15 pessoas contatadas, seis se negaram prontamente a participar de uma eventual entrevista. De forma geral, esse grupo sinalizava desconforto em falar abertamente sobre o campo da filantropia familiar, recomendando que a área de assessoria de imprensa ou comunicação institucional dessas fundações pudessem ser caminhos adequados para a busca de informação. Esta sugestão não foi, obviamente, seguida: não é de interesse da tese o acesso à informação institucional simplesmente, já que as camadas de informação buscadas não seriam facilmente acessadas por esses canais. Para este grupo, o desconforto em falar sobre o assunto se deve a dois fatores, basicamente: receio de ser identificado e receio de comentar sobre algo que “pudesse gerar algum comprometimento”. Um desses interlocutores revelou a sensação de “estar fazendo algo errado”, como se as informações a que ele tinha acesso deveriam ficar limitadas “ao círculo do trabalho”³⁹.

Para o segundo grupo de pessoas contatadas, a situação foi outra: inicialmente a resposta foi positiva, mas as interlocuções se mostraram dissimuladas e marcadas por muitos subterfúgios. Alguns trechos do caderno de campo⁴⁰ ajudam a compreender melhor essa questão. Os dados não estão hierarquizados ou identificados. Para cada um dos três casos escolhidos para exemplificar essa questão, usei apenas a palavra “informante”.

As anotações dão conta de uma breve contextualização sobre o nível de relacionamento estabelecido com o possível informante e algumas observações

³⁸ A sociologia do segredo, do Simmel (2009), pode ser uma inspiração para melhor compreensão das relações marcadas por silêncios, segredos e omissões, bem como sobre a necessidade da construção de vínculos de confiança entre sujeitos. Embora tenha sido uma inspiração no momento de reflexão sobre os achados do campo, uma análise simmeliana foge do escopo desta pesquisa.

³⁹ A noção de “sociologia do segredo”, de Simmel (2009), pode ser interessante para avançar em uma análise sobre os laços de confiança e os segredos mantidos em espaços como o estudado.

⁴⁰ Todos os trechos transcritos dos cadernos de campo foram ajustados para garantir o anonimato das pessoas, incluindo seu gênero, nome, cargo e organização profissional. Inferências que eventualmente pudessem identificar essas pessoas também foram suprimidas. O teor das informações foi mantido.

datadas. Percebe-se que o vínculo já estabelecido com essas pessoas permitiu uma aproximação maior e a troca de algumas informações sobre a temática. Também em todos os casos se percebeu um certo constrangimento em negar a concessão da entrevista, o que pode ser atribuído ao próprio vínculo: todas as pessoas revelam reconhecer a relevância e pertinência da pesquisa e também indicam confiar na pesquisadora. Esses elementos podem ter provocado um certo embaraço na negativa. Entretanto, o desfecho das situações narradas a seguir chamam atenção:

INFORMANTE.

Mantemos relação profissional que começou em 2015. Nossa comunicação se dá via e-mails, reuniões de trabalho e em encontros e eventos da área.

Agosto/2019. Entro em contato contando do meu projeto de pesquisa, reforçando as percepções sobre o campo que temos em comum e convidando para uma entrevista. Informante aceita e pede as perguntas de antemão, para se preparar. Envio algumas sugestões de perguntas, reforçando o anonimato.

Outubro/2019. Informante ainda não tem agenda para entrevista.

Novembro/2019. Informante retorna pedindo para que a conversa seja feita no próximo ano. Eu indiquei que poderíamos usar a internet ou telefone. Essa observação não foi respondida.

Janeiro/2020. Informante diz que no início do ano as agendas são mais tranquilas e que podemos conversar. Começamos a combinar um dia.

Janeiro/2020. Encontro em um café. Conversamos sobre nossos caminhos profissionais, a conjuntura do país e falamos sobre a família. Por duas vezes introduzi o motivo do nosso encontro, falando das entrevistas que eu gostaria de conduzir. Informante mudou de assunto, trazendo novamente questões familiares. Percebi um constrangimento. Não insisti. Uma hora e meia depois saímos. Informante indica que só conversaria em *off*⁴¹. Expliquei que não buscava informações confidenciais, nem de algo que fosse institucional, mas sim das suas percepções sobre o campo. O anonimato estaria garantido durante nossa conversa e que a pessoa poderia selecionar o que responder e o que não responder. Combinamos um novo encontro virtual (sem ser gravado).

Data: Janeiro/2020. Informante não aparece no dia e horário combinado. Não recebi mais respostas quando toquei no assunto. Não insisti.

INFORMANTE.

Costumamos trocar mensagens de trabalho com frequência, sendo essa comunicação composta por e-mails e mensagens de WhatsApp.

Outubro/2020. Encontrei o informante em um evento da área. Na hora do café nos cumprimentamos e o informante perguntou sobre a pesquisa. Revelei que gostaria de contar com uma entrevista sua. Combinamos uma conversa durante o almoço, em um restaurante

⁴¹ Expressão que significa “*off the record*”, isto é, não gravado ou não público. Usada para se referir a uma situação em que o interlocutor concorda em dar uma entrevista, mas sob anonimato.

próximo. Nossa conversa aconteceu num tom amistoso, e o interlocutor recorria com frequência à ironia para responder às perguntas. Solicitou que depois que transcrevesse as respostas, submetesse o texto para eventual checagem. Concordei.

Outubro/2020. Organizei as principais informações [coletadas na entrevista] em blocos, usando aspas nos trechos que julguei serem mais relevantes. Ao todo foram três laudas. Pedi que o informante avaliasse e concordasse expressamente com sua inserção na tese. Ao final do dia recebi uma resposta de que não poderia usar aquela entrevista. Expliquei novamente que poderia suprimir trechos que pudessem, na avaliação da pessoa, ser sensíveis e que o anonimato estaria garantido, mas isso não foi suficiente.

INFORMANTE.

Costumamos trocar e-mails com frequência. Os conteúdos dessas mensagens giram em torno de questões do trabalho, futuro profissional e possibilidades de parceria. Em dois encontros ocorridos no ano anterior, eu havia mencionado meus estudos e objeto de pesquisa.

Julho/2019. Recebi uma mensagem dizendo que a pessoa havia trocado de trabalho e estava aberta para novas atividades profissionais. Sugeri um encontro em um café, para apoio na recolocação profissional e indicando que gostaria de uma entrevista para tese. Uma semana depois pessoa indica que nos próximos meses estará ausente. Adiamos o encontro e entrevista.

Fevereiro/2020. Encontro em um café. Quando cheguei, a pessoa já me aguardava. A conversa fluiu bem e conversamos sobre a conjuntura política e sobre questões pessoais. Cerca de quarenta minutos depois, começamos a falar sobre o cenário do trabalho e do campo filantrópico. Durante a conversa se nota a mistura entre a identidade pessoal e a profissional: um certo encantamento a partir das experiências vividas e os trabalhos realizados. Essas subjetividades seriam amalgamadas, sendo por vezes difícil exercer um “olhar de fora” com alguma criticidade. Entretanto, quando é possível fazer uma avaliação com algum distanciamento emocional, uma sensação ambígua e contraditória é mencionada: sentimentos como gratidão, incômodo por escolhas políticas institucionais e também sensação de que funcionários podem ser usados em torno de um “negócio”, “porque tudo é negócio”, são mencionados. Reafirmo meu objeto de pesquisa e o desejo de uma conversa em que as histórias contadas possam ser narradas *formalmente*. Percebi um desconforto. Combinamos um novo encontro e, claro, as histórias partilhadas neste encontro permaneceriam em *off*.

Fevereiro/2020. Pessoa desmarcou entrevista. Indicou que tinha muito trabalho naquela semana.

Março/2020. Combinamos como ponto de encontro a estação de metrô. Não conheço essa região da cidade, combinamos de irmos até um local próximo que o informante conhece. Quando cheguei, o informante me aguardava na catraca. Nos cumprimentamos, mas notei um tom reticente. Logo no início da conversa, o interlocutor revelou que marcou outro compromisso no mesmo horário e que precisaríamos aguardar mais uma pessoa que viria ao nosso encontro. Não havia sido avisada sobre esse novo combinado. Informante me convidou para acompanhar o grupo e participar da reunião. Neguei e

disse que tínhamos pouco tempo e privacidade para conversar. Combinamos de reagendar nossa conversa.

Março/2020. Início da Pandemia no Brasil. Combinamos de fazer uma entrevista de forma remota, assim que o cenário estivesse mais tranquilo para todos.

Julho/2020. Não tive mais retorno dos meus pedidos de entrevista. Não insisti.

As três situações relatadas apontam para uma questão relevante: concordando com as observações de Tompkins-Stange (2017) sobre o acesso ao hermético universo da filantropia, as experiências narradas sinalizam para a necessidade de formação de uma rede de interlocutores que possam intermediar o contato com os possíveis informantes.

Também é necessário criar e fortalecer um vínculo de confiança entre o entrevistador e o entrevistado e, além disso, é fundamental criar um espaço de segurança no contexto da entrevista. Isso implica em oportunizar uma ambiência em que o informante possa, livremente, expor as contradições experimentadas no seu dia a dia. Quando um dos informantes narrou o receio de, enquanto trabalhador pessoalmente engajado e motivado na temática da educação, ser “usado” em uma ação filantrópica que qualificava como um “negócio”, a contradição estava posta e se dava em diversas camadas, como *filantropia x negócio* ou *trabalhador x ativista da educação*. Essas contradições manifestadas tanto no nível pessoal como no nível institucional são elementos importantes para a análise, mas para identificá-las é necessário tempo⁴².

Para além das situações comentadas, houve casos em que os pedidos de entrevista sequer foram respondidos. Ainda que a conversa com esses interlocutores fosse mantida com regularidade (desde que a pauta girasse em torno de outros temas), as menções à pesquisa sobre a filantropia eram ignoradas.

Para finalizar, é importante mencionar que a pandemia de Covid-19 (e a consequente suspensão de atividades presenciais) trouxe alguns impasses para a coleta de informações, uma vez que os encontros presenciais ficaram limitados.

⁴² O curto tempo para realização de um projeto de doutorado aliado ao contexto da pandemia de Covid-19 impossibilitaram a continuidade nas articulações para a realização destas entrevistas. A crise sanitária trouxe ainda desafios de outra ordem, para além da necessidade de isolamento físico e da suspensão das atividades presenciais: duas pessoas contatadas viveram um luto no período, outras duas estavam com suas dinâmicas de trabalho muito comprometidas em razão do novo formato remoto. Nestes casos, todas as pessoas estavam com pouca disponibilidade e abertura para o diálogo. O contexto externo se impôs, e esses laços ficaram prejudicados. Esta ideia, todavia, não está descartada e poderá ser retomada oportunamente, com a continuidade dos trabalhos da pesquisadora nesta área.

Entretanto, o período de isolamento físico apresentou uma outra oportunidade de acesso às informações, já que os atores estudados multiplicaram suas presenças nas redes virtuais. Este período foi marcado por uma profusão de *lives* e atividades remotas: muitas aulas e debates abertos, apresentação de projetos e iniciativas das organizações estudadas foram transmitidas com frequência, o que fez da experiência uma boa oportunidade para coleta de dados.

Assim, além das informações disponibilizadas nos sites das fundações estudadas, dos relatórios anuais de atividades e de reportagens publicadas na mídia convencional, foram incorporadas nesta pesquisa informações coletadas nos seguintes eventos remotos:

Tabela 1 - Eventos remotos observados no contexto da pandemia

Evento	Data	Participantes – Organização	Tema explorado	Realização
Jornada Bett Online	24/09/2020	Ana Maria Diniz – Instituto Península Jair Ribeiro – Presidente da Parceiros da Educação, membro do comitê de gestão da SEDUC/SP e do Conselho de Governança de Educação	Educação pública.	Bett Educar
Desafios para educação	05/10/2020	Ana Maria Diniz – Instituto Península Lucia Dellagnelo – CIEB	Como inovar em tempos de pandemia?	Instituto Península

Fonte: Elaboração da autora.

Alguns comentários sobre os eventos selecionados: a Jornada Bett Online⁴³ é um evento internacional em educação. A edição brasileira, a Bett Brasil, define-se como o maior evento de educação e tecnologia da América Latina, reunindo mais de 270 empresas nacionais e internacionais, 20 *startups* e mais de 30.000 participantes. O objetivo do evento é debater o futuro da educação e o papel das tecnologias na educação. A Jornada Bett é um evento relevante para o recorte que adotamos na pesquisa, pois é comum que filantropos em educação participem das mesas de debate, apresentando suas ações ou comentando questões relativas à educação em mesas temáticas.

⁴³ Disponível em: <https://bettonline.com.br/>. Acesso em: 05 abr 2022.

Também foi incorporada uma apresentação de Bernardo Gradin, presidente do Instituto Inspirare, no Fórum Brasileiro de Filantropos e Investidores Sociais⁴⁴, promovido pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social. O Painel intitulado “O que é sucesso para um investidor familiar e para um investidor corporativo” foi realizado no dia 20 de dezembro de 2017 e contou com a presença de, além de Gradin, de Carlos Enrique Cavelier (CEO da Alqueria Dairy) e Patrícia Lacerda (Gerente de Programa do Instituto C&A). O painel teve moderação de Alice Damasceno, Diretora da Fundação Cargill. Esse painel é relevante para este estudo, uma vez que Gradin contextualiza a ação filantrópica promovida pela sua família, relatando os processos de escolha e de constituição do Instituto Inspirare.

Cabe sinalizar que o Fórum Brasileiro de Filantropos e Investidores Sociais é um evento relevante para os estudos sobre a filantropia em geral e a filantropia familiar em particular. O IDIS, instituição organizadora, tem foco de atuação no apoio técnico à filantropia no Brasil a partir de um tripé: produção de conhecimento, consultorias e realização de projetos de impacto⁴⁵. Há inclusive a oferta de serviços voltados para a filantropia familiar:

Da mesma forma que especialistas as orientam em suas decisões de investimento financeiro, o apoio nas suas decisões de investimento social pode facilitar o processo e garantir maiores retornos sociais e possibilidade de transformação. Desde sua fundação, o IDIS atua junto a famílias. A Fundação Andréa Lúcia Maggi, a Fundação José Luiz Egidio Setúbal, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e o Instituto Ayrton Senna são alguns exemplos desta experiência⁴⁶.

Esta breve contextualização é relevante para melhor compreensão desses atores e também das escolhas que foram realizadas durante o percurso do estudo. As apresentações foram transcritas e incorporadas na discussão que este estudo promove

Por fim, o destaque, nesta seção, sobre cada uma das técnicas de pesquisa que foram utilizadas na elaboração desta tese objetiva evidenciar uma possibilidade

⁴⁴ Disponível em: <https://www.idis.org.br/forum/forum2017/> Acesso em: 20 maio 2022.

⁴⁵ Disponível em: <https://www.idis.org.br/sobre-nos/>. Acesso em: 20 fev 2022.

⁴⁶ O IDIS, de acordo com as informações disponibilizadas no site, oferece os seguintes serviços voltados para a filantropia familiar: IDIS Experience, voltado para famílias que não realizam a filantropia, mas gostaria de fazer, o IDIS Strategy, orientado para famílias filantropas que gostariam de aprimorar as ações filantrópicas e o IDIS Endowment, destinado à estruturação de fundos patrimoniais. Disponível em: <https://www.idis.org.br/consultoria/para-filantropia-familiar/>. Acesso em: 20 maio 2022.

de abordagem do problema em estudo: sites institucionais, relatórios de atividade, diários de campo, reportagens jornalísticas e a observação em eventos remotos foram fundamentais para coletar informações que pudessem levantar pistas com relação a valores e entendimentos desses grupos filantrópicos sobre a educação.

Estas escolhas podem inspirar novas pesquisas e também sinalizam para a necessidade de, devido à complexidade do objeto e do desafio de acesso às camadas superiores, adotar múltiplas técnicas de pesquisa. O cruzamento dessas informações e a composição desse mosaico de dados permitem inferir a compreensão que esses grupos têm das suas práticas filantrópicas em educação, e, em última análise, sinalizam para uma certa visão de país, tema que será explorado no próximo capítulo.

4 OS BILIONÁRIOS E A FILANTROPIA REGULADORA DA DESIGUALDADE

Da discussão anterior, que caracterizou e qualificou o objeto desta pesquisa, uma questão precisa ser delimitada com maior profundidade: a imbricada relação entre aumento de desigualdades e a filantropia. Discutiu-se o papel que a filantropia familiar desempenha em um mercado com potencial de expansão: o surgimento de novos bilionários abriria caminho para o aumento da movimentação de recursos em fundos patrimoniais e ações filantrópicas institucionalizadas. Neste capítulo o objetivo é desenvolver o argumento da filantropia enquanto reguladora da desigualdade e como legitimadora da riqueza. Para tanto, alguns dados de contexto são relevantes.

Quando este estudo começou a ser realizado, em 2018, os dados relativos ao tamanho da desigualdade brasileira já chamavam atenção. Naquele momento, a pesquisa “Qual foi o impacto da crise sobre a pobreza e a distribuição de renda?”, lançada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2018), indicava que a pobreza no Brasil havia voltado aos níveis do início de 2011, o que poderia caracterizar o período como “década perdida”. Havia no país 23,3 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, ou seja, 11% da população brasileira vivia com menos de R\$ 232,00 (duzentos e trinta e dois reais) por mês. A miséria absoluta também dava sinais de crescimento (aumentando 33% entre os anos 2014 e 2018), e o equivalente a toda a população do Paraguai havia sido jogada na pobreza, isto é, o Brasil havia ganhado 6,3 milhões de novos pobres. Os dados captados pela pesquisa indicavam o tamanho do impacto da recessão econômica de 2015-2016, o que provocou o aumento da desigualdade social por três anos consecutivos. Seus efeitos, todavia, não foram democráticos: enquanto a renda média dos mais ricos havia aumentado 8,5%, a dos mais pobres havia caído 14% (FGV, 2018).

Os processos crescentes de informalidade no mundo do trabalho, o desemprego galopante, o sistema tributário regressivo, a estagnação econômica e as reformas de Estado pautadas por uma agenda de austeridade implementadas no país desde 2016 (PELLANDA; PIPINIS, 2021)⁴⁷ são alguns dos elementos que nos dão

⁴⁷ O estudo “Não é uma crise, é um projeto: os efeitos das reformas de Estado entre 2016 e 2021 na educação” apresenta a relação entre corte de orçamento, fragilização de políticas públicas básicas, como educação, saúde e assistência social, e o aumento da desigualdade social. Esta agenda política baseada em princípios de austeridade está vigente no país desde 2016, com o marco político do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

pistas para compreender o cenário social brasileiro, fortemente marcado pelo aumento da pobreza por um lado e pela concentração de renda nas camadas superiores, por outro.

Ainda em relação ao período de 2018, quando os dados coletados indicavam o aumento da desigualdade e da pobreza, o Censo Gife de 2018 apontava a movimentação de R\$ 3,5 bilhões no setor filantrópico. Para dimensionar melhor o que isso significava, esse montante equivalia a 1,1 vez o orçamento empenhado do Ministério do Meio Ambiente, 1,5 vez o orçamento empenhado do Ministério da Cultura, e 2,5 vezes o orçamento empenhado do Ministério do Esporte⁴⁸ (Censo Gife, 2018).

Dois anos depois, esse quadro social seria ainda mais agravado. No dia 11 de março de 2020⁴⁹, a Organização Mundial da Saúde (OMS) elevou a classificação de contaminação do novo coronavírus à categoria de pandemia. No momento em que esta tese é escrita, o mundo segue enfrentando uma situação de tensionamento dos sistemas de saúde, de desafios sem precedentes no sistema educacional e de graves impactos econômicos provocados pela pandemia. A desastrosa gestão brasileira da pandemia e os negacionismos em relação a medidas de contenção do vírus, associados às medidas de austeridade implementadas no país, aprofundaram ainda mais as desigualdades, escancarando diversas violações de direitos sociais, provocando inúmeras exclusões e deixando, no momento de finalização desta tese, mais de 665 mil mortes⁵⁰. Os indicadores sociais sofreram, de forma generalizada, uma piora durante o período, e o Brasil está saindo da crise sanitária ainda mais desigual.

O aumento da distância entre a riqueza e a pobreza, entretanto, é um fenômeno global. No ano de 2017, apenas oito pessoas detinham o mesmo patrimônio que toda a metade mais pobre da população, sendo que mais de 700 milhões de pessoas conviviam com menos de US\$1,90 (OXFAM, 2017). Com a pandemia de Covid-19, essa distância foi alargada, a riqueza foi ainda mais concentrada e novos bilionários apareceram numa frequência e velocidade nunca antes vistas (OXFAM, 2022).

⁴⁸ Dados relativos aos orçamentos de 2018.

⁴⁹ Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 20 fev 2022.

⁵⁰ Disponível em: Consórcio da Imprensa: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/2021/mapa-cidades-brasil-mortes-covid/>. Acesso em: 20 fev 2022.

No levantamento elaborado pela Revista Forbes⁵¹, por exemplo, Elon Musk, fundador da Tesla e SpaceX, viu seu patrimônio aumentar em US\$ 68 bilhões em um período de um ano. O montante total do patrimônio líquido de Elon Musk chegou a US\$ 219 bilhões, fazendo com que assumisse o posto de homem mais rico do mundo. Se John D. Rockefeller, magnata estadunidense do ramo de petróleo, alcançou o posto de primeiro bilionário do mundo em 1916, Elon Musk poderá se tornar, segundo projeções, o primeiro trilionário do mundo, já em 2024.

Ainda no cenário internacional, Jeff Bezos, fundador da Amazon, que liderou o ranking da Forbes por quatro anos, ocupa hoje a segunda colocação, com um patrimônio avaliado em US\$ 171 bilhões. Em terceiro lugar, o ranking aponta Bernard Arnault, da Louis Vuitton, com US\$ 158 bilhões, e Bill Gates, em quarto lugar, com patrimônio de US\$ 129 bilhões, seguido por Warren Buffett (Berkshire Hathaway, do segmento de investimentos), com um montante aproximado de US\$ 118 bilhões. A fortuna de Buffet, por exemplo, cresceu cerca de 23%, mesmo com doações filantrópicas: em meados de 2021 o bilionário doou US\$ 4 bilhões para a Fundação Bill & Melinda Gates e a outras quatro fundações; todavia, no mesmo período, seu patrimônio cresceu na mesma medida. No total, o mundo conta, em 2022, com 2.668 bilionários, que, juntos, têm US\$ 12,7 trilhões.

Diante de tamanha concentração de riqueza, o relatório A Desigualdade Mata (OXFAM, 2022) apresenta evidências de que entre os diversos legados da pandemia está a concentração de patrimônio sem precedentes na história da humanidade: o patrimônio dos dez homens mais ricos do mundo dobrou desde o início da situação de emergência sanitária. Tamanha desigualdade contribui para a morte de pelo menos uma pessoa a cada quatro segundos no mundo (OXFAM, 2022, p. 2).

Hoje, a fortuna dos 252 homens mais ricos do mundo é maior do que a riqueza combinada de todas as mulheres e meninas da África, América Latina e Caribe: 1 bilhão de pessoas.

Um novo bilionário surge a cada 26 horas desde o início da pandemia. Os dez homens mais ricos do mundo dobraram suas fortunas, enquanto mais de 160 milhões de pessoas foram empurradas para a pobreza. Nesse meio tempo, estima-se que 17 milhões de pessoas

⁵¹ Levantamento publicado em 7 de abril de 2022. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2022/04/os-bilionarios-que-ficaram-ainda-mais-ricos-em-2022/>

morreram de Covid-19, uma escala de perda que não era vista desde a Segunda Guerra Mundial (OXFAM, 2022, p. 7-8).

Nos Estados Unidos da América, a concentração de riqueza no topo agora supera o pico da Era de Ouro do final do século XIX, com poucos sinais de reversão. O relatório apresenta ainda diversas medidas para combater o que qualifica como “violência econômica”, “cometida quando as escolhas de políticas estruturais são feitas para as pessoas mais ricas e poderosas”. Essa alusão a um sistema econômico e tributário que privilegia os mais ricos aponta exemplos de um sistema que transfere recursos públicos para o patrimônio dos bilionários:

À medida que a Covid-19 se espalhava, os bancos centrais injetavam trilhões nas economias em todo o mundo, com o objetivo de manter a economia mundial equilibrada. Grande parte desse estímulo foi para os mercados financeiros e, de lá, para o patrimônio dos bilionários. Os governos injetaram US\$ 16 trilhões na economia global desde o início da pandemia e, conseqüentemente, os bilionários viram suas fortunas aumentarem em US\$ 5 trilhões, passando de US\$ 8,6 trilhões para US\$ 13,8 trilhões desde março de 2021, à medida que a intervenção do governo aumentou os preços das ações (OXFAM, 2022, p. 19).

O estudo “Presos em uma armadilha: alta desigualdade e baixo crescimento na América Latina e no Caribe” (PNUD, 2021) apresenta uma análise conectando a alta desigualdade ao baixo crescimento econômico na região e traz alguns dados interessantes para a contextualização do argumento desenvolvido nesta tese:

A concentração de poder nas mãos de poucos que defendem os seus interesses privados em vez do bem público é um dos fatores que conectam a alta desigualdade com o baixo crescimento, porque muitas vezes resulta em políticas distorcidas que são míopes e ineficientes e em instituições debilitadas. A esmagadora maioria das pessoas na região (latino-americana) pensa que este é o caso, e cerca de um quarto delas aponta as grandes empresas como o grupo poderoso mais influente (PNUD, p. 9).

Nos países onde as empresas são percebidas como altamente poderosas, os governos são qualificados como menos poderosos, e vice-versa. Os dados coletados também são reveladores de como os latino-americanos percebem a desigualdade e, portanto, como se posicionam diante dela: “há um acordo avassalador (entre os latino-americanos) de que os seus países são governados segundo os interesses de alguns grupos poderosos e não para o bem de todos” (PNUD, 2021, p. 8).

O estudo do PNUD, que adota a categoria “elites” e busca mapear as frações desses grupos que atuam na região, em especial na esfera do mercado e da

redistribuição fiscal, chama atenção para a necessidade de focalização nesses grupos para superação do que considera uma armadilha: alta e crescente desigualdade associada ao baixo crescimento. Entre as estratégias utilizadas pelas elites locais para defesa de seus próprios interesses estariam, segundo a pesquisa, a obstrução de reformas tributárias, de forma a proteger suas receitas, e a proximidade entre elites econômicas e políticas, com forte influência no campo da política institucional.

Embora esta tese não trabalhe com a categoria “elites”, a discussão levantada no estudo é relevante e apoia o argumento central deste estudo. Aliás, esta influência significativa das camadas superiores no processo político é um fenômeno conhecido como a captura do Estado, um fenômeno que acontece quando grupos econômicos e empresariais se associam com segmentos políticos, de forma a proteger e garantir seus próprios interesses (MAZZOLA; VOMMARO, 2022). Obviamente não se fala em captura de toda estrutura estatal, mas sim de políticas públicas estratégicas que acabam protegendo e privilegiando poucos⁵².

Mapear essas redes de influência demanda um significativo esforço metodológico: as camadas superiores, ou os super-ricos, muitas vezes exercem influência política sem grande esforço, apenas por estabelecerem laços de amizade, casamento ou relações familiares, o que pode ou não ocorrer em paralelo com relações mais localizáveis, como financiamento de partidos políticos, a corrupção, a própria candidatura de empresários e o fenômeno da porta giratória, por exemplo (DURAND, 2016, p. 12).

Identificar essa relação é um dos maiores desafios para quem pesquisa a temática, uma vez que estes grupos estabelecem entre si relações complexas e, muitas vezes, de difícil identificação. No trabalho de Durand (2016) é possível compreender que os níveis de captura do Estado variam de acordo com cada realidade, mas as consequências desse fenômeno apontam na mesma direção: concentração excessiva de poder em alguns grupos sociais, deslegitimação das autoridades e aumento da desigualdade são algumas delas. No balanço bibliográfico apresentado pelo autor, a localização de uma maior discussão sobre o fenômeno se deu na década de 1990, momento em que a América Latina passou por uma guinada

⁵² Um exemplo para materializarmos essa dimensão apontada por este processo é a tributação: “O avanço da tributação da riqueza na região é definitivamente muito limitado. Atualmente, na América Latina, mais de 50% da arrecadação dos países depende de impostos sobre consumo. A tributação da riqueza e patrimônio é mínima em toda a região” (MAZZOLA; VOMMARO, 44).

neoliberal que, em alguns países, fragilizou as poucas estruturas de estado de bem-estar social existentes.

A grande concentração de poder econômico em um segmento específico das camadas superiores, em contraposição à sociedade civil cada vez mais fragilizada, estrutura o fenômeno da captura do Estado. Um ponto interessante que o autor apresenta é que, embora o fenômeno da captura corporativa do Estado seja hoje uma preocupação global, os recortes analíticos são variados e permitem identificar fenômenos diferentes e complementares: é possível localizar a captura nas instâncias decisórias mais altas, em ministérios específicos e também em setores determinados (DURAND, 2016, p. 87).

Embora o fenômeno da captura do Estado seja interessante para a análise dos fenômenos contemporâneos filantrópicos e da presença desses atores na estrutura estatal, há limitações. O conceito de Estado heterárquico desenvolvido por Ball e Junemann (2012), como já discutido anteriormente, dá conta, de maneira mais precisa, das redes de atuação política desenvolvidas pelos atores filantrópicos *dentro* da estrutura do Estado. Os dados apresentados na próxima seção comprovam essa formulação teórica.

Como síntese, os dados de cenário apresentados delimitam algumas contradições inerentes ao objeto em análise: ao mesmo tempo em que as medidas para frear um recente processo de concentração de riqueza sem precedentes passam por reformas estruturais⁵³, o poder econômico concentrado, por influência direta no Estado, protege seus privilégios, sendo a filantropia uma de suas formas de proteção. Num momento extremo para a humanidade, em que a distância entre ricos e pobres é cada vez maior, ações filantrópicas também cresceram: entra em cena a figura do bilionário filantropo.

⁵³ A questão tributária também é central: o relatório “Lucrando com a dor”, lançado no contexto do Fórum Econômico Mundial de Davos, propõe diversas medidas, passando pela defesa de um “imposto único de 99% sobre os lucros obtidos pelos 10 homens mais ricos durante a pandemia de Covid-19”, montante que, sozinho, “poderia pagar pela produção de vacinas suficientes para todo o mundo; pelo preenchimento de lacunas de financiamento em educação, saúde universal e proteção social; pela ajuda a combater a violência de gênero em mais de 80 países” (OXFAM, 2022, p. 4).

4.1 Os bilionários em cena: a doação como obrigação moral

Ao analisar a relação contemporânea entre democracia e filantropia nos Estados Unidos, Reich (2018) narra uma história interessante sobre as origens do setor. No início do século passado, o mundo conheceu o primeiro bilionário: John D. Rockefeller. Naquele momento, Rockefeller já havia manifestado seu desejo de doar a maior parte da sua fortuna e já atendia, sistematicamente, pedidos individuais que recebia por cartas. Entretanto, ainda que o esforço em doar fosse alto, seu patrimônio crescia rapidamente. Foi então que Frederick Gates, seu conselheiro de confiança tanto para questões comerciais como para questões filantrópicas, sinalizou que era necessário “mudar da caridade de varejo para a filantropia de atacado”.

Trabalhando juntos, ambos criaram um plano que até então era novo: “criar uma organização filantrópica de propósito geral, uma fundação cuja missão seria nada menos, e nada mais específico, do que beneficiar a humanidade” (REICH, 2018, p. 2). Em 1909 foram dados os primeiros passos para concretização deste desejo: Rockefeller conferiu cerca de 70 mil ações da sua empresa para a fundação que levaria seu nome. Em valores atualizados de 2018, o aporte inicial seria algo em torno de US\$ 1,3 bilhão (REICH, 2018, p. 3). A vultuosa quantidade de dinheiro em um formato filantrópico que era novidade à época gerou desconfiança, o que inclusive foi um entrave para obtenção de licenças e autorizações públicas. Rockefeller e Gates iniciaram, então, uma série de *lobbies* na tentativa de garantir as permissões burocráticas para a operação da fundação, todavia, o tom cético, quando não a direta resistência à proposta filantrópica do magnata, foram constantes.

Para muitos americanos, as fundações eram preocupantes não porque representassem a riqueza, possivelmente obtida de forma ilícita dos “barões ladrões” da Era Dourada. Eles incomodavam porque eram considerados uma entidade profundamente e fundamentalmente antidemocráticas, que prejudicaria a igualdade política, convertendo a riqueza privada em políticas públicas preferidas do doador, poderia ainda ter efeitos duradouros e ser irresponsável, exceto para um conjunto escolhido a dedo de beneficiados (REICH, 2018, p. 5).

Os anos de *lobby* da Fundação Rockefeller tiveram resultado positivo na autorização para o funcionamento, mas algumas limitações foram feitas, como a definição de um teto para o montante constitutivo do fundo filantrópico da entidade, limitações quanto ao seu tamanho e duração das ações e ainda a garantia da governança pública. Mais de um século se passou desde o nascimento da primeira

grande fundação filantrópica, e muita coisa mudou desde então. O ambiente político e econômico é outro. O cenário de regulação da filantropia também. Mas Reich problematiza que “em vez de estarmos nos perguntando sobre as motivações da caridade e sobre o poder dos filantropos, nós celebramos suas doações” (REICH, 2018, p. 7).

A cada doação realizada e publicizada, a imagem do filantropo enquanto benemérito, socialmente engajado e solidário é reforçada. Legitima-se, desta feita, a riqueza, deslocando a atenção das estruturas sociais e econômicas centralizadoras de poder para o ato filantrópico revestido de solidariedade, com raríssimas exceções. Uma delas, ocorrida nos Estados Unidos, ganhou projeção internacional⁵⁴: em 2018, a artista plástica e fotógrafa Nan Goldin⁵⁵ iniciou uma série de performances chamando atenção para doações feitas pela família Sackler, associados à Purdue Pharma, fabricante de um analgésico com alto poder viciante produzido a partir de opiáceos. Goldin que luta, pessoalmente, contra seu vício em analgésicos, pautou uma série de debates e intervenções artísticas, o que fez com que museus como Guggenheim, Tate e Portrait Gallery tomassem a decisão de não mais receber doações da família Sackler. “O dinheiro não é neutro”, gerou discussões acaloradas no mundo das artes, evidenciando diversas contradições sobre o patrocínio artístico.

No Brasil, o Fundo Frida, um fundo de apoio a iniciativas feministas, contemplado com uma doação de US\$10 milhões da filantropa MacKenzie Scott, ex-esposa de Jeff Bezos, fundador da Amazon, emitiu um posicionamento público reiterando que “o dinheiro é sempre uma questão política” e chamando atenção para um sistema de potencializa o acúmulo de riquezas e o aprofundamento das desigualdades⁵⁶.

A discussão das contradições da filantropia, todavia, ainda é limitada e nesse sentido, a problematização que o trabalho de Reich formula é relevante: no último século, o setor cresceu significativamente, assim como também cresceu a “conversão de patrimônio privado em gigantescas fundações filantrópicas privadas” (REICH,

⁵⁴ O livro de Laura Raicovich, *Culture Strike: Art and Museum in an Age of Protest* (2021, Verso Books), é uma boa referência para compreender o debate sobre a legitimidade do financiamento privado da arte.

⁵⁵ A carta de Nan Goldin está disponível em: <https://www.artforum.com/print/201801/nan-goldin-73181>. Acesso em 10 nov 2021.

⁵⁶ O posicionamento do Fundo Elas pode ser acessado em: <https://youngfeministfund.org/pt/dinheiro-e-questao-politica/>. Acesso em: 30 mar 2022.

2018, p. 7). Para o autor, seria importante problematizar o papel que esses filantropos teriam na contemporaneidade, em especial por duas razões: a primeira delas diz respeito ao exercício de poder.

No caso de doadores ricos ou fundações privadas especialmente, pode ser um exercício plutocrático de poder, o desdobramento de vastos bens privados para fins públicos, frequentemente com o objetivo de mudar as políticas públicas. Nos Estados Unidos e em outros lugares, a grande filantropia é muitas vezes uma ação irresponsável, não transparente, dirigido pelo doador e exercício perpétuo do poder (REICH, 2018, p. 7).

Além disso, o segundo ponto levantado no trabalho de Reich diz respeito ao ambiente de regulamentação e às políticas de isenção tributária para doadores, o que criaria mecanismos pouco transparentes de subvenção de ações filantrópicas privadas com, em tese, recursos públicos.

O contexto dos Estados Unidos da América é importante para melhor entendimento deste panorama, justamente por ser esse o país onde o setor filantrópico está mais bem consolidado (KUNRATH SILVA, 2016) e por, como veremos a seguir, inspirar a organização de bilionários filantropos brasileiros. Os dados reunidos por Reich apresentam pistas para melhor compreender esse cenário: em 1930, o país contava com aproximadamente 200 fundações filantrópicas privadas que movimentavam menos de US\$ 1 bilhão. Em 2014, o setor somava mais de 100 mil fundações, chegando a movimentar mais de US\$ 800 bilhões. Apenas em 2016, os subsídios fiscais para caridade custaram aos contribuintes estadunidenses US\$ 50 bilhões (REICH, 2018, p. 9). Além do tamanho do setor, a crescente especialização do segmento chama atenção: consultorias especializadas em desenvolvimento de fundos filantrópicos, em elaboração de projetos e ações, mídia e portais de internet especializados e até mesmo consultorias voltadas para o desenvolvimento da filantropia familiar indicam a existência de um mercado segmentado, com alta capacidade de movimentação de recursos. Não é à toa, como discutido anteriormente, que esta nova filantropia inspira e fomenta pesquisas e estudos a partir das mais variadas abordagens teóricas e metodológicas.

O mesmo impacto que Rockefeller provocou na esfera pública em 1909 ainda hoje ecoa em movimentos filantrópicos que atuam de forma transnacional. Há dois grupos, em especial, que chamam atenção: o Patriotic Millionaires (PM) e o The Giving Pledge (TGP). As duas organizações apresentam características relevantes para

compreensão sobre como os bilionários promovem a filantropia e ainda são reveladoras de uma certa compreensão da realidade social por parte das camadas superiores. A organização desses grupos em fundações filantrópicas também é um elemento que deve ser levado em consideração.

O Patriotic Millionaires, por exemplo, reúne em seu quadro de associados 140 (cento e quarenta) bilionários e milionários. Trata-se de um grupo com significativo poder econômico, que vem ganhando espaço no debate público, com uma bandeira específica. A organização foi fundada em 2010 com o propósito de reverter as isenções fiscais da era Bush para milionários, e encampa três princípios: representação política igualitária, renda básica universal e sistema tributário justo⁵⁷, manifestando preocupação com questões econômicas e com a desigualdade política nos Estados Unidos da América⁵⁸. A “visão” do movimento defende que todo estadunidense merece o mesmo poder político dos milionários; todo estadunidense que trabalha em tempo integral deve conseguir arcar com suas despesas básicas e, por fim, os milionários e as grandes corporações – que mais se beneficiaram dos ativos do país – devem pagar uma porcentagem maior de impostos⁵⁹.

Uma outra característica relevante da organização é o que pode ser entendido como uma certa personalização, sendo Abigail E. Disney, herdeira da Disney, uma de suas maiores vozes. A participação de Disney, por exemplo, em fóruns econômicos e constantes declarações na imprensa projetaram o Patriotic Millionaires a um patamar de debate público sobre questões estruturais que fomentam as desigualdades. O trecho a seguir, de uma carta pública de Disney, é relevante:

A resposta para esses problemas complicados é ironicamente simples: impostos. Reforma tributária obrigatória, inevitável e ambiciosa em âmbito internacional, esta é a única maneira de consertar o que está quebrado. Sem governos de alto desempenho utilizando ativamente recursos abundantes para reparar essas injustiças, iremos ainda mais fundo na toca do coelho que os ricos cavaram para todos nós. Há dinheiro mais do que suficiente para resolver a maior parte dos problemas do mundo. Ele apenas está nas mãos de milionários e bilionários que não estão pagando sua parte justa.

⁵⁷ Disponível em: <https://patrioticmillionaires.org/about/>. Acesso em: 18 abr 2022.

⁵⁸ O movimento Patriotic Millionaires também conta com um braço atuante no Reino Unido.

⁵⁹ Muito embora o movimento defenda maior taxação, aceita doações “*tax-deductible*”: Disponível em: <https://patrioticmillionaires.org/ways-to-give/tax-deductible/>. Acesso em: 28 maio 2022.

Podemos começar recuperando parte do crescimento absolutamente absurdo das fortunas bilionárias ao longo da pandemia. Não é complicado e não deveria ser controverso. Praticamente todos no planeta se sacrificaram de alguma forma nos últimos dois anos; já é hora dos bilionários fazerem o mesmo, e rapidamente.

Muitos dos meus colegas ricos tratam a desigualdade como uma questão abstrata, mas isso tem consequências devastadoras no mundo real. Nossa riqueza não vem até nós do nada, ela está diretamente ligada ao fracasso do nosso país e do nosso mundo em apoiar as pessoas que mais precisam. Os bilionários sozinhos ganharam uma quantia astronômica de dinheiro apenas nos últimos dois anos, eles podem tranquilamente pagar mais. Podemos fazer do nosso mundo um lugar melhor. Precisamos apenas encontrar a vontade política para fazer o que for preciso (OXFAM, 2022, p. 5-6).

Às vésperas do Fórum Econômico Mundial de Davos (2022), tanto o Patriotic Millionaires como bilionários que não integram o movimento, mas que compactuam de sua agenda e seu posicionamento público, publicaram manifestos e cartas abertas demandando maior taxaço para o segmento. Esse posicionamento desvela alguns sentidos sobre o acúmulo de riqueza: o primeiro deles é a ideia de que existem recursos suficientes no mundo, porém concentrados nas mãos de poucos. O segundo é o de que o acúmulo sem precedentes de riqueza não é aleatório, mas deve ser entendido como uma falha do Estado em garantir proteção às camadas vulnerabilizadas. Por fim, há um terceiro elemento que merece menço: a ideia de que faltaria vontade política para maior taxaço dos ricos. A discussáo promovida na seço anterior, entretanto, indica que não basta vontade política. As camadas superiores exercem diversas formas de influência dentro da estrutura estatal, fazendo com seus interesses sejam protegidos. Esta problematizaço é importante, como também o é indicar que a bandeira da reforma tributária não é a única defendida por este grupo.

Os integrantes do PM também apoiam ou desenvolvem ações filantrópicas próprias⁶⁰. Todavia, este posicionamento público em torno de uma bandeira tão sensível, como o é a questão tributária, chama atenção no Patriotic Millionaires. Mas se parte dos bilionários considera o aumento da taxaço de impostos uma resposta

⁶⁰ Várias gerações da própria família Disney, por exemplo, estão envolvidas na filantropia. Ainda que detenham apenas 3% de toda a companhia, todos os membros da família seguem os passos da matriarca, Lillian Disney, esposa de Walt Disney, que ajudou a inaugurar a iniciativa que se transformaria no Walt Disney Concert Hall. "How Multiple Generations of the Disney Family Come Together to Fund Social Justice in LA and Beyond"⁶⁰, publicada em 22/12/2022, no portal Inside Philanthropy.

“simples” para a crescente e abissal desigualdade mundial, outro segmento deles defende uma saída alternativa: a filantropia.

Por isso é importante jogar luz no movimento The Giving Pledge (TGP)⁶¹, fundado em agosto de 2010 por Bill Gates, Melinda Gates e Warren Buffett, ocasião em que foram reunidos quarenta bilionários estadunidenses em torno da promessa de doação da maior parte de seus patrimônios para causas mundiais prementes. Desde então, novos bilionários aderiram à promessa de doação “da maior parte das suas riquezas” em vida ou em seus testamentos. Atualmente o movimento congrega 233 filantropos de 28 países⁶². É um movimento que cresce em âmbito internacional, mobilizando bilionários filantropos de diversas regiões do planeta⁶³.

O TGP define-se como “uma promessa” feita pelas pessoas mais ricas do mundo e suas famílias: um compromisso em dedicar a maior parte de seus patrimônios para a caridade. Os “*pledgers*”, o que numa tradução livre pode ser entendido como aqueles que prometem ou se comprometem, partem de um ponto em comum: eles estariam unidos pelo compromisso de usar suas riquezas para ajudar a resolver os problemas mais prementes do mundo⁶⁴.

As linhas de atuação do movimento são pouco evidentes, porém pelo site institucional é possível saber que o movimento também tem um caráter pedagógico:

O Giving Pledge visa mudar as normas da filantropia entre as pessoas mais ricas do mundo, inspirando-as a doar mais, estabelecer seus planos de doação mais cedo e doar de maneira mais inteligente. Isso é feito em parte pela construção de uma comunidade onde os signatários do Giving Pledge podem participar de sessões de aprendizado, compartilhar as melhores práticas e trocar ideias para maximizar o impacto de suas doações

A ideia por trás da iniciativa é justamente inspirar e fortalecer a doação da maior parte do patrimônio de outras pessoas ricas, considerando que os filantropos podem desempenhar um importante papel de catalisadores, focando em áreas em que o

⁶¹ Para informações detalhadas, acessar: <https://givingpledge.org/>. Acesso em: 02 mar 2022.

⁶² Dados relativos ao momento de escrita da presente tese, em 25/05/2022, disponíveis no site <https://givingpledge.org/about>

⁶³ No TGP, a influência da figura de Chuck Feeney, fundador da Duty Free Shoppers Group e fundador da The Atlantic Philanthropies, é lembrada com frequência: por meio da sua fundação, o filantropo doou boa parte da sua fortuna.

⁶⁴ Tradução nossa da definição disponibilizada no site do movimento: “The Giving Pledge is a promise by the world’s wealthiest individuals and families to dedicate the majority of their wealth to charitable causes”. Disponível em: <https://givingpledge.org/about>. Acesso em: 26 jan 2022.

financiamento é escasso. Um outro compromisso do movimento é a união entre filantropos engajados e comprometidos com a doação em larga escala e de alto impacto social.

Por isso mesmo, o TGP promove encontros de aprendizagem, destinados aos filantropos, suas famílias e suas equipes, geralmente sob curadoria e responsabilidade de algum dos associados. Esses encontros são reservados, mas no site há algumas pílulas, pequenos vídeos que dão o tom e apresentam parte dos temas apresentados. Em um dos vídeos com o tema “educação para equidade”, por exemplo, aborda-se o papel de liderança do setor filantrópico, que poderia assumir, em tese, mais riscos no financiamento de ações, e também sobre o uso estratégico de ferramentas como *advocacy* e comunicação de impacto.

Um outro ponto importante do movimento TGP é a publicação de uma carta pelos filantropos recém-associados, instrumento que tornaria público o compromisso. As cartas dos fundadores Warren Buffet e Bill e Melinda Gates, ambas disponibilizadas no site do movimento, reforçam o sentimento dos bilionários diante de seus patrimônios: sorte, gratidão e compromisso.

Minha riqueza veio de uma combinação de viver na América, alguns genes de sorte e juros compostos. Meus filhos e eu ganhamos o que chamo de loteria do ovário. (Para começar, as chances de meu nascimento em 1930 acontecer nos EUA eram de pelo menos 30 para 1. O fato de eu ser homem e branco também removeu enormes obstáculos que a maioria dos americanos enfrentava na época). Minha sorte foi acentuada por viver em um sistema de mercado que às vezes produz resultados distorcidos, embora no geral sirva bem ao nosso país. Trabalhei em uma economia que recompensa alguém que salva a vida de outros em um campo de batalha com uma medalha, recompensa um grande professor com notas de agradecimento dos pais, mas recompensa aqueles que podem detectar o preço errado dos títulos com somas chegando ao bilhões. Em suma, a distribuição do palito da sorte é extremamente caprichosa⁶⁵ (Warren Buffet).

Fomos abençoados com boa sorte muito além das nossas expectativas mais ousadas, e estamos profundamente gratos. Mas assim como esses dons são ótimos, sentimos uma grande responsabilidade em usá-los bem. É por isso que estamos tão satisfeitos em fazer um compromisso explícito com o Compromisso de Doação. A ideia do compromisso surgiu de discussões que tivemos com outros doadores sobre o que eles estavam fazendo, sobre o que funcionou na filantropia e o que não funcionou. Todos compartilharam como a doação tornou suas vidas mais ricas. Todos os que

⁶⁵ Tradução nossa. A carta original está disponível em: <https://givingpledge.org/pledger?pledgerId=424>. Acesso em: 04 jun 2022.

compareceram foram inspirados por ouvir a paixão dos outros e encorajados a fazer ainda mais (Melinda French e Bill Gates).

As cartas dos fundadores do TGP apontam para um reforço de valores, uma concepção de mundo que permeia o engajamento na ação filantrópica. É um material rico para compreender a narrativa que os bilionários constroem de si mesmos, das suas fortunas e sobre como se posicionam em relação a ela. O comprometimento público, concordando com Schmitz e McCollim (2021), demonstra que

um resultado muito mais imediato do Compromisso de Doação são os benefícios de reputação obtidos por seus fundadores e membros. O site e as cartas não são apenas projetados para estimular outros bilionários a dar, mas agir como uma forma de comunicação para o público sobre a sinceridade dos motivos e dedicação a causas entre os bilionários. As cartas enfatizam a generosidade dos doadores, dão muitos exemplos de boas intenções, e prometem resolver os principais desafios sociais. A grande maioria das cartas não questionam as condições estruturais que impulsionam a crescente desigualdade econômica, incluindo políticas fiscais ou divisões subjacentes de gênero e raça (SCHMITZ; MCCOLLIM, 2021, p. 5).

O movimento ganhou alguma notoriedade na área filantrópica brasileira em razão da adesão de dois casais que figuram na lista dos mais ricos do país: Elie e Susy Horn, os primeiros representantes brasileiros a aderirem ao pacto; e David Vélez e Mariel Reyes⁶⁶, com adesão recente.

Elie e Susy Horn, vinculados ao setor de construção civil (Cyrella Brazil Realty) aderiram ao movimento no ano de 2015. A carta de adesão do casal é bastante sucinta:

Com o presente compromisso, reafirmo o que me comprometi há quase 10 anos, que é doar até 60% dos meus bens para caridade (em hebraico, fazer Justiça).
Como seres humanos, não levaremos nada conosco para o outro mundo – as únicas coisas que levaremos são as boas ações que realizamos neste mundo. Estamos neste mundo para ser testados, e cada um de nós deve dar o fruto de suas habilidades.
Faço meu juramento com prazer, e com a boa sensação de que dei o meu melhor para dar sentido à minha missão neste mundo (meu falecido pai deu 100% do que tinha). Quanto mais dermos, mais significativos e mais fortes nos tornaremos. Minha caridade vê principalmente a educação nas escolas e universidades. Nossa principal mensagem ao doar é fazer com que as pessoas pertençam às comunidades e façam o bem em geral.

⁶⁶ Para acessar a íntegra do compromisso público do casal, visitar: <https://givingpledge.org/pledger?pledgerId=424>. Acesso em: 04 jun 2022.

Muito embora o casal Vélez e Reyes seja natural da Colômbia e do Peru, respectivamente, é no Brasil que o casal vive e mantém sua base de negócios. É um casal jovem e vinculado a tecnologias. Reyes lidera o {reprograma}, uma iniciativa de programação voltada para mulheres, enquanto Vélez é fundador do Nubank, um banco digital. O documento da carta de adesão do casal também apresenta alguns dados relevantes para esta pesquisa:

Nós consideramos que tivemos sorte. Nossas famílias sempre puderam nos dar recursos e as ferramentas que muitas pessoas ainda não têm acesso. E nossas famílias também nos ensinaram a importância de ter consciência social, em que o sentido da vida deriva de criar impacto na vida dos outros. Este é o espírito que guiou nossa jornada até aqui. (...) O destino e o trabalho árduo nos garantiram um nível de sucesso que nunca pensamos ser possível quando começamos nossa jornada. E, com isso, vem um novo patamar de acúmulo financeiro que nos fez refletir profundamente sobre a melhor forma de usar esse patrimônio. Embora, no início, aparentasse ser uma decisão enorme, ficamos ambos surpresos ao descobrir que chegamos a uma resposta muito mais rápido do que imaginávamos: devemos investir a maior parte de nosso patrimônio da mesma forma que investimos a maior parte de nosso tempo – ajudando a melhorar a vida de outras pessoas.

O casal conclui lembrando a “extrema urgência em investir agora para ajudar a melhorar a vida de centenas de milhões de pessoas”, mencionando problemas como a fome e a dificuldade de acesso à saúde: “muitos desses problemas não podem esperar e pretendemos trabalhar com extrema urgência para tentar resolvê-los”. Também é importante indicar que o casal anunciou que estabelecerá sua própria iniciativa filantrópica, uma plataforma de base familiar, na América Latina e em fase de implementação. O casal segue sendo os únicos latino-americanos a assinarem o pacto.

As cartas dos casais que representam o Brasil no TGP apresentam pontos relevantes para esta análise: a ideia de fazer o bem, por exemplo, é central em ambos os compromissos. A noção da caridade e de melhoria da vida de outras pessoas tem certa centralidade, além da ideia do esforço. Enquanto a carta do casal Horn indica que o patriarca da família doou 100% do seu patrimônio, o que sinaliza para uma noção de esforço individual e uso de suas habilidades para o acúmulo de uma nova fortuna, o casal Vélez aponta o “trabalho árduo” como força motivadora da fortuna familiar. A fortuna acumulada em razão de aspectos individuais e excepcionais tem uma aceitação social maior, já apontava o trabalho de Storti e Dagnes (2021). Em

ambas as cartas, concordando com Schmitz e McCollim (2021), a narrativa apresentada reforça as boas intenções dos filantropos, reitera a ideia de esforço e habilidades próprias como parte relevante do acúmulo de riqueza e evidencia a generosidade dos casais. A filantropia dos bilionários estaria, dessa forma, associada a uma certa moralidade, uma forma de ver e se posicionar na esfera pública.

As críticas ao formato adotado pelo TGP também merecem menção. Collins e Flannery (2020) ressaltam o caráter antidemocrático dos movimentos filantrópicos de alta doação, enfatizando as questões pouco transparentes de gestão de orçamento e isenções tributárias, o que, inclusive, poderia colocar em risco todo o sistema tributário dos Estados Unidos, onde a organização está sediada. Além disso, os autores apontam que os bilionários que eram signatários do movimento em 2010 viram seus patrimônios dobrarem de tamanho em pouco mais de uma década, sendo que o patrimônio de nove deles cresceu mais de 200%, dado que aponta as contradições da iniciativa: ao contrário de diminuir seus patrimônios, os *pledgers* estão cada vez mais ricos.

Por suas características, o TGP é um movimento relevante, com peso econômico e político significativo, que atua no âmbito internacional e que inspira a associação de milionários pelo mundo em formatos semelhantes.

Embora no Brasil não exista até o momento de finalização desta tese um movimento que reúna bilionários que se comprometam publicamente com a doação da maior parte de seus patrimônios, o TGP é uma fonte de inspiração para a criação do Movimento Bem Maior (MBM), fundado em 2019 com o “objetivo [de] fortalecer o ecossistema filantrópico do Brasil”. O MBM investe, apoia e capacita “iniciativas que atuam nas raízes da desigualdades brasileira”, além de promover a cultura da doação.

Entre seus associados estão⁶⁷: Elie Horn (fundador da Cyrela Brazil Realty); Rubens Menin (MRV Engenharia); Eugênio Mattar (Localiza e Junior Achievement, “instituição mundial que leva empreendedorismo às escolas públicas”); Bia Vidigal, qualificada no site do MBM como membro de uma família de filantropos; Brasil Capital, uma empresa de gestão de recursos de investimentos de longo prazo em empresas brasileiras fundada em 2008; e Luciano Huck, “apresentador de TV, empreendedor, filantropo, fundador da Igah Ventures e do Instituto Criar, além de membro do RenovaBR e do Agora!, iniciativas que incentivam cidadãos comuns a participar da

⁶⁷ Disponível em: <https://movimentobemmaior.org.br/quem-somos/#manifesto>. Acesso em: 04 jun 2022.

renovação política”. Também compõem este grupo Jaime Garfinkel, empresário, e Pedro Bueno, presidente da Dasa, maior rede de saúde da América Latina⁶⁸.

Como há poucas informações disponíveis sobre o tipo de ação realizada pelo grupo, uma pesquisa complementar em veículos de imprensa revela que, em 2018, o MBM selecionou cinco organizações para apoiar financeiramente: o movimento Todos pela Educação, o Parceiros da Educação, a ONG Gerando Falcões, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e o Instituto IUNGO. O objetivo da parceria seria “disseminar boas práticas de educação e formação de lideranças, baseadas em necessidades nacionais e locais. Os indicadores e ações são escaláveis para influenciar políticas públicas e gerar impacto sistêmico na sociedade. A duração dos projetos vai de um a quatro anos. Este ano (2018) serão aplicados R\$ 12 milhões e o valor total pode chegar a R\$ 30 milhões no fim do período”⁶⁹.

À primeira vista pode parecer um apoio limitado e localizado, mas é interessante visualizar, de forma mais detida, o tamanho das redes articuladas por cada um desses atores. Não se objetiva fazer uma análise de rede nem pormenorizar cada uma dessas parcerias, já que há poucas informações disponíveis sobre como o MBM apoia cada uma dessas organizações. A Tabela 2, adiante, permite compreender melhor um mapa dessa ampla rede articulada pelo grupo do MBM.

⁶⁸ O MBM conta com um total de 8 associados, sendo 1 empresa e 7 pessoas físicas. Há apenas uma mulher. Todos são brancos e de meia idade, com exceção de Pedro Bueno, o mais jovem integrante do grupo. No site oficial do movimento, ao lado da fotografia de cada um dos associados, há uma minibiografia que pode ser acessada em: <https://movimentobem maior.org.br/quem-somos/#as-liderancas>. Acesso em: 05 jun 2022.

⁶⁹ Reportagem publicada no jornal O Estado de S. Paulo. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/blogs/coluna-do-broad/movimento-bem-maior-vai-investir-ate-r-30-milhoes-em-cinco-projetos/>. Acesso em: 04 jun 2022.

Tabela 2 - Apoios do Movimento Bem Maior

Ator	Foco de atuação	Parceiros
Movimento Todos pela Educação ⁷⁰	Atuar para “mudar a qualidade da Educação Básica”	Mantenedores: [B]Social, Família Hallack, Família Kishimoto; Fundação Bradesco; Fundação Educar; Fundação Volkswagen; Fundação Lemann; FLUPP; Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Fundação Maria Emília; Pro Futuro; Fundação Vale; GOL; IFood; Instituto Credit Suisse, Instituto Natura, Instituto Península; Instituto Sonho Grande; Instituto Unibanco; Itaú, Itaú Social; Milu Villela Prisma Capital; Movimento Bem Maior.
Parceiros da Educação ⁷¹	Promover maior envolvimento da sociedade civil na melhoria da educação pública brasileira	Angela Freitas, Andréa Pinheiro e Newton Simões Filho, Aurora Importadora, Autonomy Investimentos, Bresco, Comgás, Dimitrios Markakis e Jorge Manuel, Garcia Letra, Echoenergia Participações S.A., ENIAC, Expresso Maringá do Vale, Fabio Barbosa e Ana Barbosa, Fundação Lúcia e Pélerson Penido – FLUPP, Fundação Waldemar Barnsley Pessoa, Grupo Iguatemi, Grupo Pereira, Instituto Ad Maiora, Instituto Carlyle Brasil, Instituto CCP, Instituto CCR, Instituto Cyrela, Instituto GOL, Instituto Península, Instituto V5, Intituto FEFIG, Itaú BBA, Jair Ribeiro – Sertrading/Banco Indusval, João Miranda e Aline Miranda, Lobo de Rizzo Advogados, Machado Meyer Sendacz Opice Advogados, Marcelo Kishimoto, Marcelo Mesquita de Salles Oliveira, Marcos Awad, Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr e Quiroga Advogados, Mauá Capital, Nitro Química, Razac Trading, Roberto Klabin, Sertrading, Tozzini Freire Advogados, Viação Piracicabana, Walter Schalka.

⁷⁰ Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/>. Acesso em: 1º jun 2022.

⁷¹ Disponível em: <https://parceirosdaeducacao.org.br/com/>. Acesso em: 1º jun 2022. É apoiado por pessoas físicas e por empresas.

ONG Gerando Falcões ⁷²	Investimento de impacto nas favelas do Brasil	XP Investimentos; Localiza Hertz; WiseUp; MRV; Fundação Lemann; Instituto Península; Movimento Bem Maior; Oliveira's Foundation; Gerdau; Giveme5; Mundo Verde; Dasa; Instituto Pensi Pesquisa para o Ensino em Saúde Infantil.
Fundação Maria Cecília Souto Vidigal ⁷³	Promove ações com foco na primeira infância	International Center for Journalists; Governo do Estado do Pernambuco; Editora Abril; Faculdade de Educação Columbia University; FGV; Instituto Danone; United Way; Centro para o Desenvolvimento Infantil de Harvard; Faculdade de Medicina da USP; Editora Globo; IPA Brasil; Universidade Federal do Ceará; Ministério da Cidadania; Google; Hospital Infantil Sabará, Instituto Dynamo; Sociedade Brasileira de Pediatria, Jeduca; Gife, Movimento pela Base; Insper e Frente Parlamentar da Primeira Infância.
Instituto IUNGO ⁷⁴	Formação de professores e gestores escolares; produção de material didático; pesquisas sobre atuação docente e inovação em educação	Mantenedores: Movimento Bem Maior e Instituto MRV. Implementação: Instituto Arapyáú, Itaú, Porvir, Reúna, Uma concertação para a Amazônia. Universidades Parceiras: NAP (Núcleo de Pesquisa em Novas Arquiteturas Pedagógicas)/USP e PUC MG. Secretarias de educação parcerias: Amazonas, Minas Gerais, Santa Catarina e São Paulo.

Fonte: Elaboração da autora.

⁷² Disponível em: <https://gerandofalcoes.com/>. Acesso em: 1º jun 2022.

⁷³ Disponível em: <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/a-fundacao/#parceiros/>. Acesso em: 1º jun 2022.

⁷⁴ Disponível em: <https://iungo.org.br/sobre/>. Acesso em: 1º jun 2022.

A organização das iniciativas apoiadas pelo MBM em uma tabela permite visualizar mais facilmente o alcance de articulação do grupo. Cada uma das cinco iniciativas escolhidas tem, obviamente, diferentes modos de funcionamento e focos temáticos, mas a tabela permite visualizar a rede mobilizada por cada um desses atores, desde a iniciativa privada até outras organizações sem fins lucrativos. Há ainda uma presença importante de secretarias municipais e estaduais e universidades, apontando a ampla capilaridade e alcance desses grupos. Os recursos aportados nesses parceiros, não se pode perder de vista, têm objetivo de disseminar boas práticas e influenciar em políticas públicas.

A doação dos filantropos para a educação teria, dessa forma, um objetivo bem delimitado e também estratégico. Aliás, no próprio discurso capitalista, a educação como um todo assume uma dimensão estratégica, sendo considerada elemento essencial para reposicionar determinado país internacionalmente, especialmente no que diz respeito à sua capacidade competitiva na esfera econômica. Esta abordagem, aliás, é central para compreendermos a presença, cada vez maior, em cada vez mais espaços decisórios, de grupos econômicos. Ao recuperar os processos histórico-sociais que levaram os economistas a figurarem como produtores legítimos das políticas educacionais, Almeida (2008) relembra a participação de organizações internacionais, como Fundação Ford, Unesco e USAID (United States Agency for International Development), por exemplo, na disputa por uma noção de educação baseada no conceito de capital humano.

Para Freitas (2012, 2014, 2018), é nesta seara que operam “os reformadores empresariais”, grupos inspirados por esta lógica empresarial que atuam desde a organização do trabalho pedagógico no âmbito escolar (objetivos da educação, sistemas avaliativos, conteúdos e métodos de ensino), passando pela implementação de modelos de gestão e culminando com uma maior incidência da atuação privada em sistemas de ensino públicos. Esses grupos

aceitam a correlação entre pobreza e baixa aprendizagem, mas defendem a tese liberal de que cabe à escola compensar as desigualdades sociais garantindo acesso ao conhecimento, leia-se, garantindo o “básico” para todos, mesmo sabendo que mais da metade das variáveis que afetam o rendimento do aluno estão fora da escola, que existem complexas interações entre a cultura do entorno das escolas e a própria escola. Normalmente os reformadores não ignoram essas interações culturais, eles apenas se sentem os “novos colonizadores” que trarão a “boa cultura” às camadas populares imersas na pobreza, na qual mergulham por demérito próprio ou falta

de oportunidade. A isso chamam de “responsabilidade social das empresas”. Com isso, tiram o foco da pobreza que eles mesmos geram e colocam os holofotes, primeiramente, sobre a escola (FREITAS, 2014, p. 1090).

Este trecho do trabalho de Freitas é interessante para compreender o interesse do que ele qualifica como “reformadores empresariais” na educação. A partir do argumento construído ao longo desta tese, é possível aproximar a categoria adotada pelo autor dos bilionários estudados. A partir da discussão da legitimação e aceitação social dos super-ricos, a filantropia em educação estaria também alinhada a um discurso que focaliza aspectos individuais, desenvolvimento de competências e acesso às oportunidades, nublando um debate estrutural sobre as causas das desigualdades. Freitas (2014) reitera que ao isolar a educação de outras variáveis estruturantes das desigualdades, esvazia-se o discurso da transformação social e reforça-se, em última análise, as estruturas centralizadoras que garantem riqueza e poder a pequenos grupos.

Avançando nesta reflexão, há uma dimensão da atuação dos bilionários na filantropia em educação que é pouco abordada e que é relevante para a discussão que se constrói nesta tese: a filantropia também pode ser lida como um modelo de intervenção regulador, como Mestriner sinaliza (2008, 2012). Ao analisar a filantropia empresarial, Beghin trabalha com a hipótese de que a filantropia empresarial, tal como ocorre no Brasil, corresponderia a um tipo de resposta que a ideologia neoliberal oferece para enfrentar a questão social.

Trata-se de substituir o contrato da cidadania social fornecendo as bases morais de uma solidariedade privada que possibilite a “regulação da pobreza”, isto é, o que se procura não é a sua erradicação, mas sua integração. A proposta é a de legitimar novas formas privadas de provisão de atenções sociais por meio de velhas formas de benemerência (BEGHIN, 2005, p. 45).

Como discutido no Capítulo 2, a filantropia se constitui a partir de bases de uma certa moralidade, ponto que não se pode perder de vista: “a filantropia elabora, pragmaticamente, uma referência ao interesse coletivo, de natureza essencialmente moral, que é de reduzir a miséria e o perigo social que ela representa” (BEGHIN, 2005, p. 45). Ela promove, portanto, a síntese entre o interesse pessoal do filantropo e o interesse geral. O trabalho da autora ainda inspira questões centrais. O argumento que é desenvolvido nesse estudo é o de que o eixo norteador da filantropia é o de buscar “moralizar” os pobres, num contexto em que, como os dados da realidade nos

mostram, a maioria deles permanece privada do acesso aos direitos básicos, jogada na informalidade do trabalho e em situação de insegurança alimentar. As práticas filantrópicas seriam, dessa feita, uma forma de “socializar a miséria, isto é, fazer com que [se] aceite o papel que lhe foi atribuído na ordem social e com que renuncie a resistir a esta ordem” (BEGHIN, 2005, p. 45).

A doação filantrópica, verticalizada e marcada por profundas desigualdades, estabelece relações de dependência: numa perspectiva maussaniana, ao receber, o recipiente não pode retribuir à altura, cabendo a si assumir uma espécie de dívida moral. De um lado, o reforço da legitimidade e do prestígio dos grupos doadores; de outro, “a posse da vida dos que não podem retribuir” (BEGHIN, 2005, p. 49). A filantropia pode ser compreendida, nesse contexto, como uma forma reguladora da desigualdade. Os trabalhos de Scalon (2007) e Reis (2000) já sinalizavam, aliás, que, historicamente, as camadas superiores não são afeitas às medidas redistributivas, embora condenem a pobreza.

Este breve cenário nos permite inferir que o fenômeno dos bilionários filantropos é um fenômeno social, econômico e também político. A emergência desses grupos na educação não seria, portanto, desinteressada e desvela uma certa compreensão de uma *educação desejável* para o país. É o que se aborda no próximo capítulo, a partir da identificação das práticas filantrópicas promovidas pelos institutos filantrópicos em estudo.

5 EDUCAÇÃO EM DISPUTA: A FILANTROPIA CHEGA NA ESCOLA

Nesta seção, considerando as discussões anteriores, as iniciativas filantrópicas mantidas pelas famílias Diniz e Gradin são estudadas com maior profundidade. O objetivo é apresentar, de forma mais detalhada, o Instituto Península e o Instituto Inspirare, identificando suas práticas e iniciativas voltadas para a educação. Não se pode perder de vista que a problemática central deste estudo é pensar criticamente a presença e as ações dessas famílias, que se posicionam na área da educação como filantropas.

Dialogando com a hipótese central da pesquisa, busca-se mapear elementos ou indicativos que permitam compreender a visão que esses grupos familiares têm da educação. “Qual ou quais são as compreensões de educação que esses grupos revelam nas suas ações filantrópicas?” foi uma pergunta norteadora que direcionou a coleta de dados.

O percurso da pesquisa foi detalhado no Capítulo 3, mas para contextualizar as informações aqui reunidas é importante indicar que as fontes primárias consideradas para coleta de informações são os sites dos institutos, os relatórios de atividades publicados e também entrevistas e declarações públicas dos filantropos. Quando necessário, essas informações foram cruzadas com reportagens e notícias publicadas na imprensa comercial. Todos os veículos consultados estão listados ao final das referências. Mais uma vez, é importante reiterar que as informações aqui utilizadas são públicas. Os nomes das pessoas citadas também foram retirados de materiais públicos e estão devidamente referenciados.

A leitura e a categorização dos dados coletados contemplou dois eixos:

- i) **Mapeamento de atividades e/ou ações realizadas com ou para as escolas públicas.** Neste eixo também são considerados os projetos direcionados para a comunidade escolar, o corpo técnico das escolas, o professorado, o alunado e suas famílias e também as ações com foco em incidência em políticas públicas educacionais. Essas informações permitem desvelar algumas compreensões e sentidos que a educação assume para esses grupos.
- ii) **Mapeamento das parcerias e articulações realizadas pelos grupos pesquisados.** Os dados mapeados revelam uma maior dimensão das estratégias de atuação desses grupos.

Portanto, é a partir desses dois eixos analíticos que se busca qualificar cada uma dessas iniciativas filantrópicas e sua atuação na educação.

5.1 O Instituto Península: educação socioemocional e o professor como agente de transformação.

“Braço social” da Península Participações, uma empresa de investimento privado que gere os ativos de propriedade da família Diniz⁷⁵, o Instituto Península foi fundado em 2011. Sobre o patriarca da família, a Forbes Internacional publica um curto perfil:

O pai do magnata do varejo Abilio dos Santos Diniz, imigrante português, fundou o Grupo Pão de Açúcar em 1948 no Brasil. Sob a gestão de Diniz, o Pão de Açúcar tornou-se o maior varejista do Brasil. Em 2012, ele vendeu uma participação para o operador francês de supermercados Groupe Casino. Em um ano, o relacionamento com os parceiros franceses azedou; Diniz cedeu o controle do Grupo Pão de Açúcar para o Casino em setembro de 2013. Em 2016, tornou-se um importante acionista do Carrefour S/A, concorrente do Casino. Ele também preside a processadora de carnes Brasil Foods⁷⁶.

Em 2016, ano referência para este estudo, Abilio Diniz estava posicionado na 14ª colocação no ranking da Forbes Brasil, com um patrimônio estimado de R\$ 12,39 bilhões. A edição especial da Forbes sobre os bilionários brasileiros publicada em 2019 o qualifica como megainvestidor, sendo a origem do seu patrimônio um amplo rol de investimentos (FORBES, 2019).

A filantropia institucionalizada está presente na família Diniz há pouco mais de uma década, com a fundação do Instituto Península. Isso não quer dizer que as práticas filantrópicas não façam parte do cotidiano de alguns membros da família, o que costuma ser noticiado em colunas sociais. Tanto o arquiteto Felipe como o empresário Alcides, conhecido como Dinho, ambos filhos de Alcides Diniz (irmão de Abílio Diniz), por exemplo, já receberam longos perfis em revistas como a GQ sobre suas ações filantrópicas, que englobam desde a causa animal até a representação brasileira da ONG estadunidense American Foundation for Aids Research, a amfAR,

⁷⁵ Mais informações em: <http://www.peninsulapart.com.br/>. Acesso em: 1º jun 2022.

⁷⁶ Disponível em: https://www.forbes.com/profile/abilio-dos-santos-diniz/?sh=18ae10216243_ Acesso em: 1º mar 2022.

com foco em pesquisa e campanhas de prevenção. Em um perfil de 2016, uma reportagem indica que “na casa de Felipe e, há três anos, na de Dinho, foram levantados cerca de US\$ 12 milhões, um verdadeiro milagre, dada a pouca inclinação nacional para eventos desse tipo”⁷⁷. Na lista dos “seis homens transformadores que revelam suas ideias para mudar o mundo”, publicada em 2019 pela mesma revista, os eventos filantrópicos promovidos pelos irmãos são confirmados⁷⁸.

O Instituto Península, entretanto, organiza a ação filantrópica em outro patamar, contando com equipe profissionalizada e projetos bem definidos. A prática filantrópica passa a ser estruturada, focada em objetivos e com parcerias consideradas estratégicas. Para melhor compreensão do funcionamento do IP, é importante apresentar algumas informações sobre os projetos e iniciativas promovidas.

Em se tratando de um instituto familiar, parte dos membros da família é, obviamente, atuante no IP. Integram o Conselho do Instituto Península o patriarca da família Abílio Diniz e sua esposa Geyze Marchesi Diniz. Alguns filhos de Abílio também participam: João Paulo Diniz, Pedro Paulo Diniz e Ana Maria Diniz, diretora do IP e sua maior voz. Dois sobrinhos, filhos de Adriana Diniz, também integram o *board*: Marcella Diniz e Gabriel Diniz⁷⁹. Uma única integrante do Conselho não é membro da família: Flavia Almeida, mulher de confiança da família e gestora dos fundos da Península Participações. Sobre ela, há um rico perfil na Revista Exame publicado em 19 de dezembro de 2019, cujo título é “Quem é a mulher que investe a fortuna do bilionário Abilio Diniz”. A reportagem apresenta a trajetória acadêmica e profissional de Almeida até sua chegada na Península Participações, que chega a administrar, segundo a reportagem, US\$ 3,7 bilhões da família Diniz. Um trecho da reportagem é ilustrativo em relação às concepções sobre o IP e sobre as iniciativas filantrópicas familiares: “O Instituto Península, braço social da família, investe em iniciativas voltadas à educação e ao esporte, paixões da filha de Diniz, Ana Maria, e de seu filho João Paulo”. Na opinião de Flavia, a família Diniz quer “construir uma agenda de investimentos positivos” para o Brasil. “Era muito mais fácil pegar esse

⁷⁷ Disponível em: <https://gq.globo.com/Prazeres/Poder/noticia/2016/04/anfitrioes-da-amfar-felipe-e-dinho-diniz-lideram-filantropia-no-brasil.html>. Acesso em: 1º abr 2022.

⁷⁸ Disponível em: <https://gq.globo.com/Estilo/noticia/2019/11/lista-gq-6-homens-transformadores-revelam-suas-ideias-para-mudar-o-mundo.html>. Acesso em: 1º abr 2022.

⁷⁹ Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br/sobre/>. Acesso em: 02 fev 2022.

dinheiro, de uma família como essa, e botar em gestores de fundos em Nova York, em meia dúzia de caras”, afirma. “Mas a família está comprometida em transformar o Brasil através do empreendedorismo”⁸⁰.

O Instituto se apresenta como uma organização que

trabalha para apoiar a melhoria da carreira docente porque acredita que os professores são os principais agentes de transformação para uma Educação de qualidade no Brasil. Para garantir a aprendizagem de todos os estudantes, precisamos de professores bem formados e desenvolvidos em múltiplas dimensões – cognitiva, social, emocional e relacional, além de respeitar os diferentes contextos nos quais docentes e alunos estão inseridos. Por isso, o Instituto Península acredita que é importante somar o melhor das teorias existentes com a prática do dia a dia. Para concretizar suas ações, possui projetos conectados ao propósito de transformar vidas por meio da Educação, além de um Núcleo de Pesquisas e Estudos, buscando sempre conhecer a fundo os professores do nosso país, identificando as melhores referências do mundo. Desta forma, o IP atua de maneira sistêmica, contribuindo com o avanço de políticas públicas que impactem positivamente a carreira docente, desde atratividade, profissionalização e valorização até o desenvolvimento contínuo dos educadores⁸¹.

Ao buscarmos mais informações sobre a fundação do IP em sites dos projetos viabilizados pela instituição, um dado relevante sobre as escolhas familiares:

O escopo inicial, qualidade de educação com foco na formação do professor, foi definido a partir de uma série de encontros familiares e reuniões com especialistas que contribuíram para a construção da base da instituição. Foi uma simples conta que levou o grupo a ratificar sua escolha: a estimativa de que cada professor brasileiro forma, ao longo da sua vida profissional, cerca de 1000 alunos⁸².

No ano de 2020, a organização de suas atividades envolvia uma ampla gama de parceiros, que pode ser mais bem visualizada no diagrama publicado no próprio site da instituição.

⁸⁰ Disponível em: <https://exame.com/negocios/quem-e-a-mulher-que-investe-a-fortuna-de-abilio-diniz/>. Acesso em: 10 jun 2022.

⁸¹ Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br/sobre/>. Acesso em: 09 jan 2022.

⁸² O site institucional do Instituto Singularidades é: <https://institutosingularidades.edu.br/>. Acesso em: 1º dez 2020.

Figura 1 - Diagrama de parceiras – Instituto Península



Fonte: Instituto Península, 2022.

Os tipos de parceria e articulação diferem de projeto a projeto, mas é possível identificar a articulação com Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, Ministério da Educação e diversas outras organizações sem fins lucrativos, como é o caso da Fundação Lemann, Instituto Verdescola, Inspirare, Parceiros da Educação. Uma análise de rede detalhada sobre essas articulações foge ao escopo desta tese, mas para o argumento que se constrói, é relevante pontuar a vasta rede de articulações e entrada nos espaços decisórios para formulação de implementação das políticas públicas educacionais.

Atuando de maneira sistêmica e integrada, as iniciativas do IP estão divididas em 4 eixos⁸³:

⁸³ O Instituto também promove projetos incentivados via Lei Federal de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/06) e via Lei Paulista de Incentivo ao Esporte (Lei nº 13.918/09). São ao todo quatro projetos

- a) Núcleo de Alto Rendimento Esportivo de São Paulo (NAR/SP)⁸⁴, que atende mais de 1.500 atletas de alto rendimento por ano, em mais de 75 modalidades esportivas. Uma preocupação do NAR/SP é a contribuição com o desenvolvimento do esporte no país, ação que se dá via publicação de artigos científicos⁸⁵. Além disso, o núcleo também desenvolve trabalho com atletas de base;
- b) Impulsiona, um programa de educação esportiva vinculado ao IP, que tem como objetivo “estimular o uso do esporte como ferramenta educacional no desenvolvimento integral dos alunos”⁸⁶. Por meio de um site oficial, o programa oferece cursos e material didático, de forma gratuita, e reforça o objetivo da iniciativa: “incentivar a prática de novas modalidades, trabalhar as competências socioemocionais e fortalecer a cultura esportiva na comunidade escolar através de cursos e conteúdos gratuitos”. O impacto do programa indica que 5.130 municípios foram envolvidos nas ações, somando 52.505 escolas⁸⁷;
- c) A iniciativa Vivescer⁸⁸, lançada em 2018, define-se como uma plataforma que “é também um espaço para que educadores possam trocar experiências, discutir os desafios da profissão e compartilhar boas práticas de ensino em um formato de comunidade online exclusiva para estes profissionais”. A ideia é colaborar com “o desenvolvimento integral do professor, baseado no desenvolvimento de quatro dimensões (emoções, mente, corpo e propósito)”;
- d) E, por fim, o Instituto Singularidades⁸⁹, uma faculdade que se propõe a inovar na formação inicial e continuada de professores e profissionais de educação. O IP é a mantenedora do Singularidades.

esportivos incentivados a partir dessas duas leis. Disponível em: <https://www.institutoopeninsula.org.br/iniciativas/projetos-incentivados/>. Acesso em: 1º jun 2022.

⁸⁴ Disponível em: <https://www.narsp.com.br/>. Acesso em: 03 jun 2022.

⁸⁵ Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br/iniciativas/nar/>. Acesso em: 03 jun 2022

⁸⁶ Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br/iniciativas/impulsiona/>. Acesso em: 03 jun 2022.

⁸⁷ Disponível em: <https://impulsiona.org.br/>. Acesso em: 12 jun 2022.

⁸⁸ Disponível em: <https://vivescer.org.br/>. Acesso em: 11 jun 2022.

⁸⁹ Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br/iniciativas/singularidades/>. Acesso em: 11 jun 2022.

Para fins desta pesquisa, as três últimas iniciativas são de maior interesse; e por isso mesmo, é relevante apresentar mais alguns dados sobre cada uma delas.

O Impulsiona nasceu em 2017, quando o IP decidiu unir educação e esporte. É um programa de esporte nas escolas, com foco na promoção da atividade física como ferramenta de desenvolvimento físico, cognitivo e emocional⁹⁰. Os objetivos principais do programa são promover a prática de novas modalidades esportivas nas escolas, “trabalhar as competências socioemocionais a partir do esporte e fortalecer a cultura esportiva na comunidade escolar”.

As ações acontecem de forma remota, com oferta de cursos online e material didático. Os conteúdos oferecidos estão alinhados à BNCC. Realizado em parceria com o Ministério da Educação, a ação está voltada para três públicos distintos: professores, com oferta de conteúdo especializado; secretarias de educação, com oferta de consultoria especializada e, por fim, público geral, que envolve universitários, treinadores e pesquisadores.

A segunda iniciativa voltada para educação é a plataforma Vivescer, que oferece cursos gratuitos e material de apoio para professores. O nome escolhido seria uma referência a uma invenção de Guimarães Rosa, a partir das palavras “viver” e “ser”. Presente em 27 estados, os números e a capilaridade da iniciativa chamam atenção: 98 mil educadores foram envolvidos nas ações, e 22 mil escolas de 3,2 mil cidades também já participaram das atividades⁹¹. Os cursos oferecidos compõem uma “jornada de aprendizagem”, segmentada em 4 módulos⁹². O primeiro deles, chamado de “emoções”, é definido como um “curso (que) te ajuda a compreender a relação entre emoções, sentimentos e aprendizagem, tanto em você mesmo quanto em seus alunos. A partir daí, vamos ver como criar um ambiente de conexão e abertura na escola, além de conhecermos atividades de aprendizagem emocionalmente envolventes na sala de aula”.

O segundo módulo, “jornada da mente”, tem o objetivo de “ajuda(r) a conhecer e colocar em práticas diferentes estratégias para posicionar o aluno em um lugar ativo e protagonista na construção do conhecimento. Durante o conteúdo, você vai entender melhor os seus próprios modos de ensinar e de aprender”.

⁹⁰ Disponível em: <https://impulsiona.org.br/sobre/>. Acesso em: 12 jun 2022.

⁹¹ Disponível em: <https://vivescer.org.br/sobre-as-jornadas/>. Acesso em: 09 jun 2022.

⁹² Todas as informações e descrições das jornadas foram retiradas de <https://vivescer.org.br/sobre-as-jornadas/mente/>. Acesso em: 11 jun 2022.

Já o terceiro segmento, “corpo”, tem o objetivo de “compreender melhor a relação entre corpo e emoções, percebendo o impacto em sua vida pessoal e prática profissional”. A jornada ainda dá dicas para que “os professores incorporem cuidados que aumentem sua saúde e energia. Por fim, vamos ver maneiras de incluir a linguagem corporal no trabalho que realiza com seus alunos”.

O quarto módulo, chamado “propósito”, está focado em “ajudar a entender o seu propósito pessoal como professor a partir de um mergulho em sua história de vida”, e conclama: “vamos, juntos, examinar a coerência entre o que você acredita e o seu fazer docente, criando possibilidades para a realização de um trabalho com mais sentido no dia a dia”. O site disponibiliza informações complementares sobre cada uma das jornadas, porém não temos acesso aos pressupostos pedagógicos presentes em cada um desses eixos.

Os módulos têm certificação oferecida pelo Instituto Singularidades, com carga horária de 32 horas cada. A plataforma Vivescer também disponibiliza um banco de boas práticas com temáticas que vão desde como trabalhar a representatividade negra na escola até sequências didáticas sobre mapas e rodas de apreciação literária.

Uma informação que aparece nos dados coletados é relevante: a presença da educação socioemocional como uma questão central para os projetos ofertados. Neste momento é importante recuperar uma entrevista de Ana Maria Diniz ao jornal Folha de S. Paulo publicada dois anos antes do lançamento do Vivescer, em 16 de maio de 2016, por ocasião do lançamento da pós-graduação “Formação Integral: autoconhecimento, habilidades socioemocionais e práticas educacionais inovadoras”, oferecida pelo Instituto Singularidades⁹³. Sobre essa iniciativa, Diniz indicou que a primeira turma ofertou sete bolsas de estudos para educadores de escolas públicas e que a ideia era ampliar a iniciativa para todo o Brasil. Ela também ressaltou o caráter inovador da proposta e seu envolvimento pessoal na sua formulação:

As habilidades socioemocionais para as crianças são muito discutidas, mas ninguém fala dessas habilidades nos adultos. A gente tem experiências pequenas, pílulas. Os elementos que compõem o

⁹³ Com dois anos de duração, o objetivo do curso é “especializar profissionais éticos e com alto nível de consciência quanto à sua própria identidade. Ao incrementar o seu repertório com teorias sobre a educação para o século XXI e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, o(a) especialista poderá aplicar os aprendizados na preparação de atividades educativas inovadoras”. Quando as informações foram acessadas, não era possível identificar se o curso estava ativo ou se havia previsão de oferta de novas turmas. Disponível em: <https://institutosingularidades.edu.br/produto/formacao-integral-autoconhecimento-habilidades-socioemocionais-e-praticas-educacionais-inovadoras/>. Acesso em: 12 jun 2022.

currículo vieram de inspirações que pegamos de muitos lugares. Mas colocar junto esse currículo, dessa forma, foi iniciativa nossa. É uma inovação de conceito. Estou aprendendo e vejo que os projetos que dão certo são baseados em uma necessidade pessoal. Eu fui buscar um pouco na minha história de vida, na minha busca por autoconhecimento. E então chamei vários especialistas para ajudar a pensar esse curso – e ele passou a ser desse grupo. Tem psicólogo, neurocientista, gente de consultoria, da área de Recursos Humanos, pedagogo, sociólogo, filósofo⁹⁴.

Diniz, durante a reportagem, reitera a relevância e o caráter inovador da iniciativa, sendo, inclusive, indicada como uma das coordenadoras do curso. Na entrevista também é possível compreender um pouco melhor a visão, naquele momento, da filantropia sobre o papel dos educadores:

O educador precisa ter inteligência emocional para exercer sua função com tranquilidade, principalmente porque o papel de professor está mudando muito. Ele passa do senhor do conhecimento para o cara que facilita o conteúdo, ajuda na trilha de aprendizado. E ele precisa estar seguro disso, ter conhecimento sobre si próprio.

Ainda que o papel do professor tenha destaque, a entrevista também aborda um outro ponto importante para a educação: o envolvimento da família no processo de ensino e aprendizagem.

Está comprovado que a família é peça chave dessa equação. No movimento Todos Pela Educação, estou envolvida em um programa voltado para a família, que mostra que há coisas que a família pode fazer para valorizar a educação. As crianças podem ter centenas de problemas em casa, mas a melhor coisa que o professor tem a fazer é ensinar. Todo professor tem que ter um papel carinhoso, mas cuidar menos dos problemas da criança. Ensinar é a coisa mais valiosa no tempo em que ela estiver na escola. Porque isso ele pode levar para casa e usar para transformar a realidade.

Ainda que a entrevista destaque e chame atenção para a formação socioemocional, Diniz também reforça a importância do equilíbrio: “sou contra fazer o pêndulo cair para o outro lado e só pensarmos no socioemocional. (...) Tem que saber matemática, ser bem alfabetizado, conhecer os conteúdos de história, geografia, saber em que país a gente vive. O conhecimento é fundamental”.

⁹⁴ Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/educacao/2016/05/1771652-educador-precisa-ter-inteligencia-emocional-diz-ana-maria-diniz.shtml/>. Acesso em: 1º jun 2022.

No site do Singularidades não há informações sobre a continuidade do curso de especialização nem notícias sobre seus egressos, mas é relevante apontar que, ainda naquela entrevista, Diniz revelava a possibilidade de ampliar a ação para todo o Brasil, com as devidas adaptações. Dois anos depois, a plataforma Vivescer foi lançada, ampliando significativamente o alcance da proposta, ainda que adaptada e condizente com um modelo remoto.

A terceira iniciativa em destaque é o Instituto Singularidades, fundado em 2001. Em 2010 o Singularidades foi incorporado pelo Instituto Península e atualmente oferece cursos de graduação em Pedagogia e Letras e, na formação continuada, diversos cursos de pós-graduação. Seu atual presidente é Alexandre Schneider, ex-secretário municipal de educação de São Paulo. Os números divulgados no relatório de atividades do ano 2020, por exemplo, são significativos: o instituto realizou a formação de todos os professores alfabetizadores da rede municipal de São Paulo, de 1700 diretores de escolas da rede municipal do Rio de Janeiro, de todo o corpo docente da Fundação Bradesco e ainda de mais de 13 mil alunos nas suas plataformas online, impactando mais de cem mil professores.

Além disso, o IP conta com vasta produção de conteúdos, ação que envolve a produção de pesquisas e notas técnicas. Em 2018, inclusive, o IP estruturou um Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Professor, com a missão de consolidar e desenvolver conhecimento sobre a docência. Os temas aprofundados envolvem temas amplos, como ensino híbrido, saúde mental e a percepção de jovens sobre a carreira docente.

Um exemplo dessa produção é o banco de boas práticas a partir das experiências desenvolvidas por professores finalistas do Prêmio Professores do Brasil, de 2017. A ideia motivadora da ação é

promover uma reflexão mais ampla sobre o papel dos professores, inspirar os docentes a desenvolverem práticas inovadoras e ajudá-los na implementação da Base em suas realidades, bem como valorizar o trabalho destes e tantos outros professores extraordinários pelo Brasil⁹⁵.

O trabalho mais recente divulgado é resultado de um grupo de trabalho denominado “Qualidade na formação inicial docente”, composto por IP, ABMES

⁹⁵ Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br/conteudos/banco-de-praticas/>. Acesso em: 10 jun 2022.

(Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior), Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC), com apoio do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e apoio técnico do Movimento Profissão Docente (MPD). A publicação apresenta recomendações para melhoria da formação inicial de pedagogos e também recomendações sobre o estágio no curso de pedagogia.

É importante mencionar o MPD, que aparece como parceiro técnico no GT “Qualidade na formação inicial docente”.

Movimento Profissão Docente, formado por sete organizações e do qual o Instituto Península faz parte, se fortaleceu em 2019, trazendo um olhar sistêmico para as mudanças necessárias nas políticas públicas docentes. Assumimos a secretaria executiva deste movimento, que fomentou o debate das Diretrizes Nacionais Curriculares realizado pelo Conselho Nacional de Educação, além de fornecer apoio técnico na frente de trabalho do CONSED, UNDIME e MEC que promove o marco referencial docente para estados e municípios a fim de orientar a formação de professores nessas redes⁹⁶.

O MPD busca “influenciar e acelerar a agenda de transformação da profissão para que ela seja mais atrativa e reconhecida”⁹⁷. Mas além dessa articulação para incidência na formação inicial, a formação continuada de professores também está no radar do grupo. Em 2019, o movimento produziu no documento “Referenciais profissionais docentes para a formação continuada” a partir de um trabalho sistemático em parceria com equipes técnicas de secretarias estaduais e municipais de educação e também com corpo técnico da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. O resultado desse trabalho é considerado um documento de

orientação para os governos dialogarem com seus professores e para pensarem políticas docentes coerentes. Em 2020, o Conselho Nacional da Educação considera esse documento como norte para a definição de diretrizes para formação continuada no Brasil⁹⁸.

⁹⁶ Relatório de Atividades Instituto Península. 2019. Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br/sobre/>. Acesso em: 12 jun 2022.

⁹⁷ Disponível em: <http://profissaodocente.org.br/>. Acesso em: 12 jun 2022.

⁹⁸ Disponível em: <http://profissaodocente.org.br/>. Acesso em: 12 jun 2022.

Entre seus mantenedores estão Fundação Lemann, Itaú Social, Instituto Natura, IP, Instituto Unibanco⁹⁹.

⁹⁹ O Relatório do IP de 2019 também indica a Fundação Telefônica e o Todos pela Educação como parceiros da iniciativa.

Tabela 3 - Mapeamento de iniciativas – Instituto Península

Iniciativa	Ano	Foco	Alcance	Plataformas utilizadas	Forma de atuação	Parceiros
Projeto Impulsiona	2017	Educação esportiva	5.130 municípios 52.505 escolas	Site	– Oferta de cursos e material didático; – Consultorias para prefeituras	– Institucionais: MEC, Undime, Consed, Prefeitura de São Paulo, Prefeitura de Canoas, Prefeitura de Caruaru, Prefeitura de Joinville, Governo do Estado do Mato Grosso e de Pernambuco – Parceiros de execução – Parceiros de formação
Projeto Vivescer	2017 2018	Desenvolvimento integral do professor.	98 mil professores; 22 mil escolas 3.200 cidades	Site	– Oferta de cursos voltados para o desenvolvimento de quatro dimensões (emoções, mente, corpo e propósito).	Instituto Singularidades
Instituto Singularidades	2010 ¹⁰⁰	Formação inicial e continuada de professores	Em 2020: Toda rede municipal de SP; 1700 diretores de escola do RJ; 66 escolas da Fundação Bradesco; 13 mil alunos em plataformas digitais Total de 100 mil professores impactados	Não se aplica	Oferta de ensino presencial e remoto	Não se aplica
Núcleo de estudos e pesquisas sobre o professor	2018	Desenvolver conhecimento sobre a docência	Não se aplica	Site	Produção de notas técnicas, planos de aula, banco de boas práticas e pesquisas	Não se aplica

Fonte: Elaboração da autora.

¹⁰⁰ O Instituto Singularidades foi fundado em 2001, e em 2010 foi incorporado ao Instituto Península.

O IP, em pouco mais de uma década de atuação, estruturou iniciativas articuladas com foco na formação inicial e continuada de professores, alinhadas ao propósito principal da iniciativa, e com grande capilaridade. Desperta atenção a entrada do grupo na esfera pública, o que fica evidente na apresentação de Ana Maria Diniz durante a BettEducar, um evento voltado para a educação. Em uma mesa com foco no debate sobre a educação pública, a filantropa apresentou algumas de suas perspectivas sobre mudança e transformação em educação, chamando atenção para os papéis que os Secretários de Educação teriam:

Educação não se muda de uma hora para outra, é muito difícil de mudar essa cultura que está arraigada na Secretaria de Educação; então, o objetivo de quem quiser trabalhar para a real mudança de educação, tem que ser um objetivo de longo prazo; apesar de que é legítimo que um Secretário de Educação que esteja assumindo o seu cargo, queira ter algum tipo de resultado ainda no seu mandato, é legítimo e genuíno; e isso é possível, é possível de estabelecer algumas metas intermediárias, para você, depois, atingir essa grande meta de longo prazo, mas é muito fundamental que se tenham metas de longo prazo para fazer a grande transformação. Então, é preciso estabelecer objetivos em comum. Não é? E aí é preciso escolher Secretários de Educação que estejam minimamente alinhados com aquilo que essa organização do Terceiro Setor ou o empresário que tiver a fim de ajudar, que congregue desses mesmos objetivos, os objetivos têm que ser os mesmos; então, traçar metas em conjunto; como eu disse, metas de longo prazo, como algumas metas intermediárias para a gente já enxergar alguns resultados na gestão daquele Secretário. E essas metas de longo prazo, elas têm que ter sempre um foco no aluno; se a gente quer melhorar a produtividade do Setor de Educação, no Brasil, a gente tem que ter foco no aluno. Só é possível melhorar a qualidade da educação brasileira, se houver um foco muito sério do aluno.

O tom gerencial é identificado em diversas passagens do discurso, como “no aumento da produtividade da educação”, “na definição de metas” e também na ideia de que a escolha do secretário de educação passaria pelo crivo de outros atores que “desejam ajudar”. Para exemplificar sua perspectiva, a filantropa apresentou exemplos de atuação junto ao poder público:

Nós tivemos, por exemplo, uma experiência em São Paulo, onde a gente criou um novo concurso para diretores, o ingresso de diretores no Sistema Estadual de São Paulo; e havia uma troca de, praticamente, 1/3 dos diretores, na Secretaria Estadual de São Paulo; ia ser uma possibilidade de ingresso de 1.500 diretores novos. E a gente quis fazer um concurso público, o Secretário também quis, naquela época, ainda não era o Rossieli, era o Secretário Herman; mas ele quis fazer um concurso, onde tivesse um foco num perfil de diretor de escola realmente mais comprometido com esse aprendizado

do aluno, focado em metas, com um perfil realmente mais voltado para resolver problemas, e um perfil de liderança, muito importante. Então, a gente conseguiu, em quatro mãos, desenhar um concurso que fosse um pouco diferente, que pudéssemos selecionar diretores com esse perfil; e esse concurso teve que ser referendado pelo Governador, senão ele não saía do papel, com essas regras um pouco diferentes. Então, isso foi um exemplo de uma ação, foi muito importante; claro, que sempre com a liderança do Secretário, mas com o respaldo do Governador, e com a ajuda técnica aí da Parceiros da Educação. E até nesse caso, com o Singularidades, que é uma instituição mantida pelo Instituto Península, também. Desenhamos esse perfil de diretor, fomos em frente, e eles já estão aí fazendo, assumindo as suas escolas da rede; então essa parceria é muito importante.

Chama atenção, na fala de Diniz, o protagonismo que os grupos mencionados assumiram na articulação com o poder público. Essa parceria, aliás, transcende determinada gestão. O relacionamento longo com o poder público também desvela os sentidos que a administração pública tem, para a filantropia:

Então, ao longo desses 20 anos trabalhando em parceria com a área pública, nós descobrimos, também, muita gente boa no Sistema. Tem muita gente realmente comprometida, muita gente que devota a sua vida para fazer a diferença numa sala de aula e fazer os alunos aprenderem; não só em cargos de professores, mas também como coordenadores, como diretores, como supervisores; em toda a esfera das redes, existe gente muito boa. Mas, muitas vezes, essas pessoas são obscurecidas por gente que não é tão comprometida assim, pessoas com espírito mais corporativista e que não têm esse foco no aluno. Então, esse é um dos principais problemas de trabalhar em parceria com a área pública. E o que se pode fazer em relação a isso, eu acho que, de um lado, é o que a gente vem fazendo, a Parceiros da Educação, com a Secretaria de São Paulo, que é ajudar a influenciar a cultura da Secretaria, para que a gente consiga desenvolver mais pessoas para esse lado do compromisso com o aluno. Mas a real, eu acho, mudança aí, virá com a reforma administrativa, que é necessária, e que vai ser uma ferramenta importante, uma mudança constitucional importante, para realmente valorizar o funcionário público que está comprometido, que tem valor e que quer fazer a diferença na ponta.

Por fim, Diniz apresenta, em sua opinião, quais seriam os três papéis que em um trabalho articulado entre poder público, iniciativa privada e terceiro setor. Embora longa, a transcrição é central para compreensão da visão sobre filantropia. A palestrante constrói seu argumento a partir de três eixos: aumento de produtividade e inovação, experimentação e a garantia da continuidade dos programas educacionais, numa espécie de ação de governança:

Bom, para finalizar, um pouco já indo para os finais, eu queria falar quais são os três papéis... eu vejo três papéis muito claros nesse

trabalho entre a iniciativa privada, ou institutos, fundações, Ongs, com a área pública. E os três principais papéis, o primeiro deles, eu acho que é um papel de reflexão, de trazer inspiração para novos pensamentos, para novos questionamentos: que forma a gente poderia trabalhar de uma forma mais produtiva? Então, é abrir um pouquinho o horizonte e trazer todos esses questionamentos para a rede; e, principalmente, inspiração e inovação. Hoje existem fornecedores de educação, assim, incríveis, que nasceram nos últimos 10 anos. Muitos deles usando as ferramentas tecnológicas, e que podem ser oferecidas para a área pública, e são muito efetivos em ajudar o aprendizado dos alunos. Então, a gente traz, vamos dizer, o contato com essa inovação toda que está surgindo, e na área de educação está surgindo muita coisa legal. O segundo papel é um papel mais, assim, de um balão de ensaio para fazer projetos-piloto, em pequeno grupo de escolas da rede pública, que depois possam ser extrapolados para a rede, como um todo. Então, na Parceiros da Educação, talvez o Jair vá falar mais sobre isso, mas a gente tem duas experiências super bem-sucedidas. Uma delas é o MMR, que é um programa de foco em metas e resultado para garantir o aprendizado do aluno; então, você começa lá debaixo, entendendo quais são as habilidades e conceitos que o aluno não está atendendo, você compromete o professor dele com o aprendizado daquelas metas, você compromete o coordenador da escola, com a supervisão, e cria metas para esse coordenador também, supervisionando os seus professores; e depois, a diretora supervisionando os seus coordenadores. Então, é toda uma cadeia de metas, com o objetivo final de ajudar, e realmente impulsionar, o aprendizado do aluno. Então, esse Programa MMR é um conceito até da Falconi Consultoria, que a gente trouxe para o mundo público, ele mudou de nome, porque os professores e coordenadores escolheram outro nome para o programa mais adequado ao ambiente educacional; e ele foi implantado, primeiro, um piloto de escolas, e depois foi implantado na rede, como um todo; e é um sucesso, é uma ferramenta muito, muito importante, para ajudar a impulsionar o aprendizado do aluno. E depois, as escolas integrais, que nós trouxemos também a inspiração do modelo de escola integral de Pernambuco, o Secretário de Educação, na época, foi visitar as escolas de Pernambuco conosco, o modelo já estava bem sólido lá. Trouxemos para um grupo de escolas em São Paulo, e hoje ele já está presente em mais de 300 escolas, aqui, no Sistema de São Paulo; e o Secretário Rossieli tem a intenção de ampliar isso ainda muito mais daqui para frente. Então, o segundo papel é esse papel de ser... pode fazer pilotos; com a Parceiros da Educação, a gente tem essa possibilidade de fazer alguns pilotos, testar o modelo e depois extrapolar para a rede toda, que é muito grande. A Rede de São Paulo, que é essa que nós temos uma parceria mais forte, aqui, com a Parceiros, ela tem 5.000 escolas, e muitos, muitos alunos, 3.800.000 alunos; e é uma das maiores redes do mundo, só tem rede na... nem no Estados Unidos, não tem redes desse tamanho. Na Índia tem redes desse porte. Então, é um enorme desafio. Bom, e o terceiro ponto, que eu acho que os institutos, e fundações, e Ongs, têm como papel a ser desempenhado com a área pública, é garantir a continuidade dos programas, porque isso é muito importante, a gente não pode deixar perder a continuidade de bons programas na troca de governo. Então, sociedade civil representada por esses institutos e fundações, e por essas parcerias fortes, eles

trazem a possibilidade de ter continuidade nesses programas. Então, esses exemplos que eu acabei de citar para vocês, eles são exemplos que nasceram em outro governo, com outro secretário, com outro governador, e eles estão tendo continuidade porque eles são bons, e a própria burocracia, da Secretaria, entendeu que isso é bom, o novo Secretário chegou, abraçou esses programas, e está fazendo, inclusive, crescer muito mais esse programa. Esse Secretário entende muito de educação, e ele está realmente turbinando algumas coisas que já existiam na rede, e fazendo ainda outras, muitas outras também; mas ele está apoiando muito, e dando continuidade. Nós temos a experiência de trabalhar por mais de seis anos... seis anos não, muito mais que seis anos, são onze anos que a gente tem trabalhado com a Secretaria de São Paulo, e já se passaram mais de seis Secretários de Educação; então, a gente continua, não é? O secretário passa, até o governador passou, e a gente continua. Então, isso mostra essa questão da confiança, eu acho que confiança é uma palavra central para que tudo isso dê certo; é a humildade que o empresário, enfim, tem que ter nesse processo de trabalhar em conjunto com a área pública, tem que ter muita humildade, tem que querer entender a lógica pública e tem que não perder a ambição de fazer com que as coisas funcionem melhor.

Os trechos transcritos desvelam um certo entendimento sobre a educação: em um tom gerencialista, típico do universo do mercado, são feitas menções ao aumento da produtividade e revelam grande proximidade com o poder público. As organizações sem fins lucrativos que emergiram nos últimos 10 anos são qualificadas como “fornecedoras de educação” e em diversas passagens o poder público é qualificado como se estivesse apoiando o “terceiro setor” nos projetos implementados na rede. Os dados coletados no site e relatórios institucionais desvelam ainda novos sentidos: a importância da educação socioemocional, na oferta de planos de aula e cursos a distância e uma grande capilaridade.

5.2 Instituto Inspirare: empreendedorismo, inovação e a escola como lugar de experimentação

Fundado em 2011, o Instituto Inspirare¹⁰¹ é o mais recente ator analisado nesta pesquisa. O instituto é mantido pela família Gradin, que ocupava, em 2016, o 47º lugar

¹⁰¹ Em junho de 2022, o site institucional do Instituto Inspirare não estava mais acessível. Em pesquisa realizada no portal Registro.br há a informação de que o domínio inspirare.org.br expirou em 30/03/2022. Em 11/06/2022, o *status* do domínio seguia como “congelado”. Também não há páginas oficiais do Instituto nas redes sociais LinkedIn, Facebook e Instagram. Os materiais utilizados nesta análise foram baixados do site institucional no ano de 2019.

entre as famílias mais ricas no país. A Revista Forbes internacional, em 2014, publicou um breve perfil do patriarca da família, Victor Gradin:

A riqueza de Victor Gradin vem de sua participação de cerca de 20% no conglomerado multinacional de construção Odebrecht, onde trabalhou por várias décadas. Gradin ingressou na Odebrecht como diretor financeiro em 1974 e comprou ações da empresa ao longo dos anos, aumentando sua participação. A fonte de suas riquezas tornou-se fonte de uma batalha judicial em curso, que começou em 2010, quando a família Odebrecht, que controla mais de 62% das ações da empresa, exerceu uma opção de compra de todos os minoritários. Os Gradins se recusaram a vender, argumentando que o valor de US\$ 1,5 bilhão oferecido pela Odebrecht por suas ações era muito baixo. Em 2011, a Odebrecht demitiu Gradin do conselho de administração. Os filhos de Victor, Bernardo e Miguel, também deixaram os cargos de executivos da Odebrecht. Bernardo foi presidente da Braskem, divisão petroquímica do grupo, e Miguel liderou a divisão de Óleo & Gás. Ambos estão agora envolvidos em projetos familiares muito menores, investindo principalmente em energia alternativa¹⁰².

Referindo-se às duas famílias como “clãs”, uma reportagem publicada pela Revista Exame em 25 de agosto de 2011 tratou da disputa entre as famílias Odebrecht e Gradin, trazendo também informações sobre a proximidade entre os membros das famílias. A matéria indica que Victor Gradin teria se tornado o homem de confiança de Norberto Odebrecht e que a ligação entre os dois “era tão próxima que a convivência entre seus filhos e netos — tanto nas empresas do grupo quanto em eventos sociais — se tornou algo natural”¹⁰³. Às vésperas de completar uma década de disputa, as famílias chegaram a um acordo que colocou a família Gradin entre os credores dos negócios da Odebrecht¹⁰⁴.

A filantropia familiar se institucionalizou na família Gradin em setembro de 2011, com a fundação do instituto que se define como familiar,

com a missão de inspirar inovações em iniciativas empreendedoras, políticas públicas, programas e investimentos que melhorem a qualidade da educação no Brasil. Sua contribuição se dá por meio de quatro programas complementares: Porvir, Iniciativas

¹⁰² Disponível em: <https://www.forbes.com/profile/victor-gradin/?sh=2b34dc865da9/>. Acesso em: 12 jun 2022.

¹⁰³ Disponível em: <https://exame.com/revista-exame/nao-queremos-sair-da-odebrecht/>. Acesso em: 12 jun 2022.

¹⁰⁴ Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2020/09/24/odebrecht-e-graal-da-familia-gradin-chegam-a-acordo-e-encerram-litigio-de-dez-anos.ghhtml/>. Acesso em: 12 jun 2022.

Empreendedoras, Bairro-Escola Rio Vermelho e Educação Pública Inovadora¹⁰⁵.

O próprio Bernardo Gradin, durante o Fórum Brasileiro de Filantropos e Investidores Sociais de 2017, fala sobre a experiência e expectativa de sua família na filantropia. A transcrição da palestra de Gradin é relevante para compreensão da narrativa que a família constrói em torno da sua ação filantrópica:

O que a gente tem para compartilhar é bem jovem, então tem um componente grande de ignorância e vontade, porque o Inspirare foi criado há apenas 6 anos atrás. Então vou contar rapidamente o que essa história, o que a gente considera sucesso e os desafios nesta trajetória de busca de sucesso de encontrar o espaço dentro da família na condução e construção de consensos e de projetos sem peso de legado. O Inspirare começou há seis anos atrás com um primeiro objetivo de aprender fazendo. E à época a gente contratou algumas consultorias renomadas para nos ajudar a desenhar esse *roadmap*, esse caminho. E com tantas dúvidas iniciamos com 4 iniciativas. Uma primeira era difundir conhecimento. Nós fizemos uma associação com uma universidade americana para desenhar um projeto, que é o Porvir¹⁰⁶, e encontramos uma solidariedade global. E a partir daí nós construímos, a partir de uma rede solidária, uma rede com 160 antenas, do Camboja aos Estados Unidos, promovendo o compartilhamento de iniciativas inovadoras e de tecnologias a favor da aprendizagem. E nesse site, que hoje tem três milhões de visitantes, nós passamos a construir algumas plataformas de diálogo, a partir de encontros, onde nós atraíamos fazedores, curiosos e bem-intencionados, para se unirem e construir a partir de ligar pontos e pontes a multiplicação de boas ideias e bons exemplos. A outra iniciativa foi encontrar um pouco de aderência no território. Então nós escolhemos estar próximos de algumas escolas na Bahia e em Alagoas e contribuir através de parcerias com outros institutos e fundações como nós podíamos apoiar algumas das pontes tanto para professores como para alunos no conceito de educação integral. E a terceira iniciativa, que depois caminhou um pouco para *advocacy*, foi como nós criamos redes entre pares. Um dos princípios do Inspirare é não disputar mérito, e isso é libertador. Na medida em que não se disputa mérito, o compartilhamento e as redes são muito mais fácil de se fazer. E a outra iniciativa tem um cunho de empresariamento. Nós temos um fundo chamado Virtuose, em cujo estatuto nós nos comprometemos a reinvestir todo capital ganho e todos os dividendos em novas iniciativas e em empresas de impacto, com e sem lucro. E a partir daí nós fomos *seed Money*¹⁰⁷ para muitas empresas e hoje nós

¹⁰⁵ Inovações tecnológicas na educação: contribuições para gestores públicos, jul. 2014. Disponível em: https://porvir.org/wp-content/uploads/2014/08/Inova%C3%A7%C3%B5es-Tecnol%C3%B3gicas-na-Educa%C3%A7%C3%A3o_Contribui%C3%A7%C3%B5es-para-gestores-p%C3%BAblicos-1.pdf. Acesso em: 12 jun 2022.

¹⁰⁶ O Porvir, um dos primeiros projetos do Instituto Inspirare, foi lançado em 2012. Em 2019 deixou de ser uma iniciativa vinculada ao instituto e se tornou uma organização sem fins lucrativos. Disponível em: <https://porvir.org/sobre-nos/>. Acesso em: 1º fev 2022.

¹⁰⁷ Expressão que significa “dinheiro” ou “recurso inicial”.

temos algumas investidas nesse fundo. Então quando nós começamos nós não sabíamos aonde iríamos chegar, nós sabíamos que o interesse estava em percorrer o caminho e em construir um consenso na família em que as iniciativas em um espaço em que o modelo mental original nosso é o modelo mental empresarial e tomando emprestado o que o sócio do Warren Buffet escreveu, o Charles, que um dos desafios nossos, em vida, é conhecer modelos mentais desconfortáveis. E a forma da gente acelerar, da gente aprender e contribuir e na sociedade é aprender modelos mentais distantes do que foi a nossa formação de conforto. Então para mim, que sou engenheiro, cartesiano, álgebra é um conforto, que não é para outros. Mas encontrar modelos mentais em biologia, antropologia, sociologia, psicologia e ver outras formas de pensar e de comportamento são desconfortáveis para mim. Então a busca é como é que a gente faz uma treliça de conhecimento e de modelos mentais para entender e resolver problemas. Eu sempre tive essa busca do lado empresarial. Quando a família começou esse caminho no lado social e no lado de tentar encontrar que fonte de inspiração e que objetivos nós poderíamos desenhar para contribuir bem com a educação, viemos com todo esse aparato e esses modelos mentais de buscar KPIs¹⁰⁸ duros, por exemplo, como melhorar o IDEB de escola, como é que melhora a evasão escolar de escola e quebramos a cara. Aí fomos descobrindo que a forma de contribuir com tanta distância e pouca legitimidade de estar no dia a dia é influenciar em ideias inovadoras e dividir ideias inovadoras e contribuir para que quem tem a ideia possa implementar, as vezes com meios financeiros, as vezes por meio de compartilhamento de conceitos. então em resumo o que a gente mede como sucesso é a trajetória. E essa trajetória construída em família requer muito espaço de escuta, muito diálogo e muito desapego. Esse tem sido um caminho de um bom desconforto para quem vem com um modelo mental empresarial.

Mediadora da mesa: Queria que você falasse um pouquinho mais aqui pra gente por que que vocês tomaram essa decisão de fazer toda essa caminhada para a filantropia fora do contexto empresarial, quer dizer, vocês poderiam ter muito bem seguido pela empresa. Conta um pouquinho pra gente como foi essa decisão com seus irmãos.

Bernardo: Foi simples a decisão. Primeiro que as empresas têm outros stakeholders, desde os credores, os bancos que são stakeholders primários, até eventualmente outros sócios, clientes, então a gente achava que comprometendo um objetivo de causa como o nosso via empresa, a gente estaria comprometendo outros stakeholders. Esse era um dos objetivos. O outro objetivo é o compromisso renovado, porque como é um instituto familiar, cujo os únicos fundos são os recursos da família, nós renovamos as doações para os orçamentos anuais, então tem uma renovação de compromisso todo ano muito próxima do recurso, não distante ou indiretamente. E talvez a terceira, e talvez tenha sido uma lógica repetida e uma lógica que a gente confirma, é o compromisso comum fora de uma hierarquia, é o compromisso em que todos se comprometam com a mesma causa, mesmo que a gente alguns

¹⁰⁸ Expressão do inglês *Key Performance Indicator*, que significa indicador chave de desempenho.

projetos em que um seja mais líder que o outro, mais apaixonado que o outro. Então é o compromisso pelo compromisso.

Alguns pontos da fala de Gradin merecem destaque: a escolha por ações com alto impacto de comunicação, as ações de *advocacy* e a filantropia promovida por um fundo com foco em impacto social são elementos narrados a partir de uma ideia de contribuição. O filantropo narra a iniciativa filantrópica a partir de uma suposta necessidade de aprendizagem, o que se daria a partir do diálogo com especialistas e na construção de legitimação junto aos territórios.

Na apresentação institucional do site, o Inspirare se apresenta como um instituto familiar que contribui “para que a educação faça mais sentido para os estudantes e os prepare para a vida”, tendo como missão “transformar a educação para transformar o Brasil”¹⁰⁹. É um instituto relativamente pequeno que contava com Bernardo Gradin na presidência, seu irmão Miguel Gradin na vice-presidência e Anna Penido como diretora¹¹⁰. Na seção de parcerias, o site indicava que o instituto é mantido integralmente com recursos da família Gradin. O orçamento da instituição não foi localizado no site e os relatórios anuais não apresentam os valores destinados à manutenção do instituto. Entre os parceiros estão sinalizados: Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos, Secretaria de Educação do Estado da Bahia, Secretaria de Educação do Estado de Goiás, Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, Secretaria Municipal de Educação de Itanhandu, Secretaria Municipal de Educação de Maceió, Secretaria Municipal de Educação de Manaus, Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo¹¹¹.

No site, estavam disponíveis dois relatórios de atividades. Os documentos eram relativos aos anos de 2016 e 2015.

Os resultados quantitativos apresentados pelo Inspirare em 2015 são significativos:

envolveu cerca de 35.278 pessoas em ações presenciais e 3.108.489 via plataformas on-line. Foram 37 eventos de mobilização, 71 atividades de formação e 53 palestras realizados. As 8 plataformas on-line e 106 produtos de comunicação apoiados ou produzidos buscaram informar, mobilizar, orientar e instrumentalizar a população brasileira sobre inovações educacionais. Os programas atuaram ainda

¹⁰⁹ Disponível em: <http://www.inspirare.org.br>. Acesso em: 10 jan 2022.

¹¹⁰ Disponível em: <http://www.inspirare.org.br/instituto/>. Acesso em: 10 jan 2022.

¹¹¹ Disponível em: <http://www.inspirare.org.br>. Acesso em: 10 jan 2022.

junto a 9.059 escolas (aumento de 4.744% em relação a 2014) e 23 redes de ensino. Cerca de 39 veículos de comunicação receberam apoio do instituto, que obteve 290 menções na mídia (crescimento de 28%). Para tanto, contou com a contribuição de 53 parceiros, que coinvestiram R\$ 3.572.300 [milhões] (aumento de 28%) em atividades promovidas com o Inspirare¹¹².

Chama atenção a quantidade de projetos e ações descritas em ambos os relatórios. São listados 22 projetos em 2015 e 21 em 2016, quantidade de iniciativas que engloba plataformas digitais (InnoveEdu¹¹³; Portal Porvir, um portal sobre inovação educacional e a Plataforma Empreendedores¹¹⁴), o Especial Tecnologia na Educação¹¹⁵; o Evento Transformar¹¹⁶ e ainda uma série de diálogos temáticos sobre conectividade. O relatório também apresenta uma série de ações de comunicação e apoio à mídia e realização de palestras.

Ao longo de 2015, o Programa Iniciativas Empreendedoras “redirecionou suas ações, a fim de oferecer contribuições mais relevantes aos negócios de impacto em educação, com vistas a fomentar a criação de soluções educacionais inovadoras”¹¹⁷. O eixo das iniciativas voltadas para o empreendedorismo tem destaque nas atividades reportadas. A justificativa para as ações é objetiva “para endereçar a dificuldade dos negócios de pilotar suas soluções em escolas públicas, o Inspirare também apoiou a experimentação de três iniciativas em São Miguel dos Campos (Alagoas)”¹¹⁸. São elas: Primeiro Livro / Letrus, Wikidu, e MeuTutor.

O Primeiro Livro é definido como uma “solução voltada ao aprendizado de Língua Portuguesa”, sendo uma iniciativa que também tem o desafio de desenvolver

¹¹² Instituto Inspirare. Relatório 2015.

¹¹³ Definida como uma plataforma que “reúne casos práticos de inovação pelo mundo e serve de referência e inspiração para educadores, formuladores de políticas públicas e empreendedores”. Com as seguintes parcerias: Edsurge (EUA), Innovation Unit (Reino Unido) e Wise (Catar). *Relatório 2015*, p. 29.

¹¹⁴ Tem o objetivo de fortalecer empreendedores que se propõem a criar e desenvolver soluções educacionais inovadoras e a estruturar negócios de impacto em educação. *Relatório 2015*, p. 34.

¹¹⁵ É um guia que “busca orientar gestores e educadores para o uso de soluções tecnológicas por redes de ensino e escolas, apresentando casos e informações sobre infraestrutura e conectividade, recursos educacionais digitais, práticas pedagógicas e tendências que ainda estão por vir nesta área”, com as seguintes parcerias: Parceiro: Todos pela Educação e Fundação Lemann. *Relatório 2015*, p. 30.

¹¹⁶ Com parceria de Fundação Lemann e Instituto Península.

¹¹⁷ Instituto Inspirare. *Relatório 2015*.

¹¹⁸ O município de São Miguel dos Campos, em Alagoas, possui população estimada de 62.328 pessoas, e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,623. Fonte: IBGE, 2022.

a Letrus¹¹⁹, plataforma direcionada para a melhoria da produção textual (Relatório 2015, p. 35). Essa experiência foi realizada em sete instituições diferentes, sendo “02 unidades da Fundação Casa e Escola Municipal Campos Sales, em São Paulo, e 04 escolas municipais em São Miguel dos Campos, Alagoas”. Na experimentação foram envolvidos 19 professores e 334 alunos. O município também recebeu a experimentação das plataformas Wikidu e Meu Tutor. A primeira delas foi desenvolvida por empreendedores de São Paulo e “17 professores e 284 alunos na criação de 393 projetos autorais”, já a segunda é classificada como uma plataforma de ensino adaptativo desenvolvida por empreendedores ligados à Universidade Federal de Alagoas e que teria reforçado a aprendizagem de 428 alunos do 9.º ano.

Em diversas passagens nos relatórios de 2015 e 2016, as expressões “experimentar inovações educacionais” e ideias próximas ao sentido de *pilotar* soluções educacionais são usadas.

Um outro projeto descrito no relatório de 2015, o “experimentação de soluções” apresenta como objetivo “criar oportunidades para que empreendedores pilotem suas soluções em escolas públicas de São Miguel dos Campos, Alagoas, com suporte nas áreas pedagógica e de avaliação de impacto”.

Embora não tenha sido possível identificar, nem nos documentos analisados nem no site do Instituto, as concepções pedagógicas que sustentam iniciativas inovadoras, nem os parâmetros para o que é considerado avaliação de impacto, o foco e as diversas ações realizadas pelo Instituto Inspirare garantiu ao mesmo significativa projeção. Em apenas 4 anos de existência, o Instituto foi convidado a integrar o Grupo de Trabalho responsável pela orientação e acompanhamento da Iniciativa para Inovação e Criatividade na Educação Básica no Ministério da Educação em 2015, à época sob liderança do ministro Renato Janine Ribeiro¹²⁰. A medida foi publicada na Portaria nº 751, de 21 de julho de 2015¹²¹.

As ações de comunicação realizadas pelo Inspirare são, entretanto, as que garantiram maior projeção ao instituto. Entre essas ações está a realização de um

¹¹⁹ O desenvolvimento da plataforma também contou com o apoio da Fundação Lemann.

¹²⁰ Disponível em: <https://gife.org.br/instituto-inspirare-integra-iniciativa-do-mec-para-fomentar-praticas-inovadoras-na-educacao-basica/>. Acesso em: 02 mar 2022.

¹²¹ Entre as funções do GT estavam monitorar o desenvolvimento da iniciativa para inovação e criatividade na educação básica, ratificar documentos de referência sobre a temática e organizar grupos de trabalho regionais. A presidência do GT ficou a cargo de Helena Singer, assessora especial do Ministro da Educação.

grande evento com foco em inovação na educação. O Transformar Educação contou com edições em 2013, 2014, 2015 e 2017. Em todas essas edições, palestrantes internacionais debateram inovações, ferramentas tecnológicas, mudanças curriculares e o “futuro da educação”. Não cabe, neste momento, uma análise detalhada do formato e conteúdo debatido nesses encontros, mas é relevante mapear o tipo de ação realizada. Sabemos que os encontros e eventos organizados por esses grupos filantrópicos são importantes estratégias para criação de consenso e realização de *advocacy* (AVELAR; NIKITA; BALL, 2017), e por isso mesmo é um tipo de ação que deve ser sinalizada.

Neste esforço da pesquisa em identificar as práticas realizadas pelos grupos analisados, há duas questões que precisam ser mencionadas. A primeira delas diz respeito à incidência em políticas públicas, no caso a formulação da BNCC. O relatório de atividades de 2015 indica que:

O Inspirare integra o Movimento pela Base, grupo não governamental formado por profissionais e pesquisadores da área da educação, que atua, desde 2013, para facilitar a construção de uma Base Nacional Comum Curricular de qualidade. Além do apoio geral à iniciativa, o instituto também compartilha a liderança do Grupo de Trabalho que busca inserir o Desenvolvimento Integral como eixo integrador e para o qual devem convergir todos os objetivos de aprendizagem reunidos no documento. A ideia é que a principal referência curricular para a Educação Básica no Brasil tenha como propósito preparar os estudantes para a vida no século XXI, a fim de que sejam capazes de realizar o seu projeto de vida e contribuir para que o país também alcance o seu pleno potencial (Relatório 2015, p. 41).

Um ano depois, no relatório de 2016, o Inspirare apresenta mais informações sobre sua participação na formulação da BNCC.

Em 2016, o Instituto Inspirare incidiu de forma determinante e decisiva na discussão de políticas públicas de educação em âmbito nacional. A partir de articulação com o Movimento pela Base, o Centro de Referências em Educação Integral (CREI) e diversos parceiros, liderou processo que apoiou a incorporação de competências relacionadas ao desenvolvimento integral como eixo integrador e para o qual devem convergir todos os direitos e objetivos de aprendizagem da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). [...] Considerando que o processo de discussão da BNCC vem ocorrendo há mais de dois anos, perpassou diferentes governos e orientações político partidárias, envolvendo múltiplos atores da gestão pública e da sociedade civil, o principal desafio para a sua institucionalização é fazer com que seja bem recebida pela comunidade educacional. O esforço central é torná-la conhecida e reconhecida e reafirmar a sua intencionalidade e legitimidade. Além disso, o Inspirare e parceiros pretendem colaborar

na elaboração de estratégias de implementação dessa nova referência curricular, de forma a garantir que ela chegue às escolas e a preparar professores, alunos, famílias e comunidades para essa grande mudança na educação brasileira (Relatório 2016, p. 20).

Pelos documentos estudados, a narrativa que o Il constrói em torno de sua participação na formulação da BNCC é de liderança, ao lado de outros atores que integravam o Movimento pela Base. Chama atenção a associação direta entre a produção da nova referência curricular, realização dos projetos de vida dos estudantes e melhor desempenho do país. A partir do referencial de Freitas (2014), percebe-se uma desconsideração de fatores externos à escola na equação do desempenho escolar. O autor reitera que os reformadores educacionais atuam de forma a transferir para a escola e, conseqüentemente, para o professorado a responsabilidade pela melhoria da educação, deixando em segundo plano questões igualmente estruturantes nesta complexa relação.

O segundo ponto de destaque é a fundação do Centro de Inovação para Educação Brasileira (CIEB), uma ação realizada em parceria com a Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Instituto Natura, Instituto Península, Instituto Sonho Grande (Relatório de atividades, 2015, p. 45).

O Inspirare integra o grupo de fundadores do Centro de Inovação para Educação Brasileira (CIEB), cuja missão é estimular um ecossistema gerador de inovações efetivas para que cada estudante alcance seu pleno potencial de aprendizagem. A organização vem sendo idealizada desde meados de 2014, com a colaboração de especialistas e instituições atuantes no tema e o apoio do The Boston Consulting Group (BCG). A intenção é criar sinergia entre ações realizadas por organizações da sociedade civil, do poder público e de outros segmentos interessados em melhorar a qualidade, equidade e contemporaneidade da educação brasileira. O CIEB tem como foco inicial a promoção do uso qualificado das tecnologias para impulsionar mudanças, especialmente nas redes públicas de ensino.

A questão tecnológica é central para a atuação do Inspirare. Entre as ações identificadas estão a experimentação de aplicativos e plataformas em redes educacionais e uma certa associação entre inovação em educação e tecnologias.

A criação do CIEB, entretanto, leva esta questão a outro patamar. Criado em 2016, o CIEB nasceu a partir do esforço de outras ONGs com o objetivo definido de “promover a inovação na educação pública brasileira”¹²². Entre as organizações

¹²² O CIEB se define nos seguintes termos: “Atuamos em apoio à formulação de políticas públicas, desenvolvemos conceitos, prototipamos ferramentas e articulamos os atores do ecossistema do ensino

fundadoras do CIEB todas, com exceção de uma (Instituto Sonho Grande) são fundações e institutos filantrópicos familiares. O CIEB atuou com força na aprovação da BNCC, defendendo especialmente a inclusão do tema das tecnologias no texto da base.

Na área de desenvolvimento institucional do Inspirare também há menção ao voluntariado, ação que envolve empregados da GranBio, empresa da família Gradin. A Tabela 4, a seguir, permite uma melhor visualização dos projetos e iniciativas realizados pelo Instituto.

básico. A partir de estudos realizados por nossos especialistas, defendemos o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) como forma de realizar uma transformação sistêmica nos processos de aprendizagem”. Disponível em: <https://cieb.net.br/>. Acesso em: 10 jun 2022.

Tabela 4 - Mapeamento de iniciativas – Instituto Inspirare

TABELA 4						
Iniciativa	Ano	Foco	Alcance	Plataformas utilizadas	Forma de atuação	Parceiros
Primeiro Livro	2015 e 2016	Solução tecnológica para aprendizado em Língua Portuguesa	07 instituições (02 unidades da Fundação Casa e Escola Municipal Campos Sales, em São Paulo, e 04 escolas municipais em São Miguel dos Campos, Alagoas), com envolvimento de 19 professores, o que contemplou 334 alunos.	Meu Tutor WikiEdu	Ensino remoto, oferta de aplicativos	Fundação Lemann
Mobilização social e comunicação	2015 e 2016	Divulgação e sensibilização para causas Evento Transformar	3.108.489 pessoas impactadas	Plataformas digitais	Digital	Não se aplica
Estruturação do CIEB	2015 e 2016	Advocacy em tecnologia	Não se aplica	Não se aplica	Incidência na formulação da BNCC	Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Instituto Natura, Instituto Península, Instituto Sonho Grande

Fonte: Elaboração da autora.

Pelas informações coletadas, o Inspirare demonstra uma forte vocação voltada a temas como inovação, empreendedorismo e tecnologias, promovendo amplas ações de comunicação sobre essas frentes. Os dados reunidos permitem identificar que o Inspirare atua em múltiplas frentes, que vão desde a articulação e incidência política, como é o caso da BNCC.

5.3 Em busca de uma síntese: o que a filantropia familiar em educação nos revela?

Realizar uma síntese sobre as ações identificadas é um processo desafiador. Não é possível desconsiderar que o contexto da pandemia de Covid-19 impactou na coleta de dados. As informações disponibilizadas nos espaços nos canais oficiais dos institutos pesquisados são, obviamente, parciais. Embora não seja objeto deste estudo, o acesso às informações, como a concepção pedagógica presente na produção de conteúdos e materiais didáticos, sobre tipo e formato de consultoria prestada a secretarias de educação, e até mesmo sobre os tipos de plano de aula formulados, seriam relevantes e poderiam viabilizar novas perspectivas de interpretação. Contudo, é pertinente reiterar que o acesso à informação, em geral, não é facilitado a quem se dedica a estudar os grupos filantrópicos: os dados financeiros quase nunca são disponibilizados, o desenho metodológico das pesquisas produzidas por esses atores nem sempre é publicado e há uma grande quantidade de lacunas de informação.

Os relatórios de atividade, fonte importante para a pesquisa, não são publicados com periodicidade confiável e, por vezes, trazem informações superficiais sobre as ações realizadas. Outra lacuna de informação é compreender como foi o processo de negociação com as escolas e redes de educação que consentiram em servir como espaço de experimentação e “pilotagem” de projetos, como é o caso do Inspirare.

Diante dessas lacunas, o percurso traçado, entretanto, pode ser inspirador para novas pesquisas na área, avançando na interpretação da filantropia familiar em educação, um fenômeno que é relativamente novo e que ainda precisa de mais análises.

Ambos os institutos estudados foram fundados no mesmo ano: 2011. São instituições novas, mas que alcançaram, em curto intervalo de tempo, espaço de

liderança em discussões e formulações importantes para o campo da educação, como é o caso da BNCC. A identificação e organizações das ações realizadas pelos institutos Península e Inspirare nos permite identificar algumas semelhanças, como foco nas tecnologias, em formação de professores, um nítido caráter de influência em políticas públicas e um tom gerencial na narração de seus projetos.

Enquanto o Instituto Península concentra-se na formação do professorado, tanto em formação inicial quanto em formação continuada, o Instituto Inspirare dedica-se a tecnologias, empreendedorismo e experimentação de projetos em escolas, com foco em inovação. As plataformas e o ensino a distância são ferramentas importantes para esses atores. As ações mapeadas podem ser interpretadas como, de certa forma, esvaziadoras da prática docente, já que se busca instrumentalizar o professorado com planos de aula, material didático previamente formulado, roteiros de ensino, capacitações individualizadas que esvaziam o sentido do trabalho pedagógico coletivo, participativo e criativo realizado dentro das escolas. A apresentação de dados ao longo do trabalho também funciona, conforme indica Freitas (2018), como um sinal de alerta, chamando atenção para uma questão ética central: a educação estaria colocada a serviço dos interesses de um segmento determinado a “controlar os conteúdos, métodos e finalidades da educação” (FREITAS, 2018, p. 125). Portanto, ao pensar criticamente a presença e as ações desses grupos na educação, não é possível compreendê-los sem levar em conta a agenda de pesquisa da privatização da educação, considerando seus formatos e arranjos contemporâneos.

Este trabalho, entretanto, pretende contribuir com esses debates e apresentar novas camadas interpretativas para esse problema que vem sendo analisado exaustivamente. A partir da perspectiva de uma sociologia crítica e relacional, buscou-se trazer novas dimensões para a análise: as categorias de “família” e “filantropia”, ampliando-se as referências e lentes interpretativas para o objeto.

A partir desse ponto de vista, é possível indicar que a emergência dos grupos filantrópicos de natureza familiar apresenta novas possibilidades de leitura das aproximações entre as famílias que integram as camadas superiores e o Estado. Como discutido anteriormente, o poder, no Brasil, não pode ser estudado sem levar em conta a noção de família, que, de geração em geração, se perpetua nos espaços decisórios. Ao considerar a variável “família”, portanto, é possível alcançar elementos de continuidade e descontinuidade do poder: relações de casamento, parentesco e

amizade são relevantes para identificar a aproximação e/ou permanência de determinados grupos em espaços decisórios. A questão geracional, além disso, tão presente na filantropia familiar, pode ser compreendida também em sua dimensão pedagógica: ao inserir as novas gerações na gestão das ações filantrópicas familiares, renovam-se os quadros, operando a mudança na continuidade. Um exemplo disso seria a composição dos Conselhos Diretivos e Consultivos das organizações filantrópicas: ambos os institutos estudados são liderados pela segunda geração das famílias estudadas, sendo que o IP incorpora em seu quadro do Conselho a presença de membros da terceira geração.

As ações filantrópicas identificadas são, ainda, reveladoras de sentidos e de uma certa visão de mundo por parte das camadas superiores: o tom gerencial presente nas declarações dos filantropos estudados sinaliza para uma compreensão da educação na lógica do negócio, do impacto mensurável e das ações escaláveis, o que poderia justificar a escolha da escola como um espaço de experimentação e “pilotagem” de experiências.

Trata-se de uma visão da educação, que, diante da tamanha capilaridade e inserção na formulação de políticas públicas educacionais, pretende pautar um projeto educativo para o país. Esta defesa de uma certa educação, como se pode inferir pelos dados reunidos, implicaria em um esvaziamento da atividade docente.

Neste momento, “a educação pública está em perigo. Os esforços para reformar a educação pública estão ironicamente, diminuindo sua qualidade e ameaçando sua própria sobrevivência” (RAVITCH, 2011, p. 269).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há mais de duas décadas, o GPS – Grupo de Práticas de Socialização trabalha, sob a perspectiva de uma sociologia relacional, temas relacionados à educação e à cultura. Desde 2017, a pesquisa “Pensamento e práticas culturais da elite paulistana” busca responder a algumas questões norteadoras: “como se reproduzem os grupos de elite? Como esses setores privilegiados reproduzem e justificam a dominação? Quais estratégias de dominação que fazem uso? E qual a leitura que fazem sobre a desigualdade social em nosso país?” (SETTON, 2021). Esta última pergunta norteadora da pesquisa em desenvolvimento pelo GPS, em especial, é decisiva para a construção deste estudo e para a consequente apresentação desta tese.

O trabalho de Reis (2000) é central para uma investigação sobre a visão das camadas altas quanto às desigualdades, momento em que a autora já apontava que esses grupos, embora condenassem a pobreza, não eram muito afeitos às medidas redistributivas e às reformas estruturais. Para esses grupos, caberia ao Estado a adoção de medidas mais diretas para combater a pobreza. Ao comparar os achados de seu trabalho com o contexto da África do Sul e de Bangladesh, Reis aponta que tanto Brasil como África do Sul veriam com certa desconfiança, e até mesmo ceticismo, a atuação do “terceiro setor” e do voluntariado para superação dos problemas sociais. Bangladesh, onde a ideia da filantropia é mais pavimentada por um sentido religioso, tanto voluntariado como “terceiro setor” não apenas seriam desejáveis como também eram vistos como mais eficazes na superação da pobreza (REIS, 2000, p. 149-150). Para compreender essa percepção em uma maior dimensão, em seu trabalho Reis pontuou que faltariam novas formulações hipotéticas: valores culturais e religiosos poderiam ser boas chaves de análise, como também o efetivo peso que cada Estado tem, nessas realidades, como ator político relevante (REIS, 2000, p. 150).

Tanto os debates promovidos no âmbito do GPS como as formulações postuladas no trabalho de Reis inspiraram este estudo. Ao analisarmos os números das organizações sem fins lucrativos no Brasil, identificamos um setor significativo e importante em termos de movimentação financeira e geração de empregos. Trata-se de um segmento relevante também para a oferta de serviços com fins públicos e que, na formulação de algumas políticas públicas, foi decisivo. É, portanto, um setor que não pode ser desconsiderado. Desde a publicação do trabalho de Reis, no ano 2000,

um segmento significativo dentro do setor filantrópico vem crescendo e é considerado promissor: a filantropia familiar. Com uma certa inspiração em modelos internacionais, as famílias mais ricas brasileiras vêm institucionalizando suas ações filantrópicas com maior ênfase nos últimos vinte anos. Este dado de contexto poderia indicar algum nível de mudança da percepção das camadas altas sobre as desigualdades? Estariam os estratos superiores assumindo um novo papel, via filantropia, diante delas?

A problemática central que se coloca nesta pesquisa foi formulada a partir dessas reflexões e instigações: trata-se de se pensar criticamente a presença e as ações de parte das famílias mais ricas do país que se posicionam na área da educação como filantropas.

A tese que se defende é a de que o tipo de filantropia familiar promovida por esses grupos desvela um certo entendimento de educação e, por conseguinte, um entendimento de país. Como a pesquisa aponta, a filantropia não é, para esses segmentos, desinteressada, ainda que no discurso dos mesmos o seja. Parte-se da hipótese central de que este tipo específico de filantropia teria participação ativa na educação pública brasileira, o que implicaria em um reforço de valores associados às camadas superiores.

A realização da pesquisa encontra temas controversos e de difícil delimitação: definir quem são as famílias mais ricas do país não é uma tarefa fácil, por isso a discussão de Cattani (2008a) subsidia as decisões tomadas. Como ponto de partida, este estudo apresenta os eixos que norteiam o recorte do trabalho: família, filantropia e camadas superiores. Estas são, portanto, as categorias relevantes para a construção desta tese, sendo abordadas logo no início do estudo.

No Capítulo 2, o estudo avança em uma reflexão mais aprofundada sobre a filantropia. Considerando que o próprio tema não está pacificado, parte-se de uma análise sobre os diversos sentidos que o termo assume, historicamente. O trabalho de Marcel Mauss (1923-24) é central para dimensionar os sentidos da filantropia, momento em que é apresentada a pertinência das discussões sobre a dádiva e do dom para compreender a prática filantrópica da contemporaneidade. Também foi necessário traçar um panorama histórico da filantropia no Brasil, evidenciando a evolução do setor, que vem se estruturando, profissionalizando e movimentando um volume de recursos financeiros cada vez maior.

A relação entre a filantropia e o Estado é longa e duradoura e, sob o ponto de vista adotado por esta pesquisa, estas duas esferas não podem ser compreendidas

de maneira isolada. Pelo contrário. Ao recuperar as relações entre filantropia e Estado, partiu-se da tipologia formulada por Mestriner (2008): saindo de um modelo pautado pelo assistencialismo e com forte viés religioso, chegou-se às mudanças na dinâmica social provocadas pelo conjunto de reformas de Estado realizado na década de 1990, quando novos atores sociais emergiram, passando a atuar em parceria com o Estado (Casimiro, 2018; Fontes, 2006a, 2006b, 2020). Desde então, o setor cresceu ainda mais, dando formato ao modelo que, para alguns autores, é conhecido como nova filantropia (Ball, 2014), um modelo filantrópico em que as barreiras entre filantropia, setor econômico e Estado são cada vez mais nubladas.

É neste momento do estudo que a filantropia familiar foi apresentada, procurando jogar luz às suas características e modos de funcionamento. Ao circunscrever a filantropia familiar, buscou-se reiterar a importância de análises mais aprofundadas sobre esses atores filantrópicos. A ideia de legado e de homenagem às famílias das classes altas é central para a compreensão dessa lógica de funcionamento, além da maior autonomia de atuação e independência em relação aos demais tipos de organizações da sociedade civil. Uma das razões para maior independência seria a questão financeira, já que a filantropia familiar é financiada a partir de fundos patrimoniais ou com recursos familiares, o que garantiria maior sustentabilidade ao segmento.

Outro ponto que foi abordado de forma mais detida é a noção de família como categoria central não somente para este trabalho, mas para os estudos sobre o poder no Brasil. Vasta bibliografia aponta que embora as instituições brasileiras tenham se aprimorado nos últimos anos, algumas famílias permanecem inseridas em suas estruturas (Oliveira, 2018; Doria, 1995; Campos; Brandão, 2017; Campos; Brandão, 2019). As estratégias desses grupos para manutenção e reprodução do poder são várias, e esta tese defende que a filantropia familiar em educação é uma delas. A filantropia poderia ser considerada, dessa forma, “um ambiente” ou um instrumento propício para impulsionar as propostas e os projetos das camadas superiores. Sob um certo tom gerencial e prescritivo, a filantropia promovida por esses grupos espelharia suas próprias concepções de educação e, em última análise, de país. Além disso, a filantropia garante ao filantropo *status* e a circulação privilegiada por espaços de poder, como secretarias, ministérios e órgãos públicos.

Nesse sentido, a discussão que é formulada na tese está direcionada à compreensão da filantropia enquanto instrumento para conferir aceitação social às

camadas superiores. Em um mundo cada vez mais desigual, bilionários promovem ações filantrópicas que movimentam altas somas de dinheiro, mobilizam diversas instituições e geram repercussão de mídia. A filantropia funciona como uma vitrine para o nome e para o negócio dos filantropos, além de construir uma imagem positiva em torno do filantropo. Concordando com as discussões realizadas por Storti e Dagnes (2021), a narrativa construída em torno da ação filantrópica das camadas altas alimenta a ideia de que a crescente concentração da riqueza que a viabiliza apresentaria efeitos positivos em toda a sociedade. A filantropia dos bilionários alimenta a ideia de que a riqueza acumulada regressaria à sociedade, diminuindo as desigualdades, quando na verdade o que ocorre é o contrário: as ações filantrópicas são feitas para setores preestabelecidos, passando ao largo de mudanças estruturais na hierarquia social.

Logo na sequência, no Capítulo 3, o percurso da pesquisa é apresentado, momento em que são justificadas e apresentadas as escolhas realizadas durante a coleta de dados. Para produção deste trabalho, foram considerados os dezoito cadernos de campo previamente produzidos pela pesquisadora, o levantamento de dados nos sites e relatórios anuais institucionais dos institutos pesquisados e ainda falas e entrevistas públicas de membros das famílias em evidência. Ressalte-se a necessidade de consulta complementar em jornais e revistas, de forma a cruzar informações e localizar complementações de dados, quando necessário. Este estudo aponta, portanto, para a necessidade de associação de diversas técnicas e métodos de pesquisa.

Nesta seção também está sinalizado um achado relevante da pesquisa: uma certa autocensura percebida durante as tentativas de entrevistas com profissionais que trabalham no setor filantrópico. Dialogando com Tompkins-Stange (2016), o processo de articulação e estabelecimento de vínculos com esses potenciais informantes requer uma dimensão específica de tempo, o que também sofreu influências durante o contexto da pandemia de Covid-19. Tais achados e o percurso construído podem, entretanto, inspirar novos olhares e recortes analíticos sobre a filantropia familiar.

A história da filantropia no país sinaliza que o setor cresceu e se consolidou a partir da desigualdade social. O segmento filantrópico nasceu e se constituiu de forma imbricada com o acúmulo da riqueza, sendo o acelerado aparecimento de novos

bilionários (e seus significativos fundos patrimoniais) considerado uma oportunidade para expansão do setor filantrópico.

Essa é, portanto, uma questão central para este estudo, e merece atenção (e também novos estudos, a partir de outros recortes analíticos) a relação entre aumento da desigualdade e crescimento da filantropia em geral, e em particular, da filantropia familiar.

Neste contexto, no Capítulo 4, se inicia uma discussão sobre a filantropia enquanto reguladora da desigualdade, uma vez que não é possível tomar a filantropia como objeto sem considerar as históricas, crescentes e múltiplas desigualdades que estruturam as suas relações no país. A filantropia, ao longo da nossa história, foi se constituindo como um instrumento de controle da pobreza e de despolitização da desigualdade social. Trata-se de um pacto histórico conservador para regular a pobreza e não para combatê-la (BEGHIN, 2005).

Nesse capítulo, portanto, busca-se aproximar, com dados e indicadores sociais, o aumento das desigualdades e o aumento tanto do setor como da movimentação de recursos do setor filantrópico. Com o agravamento generalizado dos indicadores sociais nos últimos anos e em especial no contexto da pandemia de Covid-19, a humanidade testemunhou a emergência de bilionários numa velocidade nunca vista, e já existe a possibilidade de testemunharmos o aparecimento do primeiro trilionário do mundo, em 2024. Diante de tais números, o segmento da filantropia promovida pelos bilionários e suas famílias é considerado um mercado em expansão.

Não é possível, entretanto, estudar o modelo filantrópico brasileiro sem levar em consideração o modelo dos EUA. Seja porque esse é o país com uma estrutura filantrópica mais bem estruturada, seja em razão do volume de recursos movimentados pelos mais ricos, é relevante apontar algumas aproximações. Nesse mesmo capítulo se delimita que movimentos como The Giving Pledge, por exemplo, inspiram encontros e doações de bilionários do mundo todo, oportunizando a esses grupos oportunidades para reforçarem seus compromissos públicos com a filantropia.

Esses movimentos inspiram a profissionalização do setor filantrópico familiar no Brasil, que apresenta uma forte atuação em educação. Os dados coletados revelam-nos que a educação é, aliás, a área mais escolhida por estes grupos filantrópicos, sendo que a maioria deles desenvolve ações de incidência em políticas públicas ou na administração do Estado, via consultorias e capacitação de servidores.

Esta aproximação com a educação não seria, por sua vez, desinteressada. A escola não seria somente um local onde circulam fluxos humanos, mas também onde se travam interações sociais e relações de poder. Em última análise, uma das principais funções da escola seria a conservação e a transmissão da herança cultural. Bourdieu (2005) indica que os sujeitos formados em determinada disciplina ou escola compartilham de um mesmo espírito, isto é, esses sujeitos, ao estarem submetidos a um mesmo *modus operandi*, são “programados” em termos de percepção, de pensamento e de ação e encontram-se predispostos a manter com seus pares uma relação de cumplicidade e comunicação. A escola teria, portanto, capacidade de formar identidades e representações sociais. Assim, seria possível inferir que ao entrarem na seara da Educação, grupos filantrópicos familiares disputariam não apenas um negócio, mas também um lócus privilegiado no reforço de seus valores e paradigmas.

No quinto e último capítulo, essa visão, a partir dos dados coletados, é discutida. Ao sistematizar os dados coletados de dois institutos – Instituto Península, mantido pela família Diniz, e o Inspirare, mantido pela família Gradin –, os números apurados dão conta de uma significativa capilaridade de parceiros e de ações realizadas.

Os mapeamentos apresentados permitem identificar algumas semelhanças entre os dois institutos estudados, como o foco nas tecnologias e em formação de professores, um nítido caráter de influência em políticas públicas (especialmente materializado na fundação do CIEB) e um tom gerencial na narração de suas ações. Enquanto o IP concentra-se na formação do professorado e enfatiza a questão socioemocional, o Instituto Inspirare foca em tecnologias, empreendedorismo e na experimentação de projetos em escolas, com foco em inovação.

Durante a discussão objetivou-se buscar pistas para compreender as complexas redes que os bilionários e suas famílias desenvolvem em torno da filantropia, influenciando, e até determinando, a ação do Estado na esfera educacional.

Além disso, indicou-se a participação ativa de membros das famílias em seus institutos: seja na composição de seus Conselhos, seja como porta-vozes de suas instituições, os herdeiros atuam na filantropia familiar. Ambos os institutos são geridos pela segunda geração, mas no caso do IP, por exemplo, verifica-se também a participação de integrantes da terceira geração. A dimensão pedagógica da filantropia

familiar, tão abordada em diversas passagens deste estudo, se verificou a partir das informações coletadas.

Por fim, nesse quinto capítulo busca-se também esboçar alguns possíveis entendimentos a partir dos dados coletados. As plataformas e o ensino a distância são ferramentas importantes para esses atores. A oferta de planos de aula, boas práticas e atividades previamente sistematizadas são frequentes, sendo a educação socioemocional e o empreendedorismo dois pontos relevantes expostos nos documentos estudados.

Ao final desta discussão, buscam-se elementos interpretativos para a atuação desses grupos na Educação. Pode-se assumir que a atuação dos dois institutos estudados reflete valores e ideários presentes nas classes abastadas: a ideia do empreendedorismo e da inovação como centrais na prática educativa, a escola como espaço possível para experimentação e pilotagem de projetos e a centralidade da tecnologia são pontos relevantes encontrados. Chama ainda atenção a quantidade de professores capacitados, sem que os pressupostos pedagógicos dessas iniciativas sejam públicos. O tom gerencial, permeado por expressões relativas ao universo empresarial, também é um dado que precisa ser apontado.

As ações mapeadas podem ser interpretadas como, de certa forma, esvaziadoras da prática docente, já que se busca instrumentalizar o professorado com planos de aula, material didático previamente formulado, roteiros pré-definidos. Uma concepção de que a melhoria da qualidade da educação passaria somente por capacitação e individualização do professorado, colocando em segundo plano a dimensão coletiva do trabalho pedagógico, ou que tangencie somente temas como educação empreendedora e inovação tecnológica, sem considerar os fatores externos à realidade escolar, como pontua Freitas, são questionáveis do ponto de vista de melhoria da qualidade da educação.

Dialogando novamente com as inquietações iniciais que levaram à produção desta pesquisa, a filantropia familiar promovida pelos grupos estudados pode ser entendida como um espaço de influência familiar na esfera pública, no qual a educação é uma mercadoria em disputa e a filantropia é uma estratégia para que esses grupos familiares permaneçam influenciando as estruturas estatais. Ao liderarem ações filantrópicas, as famílias abastadas não teriam mudado suas compreensões sobre as desigualdades: rechaça-se a pobreza, mas não se defendem mudanças estruturais e medidas distributivas pode ser compreendido como

condenam-se os desafios educacionais impostos ao Brasil, mas defendem-se, para sua superação, medidas que não alterem as estruturas dos desafios históricos impostos à escola. Além disso, a filantropia praticada por esses grupos os coloca em um lugar de autoridade e de evidência no debate público, garantindo legitimidade aos mesmos. Para se manterem dentro dessas estruturas de poder, as famílias precisam, entretanto, garantir sua permanência: renovando seus quadros, garantindo um espaço decisório e participativo não somente no negócio familiar, mas também no seu braço filantrópico para as futuras gerações é estratégico. Aliás, é pedagógico: a visão familiar de mundo é transmitida e os sobrenomes permanecem na esfera pública, ainda que os nomes mudem.

As interpretações aqui realizadas não podem, obviamente, ser generalizadas para todo o campo filantrópico. O trabalho está focado em um recorte específico, jogando luz na atuação da filantropia familiar em educação promovida pelas camadas altas. Outros tipos de organizações, com outros escopos e características, podem apresentar formas e estratégias diferenciadas para atuação educacional. Todavia, os resultados e análises apresentados nesta tese contribuem para iluminar a compreensão de um objeto de análise ainda pouco estudado no âmbito da educação, complexo e contraditório.

Há poucos estudos e pesquisas acadêmicas produzidos sobre os institutos analisados, e um estudo realizado no momento em que as ações filantrópicas acontecem, sem um certo distanciamento temporal, apresenta seus riscos e possibilidades de equívoco. Na apresentação do trabalho de Casimiro (2018), Virginia Fontes reforça que ser pesquisador é se interrogar como esses processos foram historicamente construídos e analisar a correlação entre esses fenômenos, com a maior abrangência possível. Foi o que buscou-se fazer, ainda que com desafios e limites na realização de pesquisa de campo e no acesso à biblioteca impostos pela pandemia de Covid-19.

Para novos estudos sobre esses atores, seria interessante a ampliação dos dados e informações coletadas, envolvendo os espaços (escolas e secretarias) onde esses programas são desenvolvidos, por exemplo. Há que se indicar, entretanto, que resta um vasto campo a ser explorado: ações focadas em formação de professores, produção de material didático e instrucional e produção de pesquisa aplicada são apenas algumas das frentes que ainda precisam ser mais bem estudadas, o que não foi possível durante o tempo de realização desta pesquisa. Um recorte de gênero

também seria interessante, já que se observa a presença significativa das mulheres das famílias ricas à frente das ações de filantropia, realizando, muitas vezes, a articulação entre o braço filantrópico familiar e o Estado.

Durante o tempo de pesquisa, também foram coletadas informações sobre as ações filantrópicas promovidas pelas famílias Lemann, Marinho e Setúbal, mas em razão do tempo e dos impactos vividos no cenário da pandemia, não foi possível incorporá-los nesta análise. Esses dados serão retomados em trabalhos futuros da pesquisadora, quando se pretende ampliar a análise da filantropia familiar em educação no Brasil.

Esta pesquisa teve como objetivo final contribuir com os estudos sobre a educação, em especial com aqueles que investigam a presença de atores filantrópicos na área. Também se deseja dialogar, a partir de uma nova mirada analítica, com os estudos sobre as formas contemporâneas de privatização da educação. Considerando as formas cada vez mais complexas de privatização da educação, estudos que enfocam os valores, as concepções de mundo e de educação desses grupos, a partir de uma sociologia relacional, são relevantes.

Esta pesquisa, que trabalha com temas tão amplos e ainda não estabelecidos, busca ser generosa com o leitor, pavimentando o contexto no qual a discussão se desenvolve. Por isso mesmo, a preocupação com apresentação e dados que dão uma dimensão, no mínimo aproximada, dos complexos fenômenos sociais são apresentados. Um resultado desse cuidado, presente em todas as etapas do trabalho, é evidenciar a carência de dados e informações mais robustas sobre a filantropia no Brasil.

Diante da escassez de estudos, sob uma perspectiva sociológica, acerca da filantropia realizada pelas camadas altas em educação, este trabalho buscou identificar as formas de atuação desses grupos na área educacional. “A filantropia é louvável. Mas não deve fazer com que o filantropo ignore as circunstâncias de injustiça econômica que tornam a filantropia necessária”. A frase de Martin Luther King Jr, escrita cerca de um ano antes da famosa Marcha de Washington, nos EUA, é usada hoje com frequência entre os segmentos que defendem um modelo de filantropia pautado pela promoção dos direitos humanos e da democracia. Mas lá nos idos dos anos 60 do século passado, Martin Luther King Jr. já jogava luz em uma contradição que é inerente à filantropia: as práticas filantrópicas só podem existir no contexto da

brutal desigualdade capitalista, sendo que suas práticas e discursos se voltam, contraditoriamente, ao seu suposto enfrentamento.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO T. M. de F.; GARCIA, T.; BORGHI R., ARELARO L. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “Sistemas de ensino” por municípios paulistas. São Paulo: Campinas, **Educação e Sociedade**, v. 30, n. 108, p. 799-818, out. 2009.

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, Braga, v. 18, n. 1, p. 8-28, 2018.

ADRIÃO, T. M. de F.; GARCIA, T. de O. G; BORGHI, R. H; BERTAGNA, R. H; PAIVA, G. B; XIMENES, S. B. Grupos empresariais na Educação básica brasileira: limites à efetivação do direito à Educação. São Paulo: Campinas. **Educação e Sociedade**, v. 37, n. 134, p. 113-131, out. 2016.

ADRIÃO, T; DOMICIANO, C. A. Novas formas de privatização da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais. **Retratos da Escola**, v. 14, n. 30, p. 670-687, set/dez. 2020. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1223>. Acesso em: 05 jun 2022.

ALMEIDA, A. M. F. O assalto à educação pelos economistas. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, v. 20, n. 1, p. 163-178, jun. 2008.

ALMEIDA, A. M.; MOSCHKOVICH, M.; POLAZ, K. Pesquisando grupos dominantes: notas de pesquisa sobre acesso às informações. **Revista Pós Ciências Sociais**. v. 9, n. 17, jan.-jun. 2012.

AVELAR, M. C. Advocacy as core business: new philanthropy strategies in Brazilian education policy-making. *In*: STEINER-KHAMSI, G.; DRAXLER, A. (Orgs.). **The state, business and education public-private partnerships revisited**. Surrey: Edward Elgar, 2018. v. 1, p. 39-51.

AVELAR, M.; BALL, S. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: the mobilization for the National Learning Standards in Brazil. **International Journal of Educational Development**, n. 64, p. 65-73, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ijedudev.2017.09.007>. Acesso em: 05 jun 2022.

AVELAR, M.; NIKITA, D. P.; BALL, S. Education policy networks and spaces of ‘meetingness’: a network ethnography of a Brazilian seminar. *In*: ALTINYELKEN, H. K. (Org.). **Global education policy and international development: new agendas, issues and policies**. London: Bloomsbury, 2018. p. 55-74.

BALL, S. **Educação Global S/A: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BALL, S. J.; JUNEMANN, C. **Networks, new governance and education**. Bristol: Policy Press, 2012.

BEGHIN, N. **A filantropia empresarial: nem caridade, nem direito**. São Paulo: Cortez, 2005.

BOURDIEU, P. É possível um ato desinteressado? *In: Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papius, 1996.

BOURDIEU, P. Marginália: algumas notas adicionais sobre o dom. **Mana**, v. 2, n. 2, p. 7-20, 1996.

BOURDIEU, P. Sistemas de ensino e sistemas de pensamento. *In: MICELI, S. (Org). Economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Secretaria da Reforma do Estado. **Organizações sociais**. Brasília: Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1997. (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 2).

BRESSER PEREIRA, L. C. Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995. **Revista do Serviço Público**, ano 50, n. 4, out.-dez. 1999. p. 5-29.

BRETTAS, G. (Org.). **Censo GIFE 2020**. São Paulo: GIFE, 2021.

BRETTAS, G. (Org.). **Guia de tendências e práticas do investimento social familiar**. São Paulo: GIFE, 2017.

CAETANO, M. R. Agora o Brasil tem uma Base! A BNCC e as influências do setor empresarial. Que Base? **Revista Educação em Movimento**, v. 21, n. 2, p. 65-82, 2020.

CALEGARE, M. G. A.; SILVA JUNIOR, N. A “construção” do terceiro setor no Brasil: da questão social à organizacional. **Psicologia Política**, v. 9, n. 17, 129-148, 2009.

CAMPOS, P. H. P. Estudos sobre família, poder e riqueza no Brasil: uma agenda de pesquisa necessária e urgente. *In: OLIVEIRA, R. C. Família importa e explica: instituições políticas e parentesco no Brasil*. São Paulo: LiberArts, 2018.

CAMPOS, P. H. P.; BRANDÃO, R. V. M. (Orgs.). **Dimensões do empresariado brasileiro: história, organização e ação política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

CAMPOS, P. H.; BRANDÃO, R. V. M. **Os donos do capital: a trajetória das famílias empresariais do capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

CASIMIRO, F. H. C. **A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CASSIO, F. **Educação é a Base? 23 educadores discutem a BNCC**. São Paulo: Ação Educativa, 2019.

CASSIO, F.; AVELAR, M.; TRAVITZKI, R.; NOVAES, T.A.F. **Heterarquização do estado e a expansão das fronteiras da privatização da educação em São Paulo**, 2020

- CATTANI, A. D. **Ricos, padres de ricos**. 2. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2018.
- CATTANI, A. D. Riqueza e desigualdades. **Cadernos CRH**, v. 22, p. 547-561, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792009000300009>. Acesso em: 28 jul. 2021.
- CATTANI, A. D. Classes abastadas: a família como estratégia de preservação da riqueza. *In*: OLIVEIRA, R. C. **Família importa e explica**: instituições políticas e parentesco no Brasil. São Paulo: LiberArts, 2018b.
- COLLINS, C; FLANNERY, H. **Gilded giving 2020**: how wealth inequality distorts philanthropy and imperils democracy. 2020. Disponível em: <https://inequality.org/great-divide/gilded-giving-2020/>. Acesso em: 28 jul. 2021.
- COUTO, M. **O mapeador de ausências**. São Paulo: Cia. das Letras, 2021.
- CUADROS, A. **Brazillionaires**: the godfathers of modern Brazil. London: Profile Books, 2016.
- DORIA, F. A. **Os herdeiros do poder**. Rio de Janeiro: Revan, 1995.
- DOUGLAS, M. Foreword: no free gifts. *In*: MAUSS, M. **The gift**. London: Routledge, 2002. p. ix–xxiii.
- DURAND, F. **Cuando el poder extractivo captura el Estado**: Lobbies, puertas giratorias y paquetazo ambiental en Perú. Lima: Tarea Asociación Gráfica Educativa, 2016.
- FERRETI, M. **Censo GIFE 2018**. São Paulo: GIFE, 2019.
- FGV SOCIAL. **Qual foi o impacto da crise sobre a pobreza e a distribuição de renda?** São Paulo: FGV Social, 2018.
- FONTES, V. Capitalismo filantrópico? – múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. **Marx e o Marxismo – Revista do NIEP**, v. 8, n. 14, p. 15-35, jan.-jun. 2020.
- FONTES, V. Sociedade civil, classes sociais e conversão mercantil-filantrópica. **OSAL – Observatório Social da América Latina**, CLACSO, Argentina, ano VI, n. 19, p. 341-350, 2006b.
- FONTES, Virgínia. A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e lutas teóricas na década de 1980. *In*: Lima, J. C. F. (Org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006a.
- FORBES. **200 bilionários brasileiros**: o ranking definitivo dos mais ricos do país. ed. 71. 2019. Disponível em: <https://forbes.com.br/listas/2019/03/20-Forbes-Brasil-Edição-71-Setembro2019-1.pdf>. Acesso em: 29 set 2021.
- FÓRUM NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS – FONIF (Coord.). **Pesquisa: a contrapartida do setor filantrópico para o Brasil**. São Paulo, 2018.

Disponível em: https://fonif.org.br/wp-content/uploads/2017/06/PESQUISA_FONIF_2019_compressed.pdf. Acesso em: 28 jul. 2021.

FREITAS, L. C. 2018. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out-dez. 2014.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012.

GEORGES, R.; MAIA, K. **A distância que nos une**: um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo: OXFAM Brasil, 2017.

GHANEM, E. As ONGs e a responsabilidade governamental com a escola pública no Brasil. **Pro-posições**, v. 23, n. 2, p. 51-65, maio-ago. 2012.

GOHN, M. G. **Novas teorias dos Movimentos Sociais**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

HADDAD, S. (Org.). **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2008.

HARTNELL, C.; MILNER, A. **Filantropia no Brasil**: síntese do relatório. Trad. de Adriana Guimarães. 2018. Disponível em: <http://www.psjp.org/wpcontent/uploads/2018/05/Philanthropy-in-Brazil-Summary-Portuguese.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2022.

HOPSTEIN, G. **Filantropia de justiça social, sociedade civil e movimentos sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2018.

IANNI, O. A metáfora da viagem. *In*: **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

INSTITUTO PENÍNSULA. **Relatório de atividades Instituto Península 2018**. Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2019/09/relatorio-atividades.pdf>. Acesso em: 20 abr 2022.

INSTITUTO PENÍNSULA. **Relatório de atividades Instituto Península 2019**. Disponível em: <http://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-anual-2019.pdf>. Acesso em: 20 abr 2022.

INSTITUTO PENÍNSULA. **Relatório de atividades Instituto Península 2020**. Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2021/09/RELAT%C3%93RIO-ANUAL-2020.pdf>. Acesso em: 20 abr 2022.

KUNRATH SILVA, P. A outra face da desigualdade: a articulação das elites no campo da filantropia e investimento social privado. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 4, n. 7, p. 135-174, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5957/595762287006/html/>. Acesso em: 1º jun. 2022.

LAFER, I. M. A filantropia familiar no Brasil. **Revista Sur**, v. 12, n. 21, p. 1-6, ago. 2015.

LANDES, D. S. **Dinastias**: esplendores e infortúnios das grandes famílias empresariais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

LANNA, M. Nota sobre Marcel Mauss e o *Ensaio sobre a Dádiva*. **Revista de Sociologia e Política**, n. 14, p. 173-194, jun. 2000.

LOPEZ, F. G (Org.). **Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil**. Brasília: Ipea, 2018.

MARTINS, E. M. **Todos pela Educação? Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In: Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2007. p. 182-315.

MAZZOLA, R.; VOMMARO, P. **Debates**: Covid-19, desigualdad y políticas públicas distributivas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Flacso Argentina; CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; Fundación Friedrich Ebert Stiftung, 2022.

MELÉNDEZ, M. **Presos em uma armadilha: alta desigualdade e baixo crescimento na América Latina e no Caribe**. New York: PNUD/ONU, 2021. Disponível em: <https://www.undp.org/latin-america/publications/regional-human-development-report-2021-trapped-high-inequality-and-low-growth-latin-america-and-caribbean>. Acesso em: 20 abr 2022.

MESTRINER, M. L. A intrincada relação histórica entre a assistência social e a filantropia no Brasil. *In: STUCHI, C. G.; PAULA, R. F. S.; PAZ, R. D. O. (Orgs). Assistência social e filantropia: cenários contemporâneos*. São Paulo: Veras, 2012. p. 39-62.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MICHETTI, Miqueli. A atuação de elites empresariais na definição dos rumos da educação pública no Brasil contemporâneo. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT – Elites e formas de dominação, 42. Anais Eletrônicos...* Caxambu, 2018. Disponível em <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt10-25>. Acesso em: 22 jan. 2021.

MILNER, A.; HARTNELL, C. **Filantropia no Brasil**. Alliance Magazine; Philanthropy for Social Justice and Peace; Rede de Filantropia para a Justiça Social; Worldwide Initiatives for Grantmaker Support (WINGS). 2018. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/filantropia-no-brasil>. Acesso em: 05 jun 2022.

NADER, I. Para cima, Antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima. **Revista Antropolítica**, n. 49, p. 328-356, 2º. quadr. 2020.

NADER, L. **Up the Anthropologist**: perspectives gained from studying up. 1972. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=ED065375>. Acesso em: 05 jun 2022.

NEVES, L. M. W. As reformas da educação escolar brasileira e a formação de um intelectual urbano de novo tipo. *In*: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 27. **Anais da ANPEd...**, Caxambu-MG, 21-24 de novembro de 2004. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/t0510.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2021.

NÓVOA, A. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. São Paulo: **Educação e Pesquisa**, v. 25, n. 1, p. 11-20, 1999.

OLIVEIRA, A. C.; HADDAD, S. Organizações da sociedade civil e as ONGs de educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 112, p. 61-83, mar. 2021.

OLIVEIRA, R. C.; GOULART, M. H. H. S.; VANALI, A. C.; MONTEIRO, J. M. Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 5, n. 11, p. 165-198, set.-dez. 2017.

OLIVEIRA, R.C. **Família importa e explica**: instituições políticas e parentesco no Brasil. São Paulo: LiberArts, 2018.

OXFAM. **A desigualdade mata**: a incomparável ação necessária para combater a desigualdade sem precedentes decorrente da Covid-19. Oxfam International, Jan. 2022. Disponível em: <https://materiais.oxfam.org.br/relatorio-a-desigualdade-mata>. Acesso em: 13 mar 2022.

OXFAM. **A distância que nos une**: um retrato das desigualdades brasileiras. 2017. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_a_distancia_que_nos_une.pdf. Acesso em: 22 jan. 2021.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. *In*: PRIORE, M. D. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

PELLANDA, A. C.; PIPINIS, V. T. **Não é uma crise, é um projeto**: os efeitos das reformas de Estado entre 2016 e 2021 na educação. São Paulo: Instituto Campanha, 2021. v. 1.

PERISSINOTO, R.; CODATO, R. (Orgs). **Como estudar as elites**. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

PERONI, V. M. V. **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na Educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

PERONI, V. M. V. Implicações da relação público-privada para a redemocratização da educação. *In*: PERONI, V. M. V.; LIMA, P. V.; KADER, C. R. (Orgs.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 93-104.

PERONI, V. M. V.; LIMA, P. V.; KADER, C. R. (Orgs.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. São Leopoldo: Oikos, 2018.

RAVITCH, D. **Reign of error**: the hoax of the privatization movement and the danger to America's public schools. New York: First Vintage Book Editions, 2014.

RAVITCH, D. **Vida e morte do grande sistema escolar americano**: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Sulina, 2011.

REICH, B. **Just giving**: why philanthropy is failing democracy and how it can do better. Princeton: Princeton University Press, 2018.

REIS, E. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, p. 143-152, fev. 2000.

SANTIAGO, G. **Censo GIFE 2018**. São Paulo: GIFE, 2019.

SANTOS, B. F. Conselho de Educação em SP terá ex-diretora do Banco Mundial. **Revista Exame**. 27/01/2017. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/conselho-de-educacao-em-sp-tera-ex-diretora-do-banco-mundial/>. Acesso em: 05 jun 2022.

SCALON, C. Justiça como igualdade? A percepção da elite e do povo brasileiro. **Sociologias**, ano 9, n. 18, p. 126-149, jun.-dez. 2007.

SCHMITZ, H. P.; McCOLLIM, E. M. Billionaires in global philanthropy: a decade of the giving pledge. **Society**, n. 58, p. 58:120-130, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12115-021-00580-0>. Acesso em: 05 jun 2022.

SETTON, M. G. J. Socializando o pesquisador a observar a socialização dos sujeitos: notas sobre pesquisas com as elites. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 28, n. 1, p. 83-105, 2021.

SETTON, M. G. J.. Estudos sobre as elites: uma leitura da produção em periódicos – 1998-2017. **Pro-posições**, v. 1, p. 1-20, 2022a.

SETTON, M. G. J.; VIANNA, C.; NEVES, P. Socialização de *habitus*: gênero e geração nas elites. **Educação e Pesquisa**, v. 1, p. e254257, 2022b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248254257por>. Acesso em: 05 jun 2022.

SILBER, I. Modern philanthropy: reassessing the viability of a Maussian perspective. In: ALLEN, N.; JAMES, W. **Marcel Mass today**. New York: Berghahn, 1998.

SILVA, G. M.; LÓPEZ, M. "Brazilian people" in the eyes of elites: repertoires and symbolic boundaries of inequality. **Sociologia & Antropologia**, v. 5, n. 1, p. 157-182, abr. 2015.

SIMMEL, G. A sociologia do segredo e das sociedades secretas. **Revista de Ciências Humanas**, EDUFSC, v. 43, n. 1, p. 219-242, 2009.

SPOSATI, A. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SPOSATI, A. Não as subvenções sociais. **Folha de S. Paulo**, 28/10/1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/3/28/dinheiro/7.html>. Acesso em: 05 jun 2022.

STORTI, L.; DAGNES, J. The super-rich: origin, reproduction, and social acceptance. **Sociologica**, v. 15, n. 2, p. 5-23, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.6092/issn.1971-8853/13546>. Acesso em: 1º jun 2022.

STUCHI, C. G.; PAULA, R. F. S.; PAZ, R. D. O. (Orgs). **Assistência social e filantropia**: cenários contemporâneos. São Paulo: Veras, 2012

STUCHI, C. G.; XIMENES, S.; PIPINIS, V. T.; VICK, F. Velhas tendências, novos arranjos: a autonomia universitária frente às propostas de Organizações Sociais e Fundos Patrimoniais. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 14, n. 13, jan. 2020.

TARLAU, R.; MOELLER, M. “Philanthropizing” consent: how a private foundation pushed through national learning standards in Brazil. **Journal of Education Policy**, v. 35, n. 3, p. 337-366, 2019.

TOMPKINS-STANGE, M. E. **Policy patrons**: philanthropy, education reform and the politics of influence. Cambridge: Harvard Education Press, 2016.

UNESCO. Global Education Monitoring (GEM). **Global Education Monitoring Report**. 2021. Disponível em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000380076_por. Acesso em: 10 abr 2022.

VERGER, A., ZARCANJO, A., FONTDEVILA, C. Experimenting with educational development: international actors and the promotion of private schooling in vulnerable contexts. *In*: STEINER-KHAMSI, G.; DRAXLER, A. **The State, business and educational public-private partnerships revisited**. London: Edward Elgar, 2018.

VOGEL, P.; KURAK, M. Porque a filantropia é importante para as famílias empreendedoras. **Revista Exame**, 21/11/2018. Disponível em: <https://exame.com/negocios/porque-a-filantropia-e-importante-para-as-familias-empendedoras/>. Acesso em: 10 abr 2022.

YAZBECK, M. C. A política social brasileira nos anos 90: a refilantropização da questão social. **Cadernos ABONG** – “As ONG’s e a Realidade Brasileira”, Série Especial, Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social, n. 3, p. 6-18, out. 1995.

Sites consultados

<https://www.inspirare.org.br/>

<https://www.institutopeninsula.org.br/>

<https://www.institutomillennium.org.br/>

<https://www.ncfp.org/>

www.todospelaeducacao.org.br

<http://porvir.org/>

<http://transformareducacao.org.br/>

<http://www.observatoriodopne.org.br/>

<https://gife.org.br/>

www.educacao.sp.gov.br

<https://forbes.uol.com.br/>

www.rededefundos.org.br/

www.idis.org.br/

www.ibge.gov.br

<https://fundacaolemann.org.br/>

<http://cieb.net.br/>

<https://www.institutosonhogrande.org/>

https://fundacaotidesetubal.org.br/como_atuamos

<https://patrioticmillionaires.org/>

<https://givingpledge.org/>

Periódicos consultados

Revista Veja

Revista Exame

Folha de S. Paulo

O Estado de S. Paulo

Forbes Brasil

Revista QG